



PPGCPRI

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS POLÍTICAS E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

IAN NUNES DIAS LOPES

**A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS NO PARÁ:
os vínculos transnacionais e a simbiose com o crime organizado**

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

IAN NUNES DIAS LOPES

3. Título do trabalho

A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS NO PARÁ: os vínculos transnacionais e a simbiose com o crime organizado

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 18/02/2025, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ian Nunes Dias Lopes, Discente**, em 18/02/2025, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5175872** e o código CRC **4EBF96B9**.

Referência: Processo nº 23070.061479/2024-16

SEI nº 5175872

IAN NUNES DIAS LOPES

**A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS NO PARÁ:
os vínculos transnacionais e a simbiose com o crime organizado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciencia Política.
Área de concentração: Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

LOPES, IAN NUNES DIAS

A expansão das milícias no Pará [manuscrito] : os vínculos transnacionais e a simbiose com o crime organizado / IAN NUNES DIAS LOPES. - 2025.

CXLVI, 146 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Milícias. 2. Transmigração. 3. Narcotráfico. 4. Segurança Internacional. I. Pfrimer, Matheus Hoffmann , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 80 da sessão de Defesa de Dissertação de **Ian Nunes Dias Lopes**, que confere o título de Mestre(a) em **Ciência Política**, na área de concentração em **Relações Internacionais**.

Ao(s) **nove dias de dezembro de dois mil e vinte e quatro**, a partir das **14h00**, no(a) endereço eletrônico <https://meet.google.com/wgm-hqhy-coa>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS NO PARÁ: os vínculos transnacionais e a simbiose com o crime organizado**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Matheus Hoffmann Pfrimer (PPGCPRI-FCS)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Roberto Magno Reis Netto (UEPA)**, membro titular externo e Professor(a) Doutor(a) **Wando Dias Miranda (SEGUP/PA)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Matheus Hoffmann Pfrimer**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **nove dias de dezembro de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Não houve sugestão de alteração de título.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 09/12/2024, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Magno Reis Netto, Usuário Externo**, em 09/12/2024, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Prandini Fraga Assis, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 24/01/2025, às 06:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5010277** e o código CRC **B7DECF87**.

IAN NUNES DIAS LOPES

**A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS NO PARÁ:
os vínculos transnacionais e a simbiose com o crime organizado**

Dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre.

Matheus Hoffmann Pfrimer Presidente

Prof. Roberto Magno Reis Netto (UEPA) Membro titular 1

Prof. Wando Dias Miranda ((SEGUP / PA) Membro titular 2

Profa. Geisa cunha Franco (FCS / UFG) Membro suplente 1

Prof. Antonio Marcos Roseira (UFABC) Membro suplente 2

Dedico esse trabalho a todas as famílias
afetadas pela leniência do Estado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram nessa jornada. Aos meus companheiros, o mundo a conquistar. Aos meus pais, a paz de um provável mundo melhor.

EPÍGRAFE

“Ainda somos os mesmos. E vivemos como os nossos pais.” - Belchior

RESUMO

Milícias no Brasil possuem características próprias, possuindo sua exclusiva definição. São um problema de segurança com interferências na política, cultura e economia, afetando diretamente a periferia de metrópoles sensíveis a cenários propícios ao fomento do crime organizado. O estudo do berço da formação criminosa miliciana no Rio de Janeiro permite um estudo de caso com foco na análise do surgimento de milícias em metrópoles como Belém, no Pará. A análise do cenário perpassa por entender as nuances do fenômeno das milícias no Brasil, seu comparativo com as máfias italianas e seus processos de migração, enfocando-se na transmigração a novos territórios em três cenários favoráveis, sendo eles: a crescente das facções criminosas no Pará, o contato com o jogo do bicho e a expansão por meio do intercâmbio policial. O objetivo central da dissertação é abstrair sobre o processo de expansão do modelo das milícias do Rio de Janeiro para o Pará, aprofundando nas questões que levaram as milícias paraenses a rápida simbiose com facções criminosas. O trabalho se propõe a analisar como o modelo de milícias em seus diversos segmentos realizam o processo de se instaurarem em novas localizações. A metodologia se apoiou em revisão de literatura, análise documental e entrevistas. As entrevistas semiestruturadas se valeram de fontes ligadas diretamente com a polícia paraense e com experiências diretas ou indiretas com milícias. Os contatos foram adquiridos através de modelo bola de neve, o que possibilitou a indicação de fontes plúrais. Foram usados critérios de análise de dados em triangulação no conteúdo adquirido através das entrevistas. Como resultados, apresenta-se que o processo de expansão das milícias no Pará é um dos exemplos do fenômeno mais cristalizado no Brasil, fruto de uma sequência de decisões estatais e suas ausências, em contrapartida a um concreto e eficiente fomento ao crime organizado por parte de seus patrocinadores.

Palavras chave: Milícias. Transmigração. Narcotráfico. Segurança Internacional.

ABSTRACT

Militias in Brazil have unique characteristics and their own specific definition. They are a security problem that influences politics, culture, and the economy, directly affecting the outskirts of metropolises susceptible to conditions favorable to organized crime. Studying the roots of militia crime formation in Rio de Janeiro allows for a case study focused on analyzing the emergence of militias in cities like Belém, in the state of Pará. This analysis involves understanding the nuances of the militia phenomenon in Brazil, its comparison with Italian mafias, and its migration processes, with a focus on migration to new territories in three favorable scenarios: the growth of criminal factions in Pará, interactions with the illegal lottery (jogo do bicho), and expansion through police exchanges. The main objective of the dissertation is to examine the process of expansion of the militia model from Rio de Janeiro to Pará, delving into the factors that led to a rapid synergy between Pará's militias and criminal factions. The study aims to analyze how militia models across their various segments establish themselves in new locations. The methodology includes a literature review, document analysis, and interviews. Semi-structured interviews were conducted with sources directly connected to Pará's police force and individuals with direct or indirect experiences with militias. Contacts were obtained through a snowball sampling method, allowing for a range of plural sources. Data analysis criteria were applied in triangulation to the content gathered from the interviews. The findings reveal that the expansion of militias in Pará exemplifies one of the most entrenched militia phenomena in Brazil, stemming from a series of state decisions and omissions, contrasted by a concrete and effective encouragement of organized crime by its supporters.

Keywords: Militias. Transmigration. Drug trafficking. International Security.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS MILÍCIAS SURGIDAS NO BRASIL	15
1.1. Milícias no Brasil: o histórico e a história	15
1.2. Milícias no Brasil e suas nuances	28
2. A EXPANSÃO	37
2.1. A chegada das milícias no Pará	37
2.2. O processo de remodelação das milícias paraenses	50
3. OS CRIMES ENVOLTOS DAS MILÍCIAS E SEUS VÍNCULOS TRANSNACIONAIS	61
3.1 A exportação da violência	61
3.2. O que sustenta as milícias	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Proporção de territórios/ano da RMRJ com e sem confronto, por tipo de domínio (2017-2023)	24
Figura 2 - Mortes violentas por causa indeterminada	38
Figura 3 - Dinâmica do crime em Belém.....	55
Figura 4 - Mapa – Redes de distribuição do tráfico de drogas em Belém.....	69
Figura 5 - Infográfico – Milícias no Pará X Milícias no Rio de Janeiro	73

LISTA DE ABREVIATURAS

- **CPI:** Comissão Parlamentar de Inquérito
- **RMRJ:** Região Metropolitana do Rio de Janeiro
- **PCC:** Primeiro Comando da Capital
- **CV:** Comando Vermelho
- **PM:** Polícia Militar
- **PATAM:** Patrulha Tático Móvel
- **ROTAM:** Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
- **BOPE:** Batalhão de Operações Policiais Especiais
- **ALEPA:** Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- **UPP:** Unidade de Polícia Pacificadora

INTRODUÇÃO

A palavra milícia possui dúbio sentido quando se verifica a literatura nacional e a internacional. Com isso, se faz necessário uma introdução que diferencia milícias como as conhecidas em outros países. O trabalho se propõe inicialmente à análise do nascimento das milícias no Brasil, no Rio de Janeiro, onde possuem algumas origens prováveis, com ligações com o coronelismo, grupos de extermínio e o fomento da ditadura de 1964. Ao entendermos suas origens, geramos a base para analisar as complexidades das milícias no Brasil, que cresceram em número e poder nas últimas décadas, passando a desenvolver um modelo próprio possível de ser copiado em outros estados, o que pode já ser observado em alguns distritos brasileiros.

As milícias têm evoluído de meras organizações de extermínio para estruturas complexas que se assemelham, em muitos aspectos, às máfias tradicionais. Este estudo, portanto, propõe a aproximação estrutural entre as milícias e as máfias italianas, como forma de entender as particularidades e semelhanças entre esses grupos criminosos, estabelecendo pontos sobre o fenômeno que mais se assemelha ao brasileiro.

Colocando o estado do Pará em foco, gera-se a possibilidade da observação do fenômeno desde o seu implante até sua evolução. Neste contexto, a escolha do Pará como estudo de caso se justifica pela recente intensificação da atividade miliciana na região, um fenômeno que se revela em uma expansão significativa da violência e na dominação de territórios antes controlados por outras facções criminosas, como explanado por Couto (2018). A análise se concentrará nas particularidades do modelo de milícias implementado no Rio de Janeiro e sua adaptação ao contexto paraense. A pesquisa visa não apenas mapear o desenvolvimento histórico das milícias no Brasil, mas também compreender as relações de poder que sustentam esses grupos e suas interações com o aparato estatal. Através de uma metodologia que combina análise documental, entrevistas semiestruturadas e triangulação de dados, este estudo espera fornecer uma compreensão abrangente e crítica das milícias, contribuindo para o debate acadêmico sobre segurança pública e crime organizado no Brasil.

Com isso, o estudo indaga como se deu o processo de expansão das milícias para o Estado do Pará, seja enquanto fixação de novos membros em outros lugares, seja como circulação de ideias ou modelo de negócio criminal copiado por grupos criminais no estado do Pará. Além disso, procura-se elucidar como o modo de operar das milícias no Pará se insere nos *assemblages* globais da (in)segurança, ou seja, nas redes de atores que atuam em diversos lugares locais de forma conectada e acabam se glocalizando; aqui, atores que podem ser

criminais ou não.

O conceito desenvolvido pelos acadêmicos Rita Abrahamsen e Anna Leander (2016), chama a atenção para a complexidade e a diversidade das relações de segurança no mundo contemporâneo. Eles também levantam questões importantes sobre governança, prestação de contas e responsabilização desses atores não estatais envolvidos na produção de segurança global. Os autores argumentam que, com a globalização, a segurança não é mais uma preocupação exclusiva dos Estados-nação, mas é co-construída por uma diversidade de atores e processos em níveis local, nacional e transnacional. Isso inclui agências de segurança privada, empresas de segurança, organizações não governamentais, empresas transnacionais, forças militares privadas e outros atores não estatais que desempenham um papel cada vez mais importante na garantia da segurança, além dos tradicionais aparatos estatais.

A glocalização tem sido amplamente utilizada para analisar o impacto da globalização nas comunidades e sociedades locais, bem como para entender como as influências locais moldam os fenômenos globais. A glocalização também é relevante para a compreensão das dinâmicas de segurança internacional, uma vez que as ameaças e desafios globais podem afetar as comunidades locais de maneira única e vice-versa. Hobbs (1998) reforça a importância de entender os efeitos da Globalização e da Localização, para que o novo termo faça sentido. A compreensão da glocalização é fundamental para uma análise abrangente das questões de fronteiras, segurança internacional e respostas adaptativas a desafios globais.

O problema de pesquisa permite explorar as consequências das milícias no estado do Pará em diferentes áreas, tais como o impacto das atividades das milícias na segurança pública, como o aumento da criminalidade, a rivalidade com outros grupos criminosos e os efeitos sobre a sensação de segurança da população local, investigando as violações de direitos humanos cometidas pelas milícias, incluindo casos de extorsão, violência física, intimidação e ameaças contra moradores e comerciantes, expandindo para suas conexões com o tráfico transnacional; o conluio entre milícias e outras facções criminosas e os resultados que vem gerando nos últimos anos; e o enfraquecimento das instituições democráticas causado pela presença e influência das milícias, como a corrupção de agentes públicos, o comprometimento do sistema de justiça e a influência indevida no processo eleitoral.

Por fim, pretendemos analisar as possíveis conexões entre as milícias no Pará e os crimes transnacionais, bem como o impacto dessa associação no cenário do estado. A exploração das estratégias e desafios enfrentados pelas autoridades para combater as milícias no Pará, incluindo a necessidade de cooperação entre diferentes instituições e a implementação de políticas públicas eficazes gerará a problemática da pesquisa e pode ser abordada por meio

de análises qualitativas e quantitativas, com base em dados oficiais, entrevistas com especialistas, relatos de vítimas e informações obtidas por meio de investigações policiais. Isso ocorre dentro de um contexto onde crimes locais dessa magnitude transpassam o próprio estado sede e alcançam redes de narcotráfico em demais países. Dessa forma Couto (2018) define as milícias no Pará como narcomilícias, enfatizando a relação entre traficantes e milicianos. A colaboração entre ambos ou o exercício de funções típicas do tráfico de drogas pelas narcomilícias reforçam essa conexão.

Ir às origens da chegada das milícias no estado do Pará colabora para entender o fenômeno até sua interligação com crimes transnacionais. Acredita-se na literatura que as milícias tenham chegado até o estado do Pará a partir de três processos de fomento. Uma primeira linha é a de que a crescente da criminalidade nas regiões periféricas de Belém proporcionada pela chegada de facções criminosas como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) geraram um cenário de enfrentamento contínuo, que por sua vez criou grupos de combate extraoficiais por parte de membros das polícias. Em segundo, mira-se que a ligação das milícias no Pará com as do Rio de Janeiro começou a partir de bicheiros. E, por fim, o intercâmbio entre policiais. Aqui o caso do cabo Pet será analisado para entender como, a partir do ocorrido, as milícias adotaram essa perspectiva carioca.

Como importante metodologia qualitativa, nos atentamos em discorrer sobre os processos tomados nas entrevistas realizadas para o trabalho. Os primeiros entrevistados foram selecionados a partir da capacidade de contribuição para o estudo - como agentes de segurança pública -, por terem ligações com fontes e dados sobre milícias. Nenhum critério de exclusão foi necessário, uma vez que o perfil característico de cada entrevistado já é relevante, conforme mencionado, e que a coleta de informações é robusta para a confrontação de dados. A partir das primeiras entrevistas, foi utilizado o método bola de neve, onde cada entrevistado poderia indicar novos possíveis entrevistados. Dessa forma foi possível expandir as fontes de informações, através das entrevistas cujo recorte data da chegada das milícias no Pará até os tempos recentes e seu conteúdo foi focado no cenário das milícias no Brasil de forma macro e micro, na realidade paraense nas últimas décadas e de aspectos voltados para a: chegada das milícias, evolução do fenômeno, ligação com facções criminosas, ligação com crimes internacionais e a ligação com a política local.

1. AS MILÍCIAS SURGIDAS NO BRASIL

No qual contextualizamos a história das milícias no Brasil e os pontos que alavancaram sua atuação nacional. Estabelece-se o problema que se tornou as milícias para segurança pública no Brasil e explana sobre a expansão delas para o Estado do Pará. Por seguinte, analisa-se as nuances entre o que significa a palavra milícias no Brasil e milícias na visão mundial, estabelece-se o paralelo de características em comum entre milícias no país e as máfias italianas, promovendo pontos importantes para o entendimento do trabalho.

1.1. Milícias no Brasil: o histórico e a história

Nesse primeiro capítulo, nos propomos a contextualizar o fenômeno do que passou a ser chamado de milícias no Brasil. Ao buscar as origens do que se denomina milícias no país poderemos, com mais afinco, entender a atuação desses grupos em seus estados de origem, como foram fundados, por que, e posteriormente suas atuações em novos estados brasileiros. A origem do fenômeno é importante para contextualizar o marco temporal do estudo, e entender até onde ele pode alcançar, assim como apontar suas lacunas e limitações através da história. Ao passarmos pela história, conseguiremos criar o histórico e demonstrar as milícias como um problema de segurança brasileiro e como ele é, hoje, um dos mais difíceis de serem tratados pelas instituições estatais. Por fim, o capítulo explanará sobre a expansão das milícias para o Pará. As milícias, hoje, se interligam e migram para diversos estados brasileiros, e explicaremos o porquê da escolha do estado do Pará para análise no trabalho.

Milícias no Brasil são um complexo fenômeno que envolve diversas esferas do poder público e da vida dos cidadãos no país. Alba Zaluar coloca que, na gênese das milícias, fatores sociais, políticos e econômicos se entrelaçam para formar um problema de segurança nacional incontornável quando se olha o desenvolvimento nacional, políticas públicas e segurança pública. Ao ganharem parcial aval do Estado para sua existência e sobreviverem das ineficiências do mesmo, as milícias no Brasil se entrelaçam com esferas governamentais, ou mesmo fazem parte delas, o que torna a solução para tal problema algo que vai muito além do próprio entendimento do fenômeno. É dentro dessa problemática que décadas e décadas da atuação de milícias no Brasil perpassam e, ao contrário de presenciarmos um intimidamento do fenômeno, temos milícias cada vez mais fortes, institucionalizadas e se expandindo para diversos estados brasileiros (Zaluar, 2007).

O que se chamou de milícia foi inicialmente empregado para grupos de agentes armados

que utilizam o próprio monopólio legítimo do uso da força do estado para finalidades privadas. A definição de milícias ganhou diferentes nuances de acordo com o contexto sócio-histórico no qual grupos armados passam a fazer uso do serviço de segurança para obter vantagens ou mesmo para garantir a sua própria existência à margem da lei. É notório que o termo ganhou maior difusão e um outro significado além do tradicional, a partir de uma reportagem da jornalista Vera Magalhães em 2005. Naquela ocasião o termo se referia ao fato de agentes do estado oferecerem serviços de segurança à margem da lei em determinadas comunidades do Rio de Janeiro. Em certa medida, o fenômeno mais se aproximava da ideia de vigilantismo do que do tradicional termo milícias, um referente à grupos civis que funcionavam como efetivos de reserva das forças armadas, como explica Cano:

O tema das milícias adquiriu notoriedade no Rio de Janeiro no ano de 2006, quando o termo foi cunhado para descrever grupos de agentes armados do Estado (policiais, bombeiros, agentes penitenciários etc.) que controlavam comunidades e favelas, oferecendo “proteção” em troca de taxas a serem pagas pelos comerciantes e os residentes. Estes grupos passaram também a lucrar com o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nestes territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço clandestino de TV a cabo (Cano, 2012, p. 13).

Normalmente o termo faz referência a três gênesis: milícias como originada dos grupos de extermínio, ligados principalmente às grandes fazendas, a Velha República e a informalização, algo que ainda data de 1800 e aos trabalhos informais de segurança realizados na vastidão remota das cidades que ainda se estabilizavam no Brasil. De um segundo modo, a gênese atrelada a Rio das Pedras no Rio de Janeiro já em 1970, surgindo da interação dos moradores com vigilantes que propunham resolver as mazelas da região, acontecimentos muito ligados à explosão imobiliária na comunidade. Por fim, numa terceira visão, o início do fenômeno ligado ao jogo do bicho, centrado em regiões como a Oeste, Santa Cruz e Campo Grande no Rio, a partir da interação da comunidade com agentes e suas prestações de serviços que supriam a ausência do Estado. Como posto, a gênese do fenômeno no Brasil se divide entre diferentes pontos de partida que se interligam de maneiras muito sutis, possuem divergências importantes, e que se juntam no final para formar, ao longo dos anos, o modelo que entendemos hoje. Aqui, tentamos entender o caminho que foi trilhado até um dia o termo ser noticiado como atrelado a grupos armados de policiais ou civis agindo independentemente como forças de seguranças paralelas no Brasil (Manso, 2020).

A ditadura militar brasileira¹ (1964 - 1985) deixou heranças diversas para o povo brasileiro, e uma delas foi o ruído sobre o nível da violência do Estado contra a população. Foi um período de deturpação de mecanismos governamentais onde o governo, único detentor do uso legítimo da violência dentro das democracias, usou-a para se manter no poder, reprimindo violentamente quem se posicionasse contra o governo; ou aparentava se posicionar. Todo esse período, muito bem relatado e documentado, gerou décadas de terror no Brasil e fomentou a deturpação da ordem democrática, da força e da violência. Ao ser moldada à repressão, e se manter por ela, o uso do Estado contra seus próprios cidadãos foi normalizado como uma característica inerente e forte do poder público. Com isso, o uso da força passou a não se traduzir somente pela via “governo ditatorial contra a população descontente”. O modo de usar a violência como uma solução foi empregado em qualquer área oportuna, em forma de resolver problemas da nação (Bittencourt, 2015).

Grupos armados² que preenchiam o vácuo de poder deixado pelas ineficiências do Estado já atuavam de maneira tímida por regiões do Rio de Janeiro. O papel da ditadura foi de trazer esses grupos de extermínio para as proximidades do governo. Em meados de 1960, os chamados “esquadrões da morte” foram englobados para perto do governo de generais. Alves (2003) coloca que em 1967 esses grupos se tornaram uma verdadeira força repressiva de apoio a PM no Rio de Janeiro, agindo em conjunto como forças de segurança paralelas, tratando de casos e de formas que iam além do alcance e da vontade das forças institucionais. De maneira ilustrativa, essa proximidade ocorre em parte para trazer soluções para o problema do tráfico de drogas na zona oeste na Baixada Fluminense. O vácuo estatal deixado por interações como essas resultaram no controle da região, transferindo o poder direta e indiretamente para esses grupos (Alves, 2003).

Para Alves (2003), um marco importante que consolida o que viriam a ser as milícias modernas no Brasil é a extinção da polícia civil pelo governo militar em conjunto com a reestruturação da polícia militar. Formas de ação repreensivas e ostensivas ganham destaque a partir dessas mudanças, alavancadas pela sensação de poder gerada e transferida para os agentes, que passaram a utilizar seus cargos em nível estadual em exemplo do próprio regime

¹ A ditadura militar no Brasil durou de 1964 a 1985. Militares comandaram o governo brasileiro durante 21 anos, período onde houve grande intensificação de forças repressivas do Estado, fortalecimento das forças armadas e intensificação do uso da violência como solução de problemas (Fico, 2014).

² A utilização de grupos armados para opressão de civis, já era uma característica clara do coronelismo da Velha República - 1889 a 1930 - coordenado por oligarquias regionais. Coronéis com interesses em poder político, e a criação de celeiros eleitorais através da imposição de força, era uma prática comum. Entretanto o embrião do que seria as milícias hoje no Rio de Janeiro, chega em 1926, com Tenório Cavalcanti de Albuquerque: "um poder violento, amparado por uma aparente legalidade que o levava a transitar livremente em gabinetes enquanto atuava à margem da lei em áreas atravessadas por violências, muitas delas perpetradas pelo Estado." (Leon, 2023).

em nível federal. Com exceção dos grupos armados contratados por comerciantes para serviços de segurança 1962 em Duque de Caxias antes da ditadura, o que acontece na genealogia das milícias a partir dessa perspectiva do governo militar é apenas uma evolução desse problema gerado a partir de 1964. Como já posto, uma gênese exata da formação de o que conhecemos hoje como milícias no Brasil vai muito além do entendimento de uma região ou acontecimento, perpassando por diversos fatores, porém é preciso destacar a importância das mudanças estruturais ocorridas na polícia militar no período ditatorial no Brasil: a permissão para que essas forças de segurança sejam forças repressivas. Rio das pedras e envolvimento com bicheiros, como veremos, passa a ser apenas a evolução tanto do poder desses grupos, como a evolução do entendimento da população a respeito do que estava acontecendo (Alves, 2003).

Uma das mais marcantes características das milícias no Brasil, surge já em 1970, baseada na atuação aberta. Com o fim da ditadura militar em 1985 há a continuidade dessa normalização e banalização de forças opressivas que faziam parte, paralelamente, do Estado; com esse respaldo parcial das instituições e de conhecimento e desconfiança da população. Em 1980 no Rio de Janeiro, o governo cede imóveis para grupos de extermínio, para que assim tomassem controle da região da Baixada Fluminense expulsando o tráfico local:

A PM que já vinha ganhando poder na região, no oferecimento de seus “serviços” privados aos comerciantes após o saque, passou a ter mais destaque durante a repressão da Ditadura Militar. Com o Golpe Militar de 1964, ela se institucionalizou e passou a atuar diretamente na formação de “grupos de extermínio” na Baixada, que se consolidou a partir dos anos 1970 (Alves apud Enne, 2004, p.9).

A criação dessa espécie de justiça paralela para lidar com a questão do tráfico de drogas buscava tratar, às avessas, a realidade trazida pelo abandono do Estado a essas comunidades carentes. Com os anos, essa “solução” se tornou um novo problema. As milícias expulsaram o poder do tráfico da região, porém não deixando de substituí-lo pela sua própria força. Surgem assim as primeiras interações fortes de poder de agentes de segurança pública sobre os civis, como um governo paralelo (Alves, 2003).

À primeira vista, podemos entender o que hoje se conhece por milícias como “grupos de extermínio” e como a antiga “polícia mineira”³ - também referida apenas como “mineira” - que era um grupo informal de policiais que recebiam patrocínio de comerciantes locais - tipicamente na Baixada Fluminense - para expulsarem criminosos e traficantes da área, ou

³ “‘Mineiro’, do verbo minerar, garimpar, é a gíria usada para definir o policial que consegue identificar um criminoso endinheirado ou procurado a fim de extorqui-lo. Para os policiais mineiros, não importa se o alvo é traficante, sequestrador, ladrão de banco ou de carga.” (Manso, 2020. p. 28).

mesmo fazer a proteção da região, como foi o caso na década de 1960 em Duque de Caxias, onde comerciantes, alarmados com os violentos saques que estavam acontecendo, contratavam grupos armados para fazer a proteção de suas lojas. À época, o Brasil presenciou em 1961 a renúncia à presidência de Jânio Quadros, 7 meses após assumir o mandato. O país se encontrava em meio a uma crise política em que o congresso e militares articulavam contra o mandatário da época e seu vice:

Naquele início dos anos 1960, uma série de fatores contribuía para uma crise econômica profunda. Entre eles: um endividamento externo crescente, herdado das políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek (1956-61); elevados déficits comerciais e redução da capacidade de importação do país; e um aumento da inflação que se agravava desde o final dos anos 1950. Em 1960, a inflação acumulada foi de 25,4%; no ano seguinte, de 34,7%. Em 1962, o ano do grande saque, a alta de preços chegaria a 50,1% e a 78,4% em 1963. [...] 'Frente à fome e à crise econômica que se abatia sobre a Baixada e temerosos de perderem seus empregos, os trabalhadores saíam de madrugada dos bairros mais distantes de Duque de Caxias e se aglomeravam próximos à Praça do Pacificador, no centro do município', escreve José Cláudio Souza Alves, em seu livro, baseado em tese de doutorado defendida no Departamento de Sociologia da USP (Universidade de São Paulo). [...] Outra consequência do levante popular de 5 de julho foi um reforço na segurança por parte dos comerciantes através de grupos armados. 'O delegado convocou voluntários para o policiamento da cidade. Estes, em grupo de 12, formariam a Brigada de Defesa da Família Caxiense. Surgia assim uma força paramilitar da qual faziam parte muitos jovens que pertenciam a famílias abastadas da cidade', escreve José Cláudio (BBC, 2022).

Da mesma forma, durante a década de 1980, na região de Rio das Pedras, a relação entre a polícia mineira⁴ e a associação de moradores se expandiu para diversas ramificações. Inicialmente voltada apenas para a promoção da segurança do bairro, a polícia mineira passou a atuar mais profundamente na Associação de Moradores, trazendo para o bairro melhorias como energia, saneamento básico e assumindo o papel de principal agente na construção da infraestrutura, em função da ausência do Estado naquela nova região do Rio de Janeiro. Entretanto, o que de início parecia ser uma relação tranquila entre comunidade e agentes particulares de segurança, acabou se transformando em um cenário de extrema violência e disputa a partir dos anos 2000 (Cano, 2008).

Parte essencial para entender o processo da criação desse movimento de força no Brasil, perpassa por analisar a realidade dos moradores afetados pelo fenômeno e por que houve boa aceitação das milícias no início por essas comunidades, fato que durou, fez e moldou o imaginário dos moradores por muitos anos. É preciso justificar essa aceitação da população para que se englobe mais uma das dificuldades na análise do fenômeno, assim como as falhas

⁴ Destaca-se a diferença entre Polícia mineira de grupos de extermínio: a polícia mineira surge a partir do momento no qual grupos armados passam a "mineirar" as comunidades, ou seja, extorquir.

em desmantelá-lo ao longo dos anos. Dentro das comunidades, as milícias passam a cobrar taxas de moradores, oferecer serviços de transporte alternativo, controlam a venda de itens essenciais como botijões de gás, e outros extras como o sinal pirata de TV por assinatura. Em contrapartida, isso era um serviço deficiente por parte do Estado que estava sendo suprido por outra força. Regiões carentes, abandonadas pelo aparato estatal, sem saneamento básico, eletricidade, dificuldade de acesso ou trabalhos sociais, ricas em violência urbana, tráfico de drogas e o perigo eminente da dominação (ou, já dentro de um sistema de dominação) por facções criminosas, recebiam agentes que se propunham a cuidar por conta própria da região, por um preço que se trajava de justo em comparação à realidade antes vivida pelos moradores (Manso, 2020).

A violência estrutural exercida pelo Estado através do abandono de regiões e a então solução vinda através desses grupos colocaram esses movimentos armados em uma posição de coexistência com a população civil, ao ponto de gerar respeito por parte dos cidadãos para com esses agentes que lidavam com problemas tão rotineiros de suas vidas. As milícias eram algo bem-visto de forma geral pela população. A infraestrutura básica agora chegava nos bairros sob as jurisdições desses grupos, o uso de drogas em determinadas regiões era proibido e punido, e há até relatos de ruas asfaltadas por iniciativa destes grupos. Serviços sociais gerais, fornecimento de cestas básicas e diversos agrados eram empregados para que os moradores sentissem que o bairro agora era um lugar melhor. E, principalmente, havia um controle do crime, tópico dos mais caros para moradores dessas regiões que viviam constantemente com medo da violência urbana. O que se demonstrou, com o tempo, apenas uma transposição do ator: se antes a violência era exercida por civis com associação criminosa, com os anos, as extorsões, assassinatos e a exalação do medo passaram a ser originados desses grupos que no futuro seriam intitulados como as milícias no Brasil (Manso, 2020).

Ao longo dos anos, as penalidades para moradores ou comerciantes que recusassem pagar as taxas cobradas pelas milícias escalaram assombrosamente, acumulando diversos relatos de execução de moradores por descumprimento das “leis” estabelecidas por esse “regime”. Entretanto, as formas de sustentação desses grupos não permaneceram apenas nas taxas e serviços dentro das comunidades, passando a atuar também no mercado de drogas, tomando o lugar das facções que expulsaram, ou até mesmo em parceria com outras facções, arrendando locais para instalação de bocas de fumo, ou mesmo permitindo a circulação das substâncias. Dessa forma, surgem as narcomilícias, termo que aprofundaremos mais à frente. Casos de cemitérios improvisados onde desovavam os corpos dos “infratores” se tornaram comuns. Os grupos no controle dessas regiões agiam como inquisidores, fazendo o papel de

investigador, juiz e carrasco ao mesmo tempo, devido a ausência do Estado. A opinião dos moradores perante o fenômeno se tornou dividida. De um lado, as facções criminosas haviam se afastado da região, por outro, os novos donos da área gradativamente exauriram o mesmo terror. (Manso, 2020).

Além dos “serviços à comunidade” e o vínculo futuro com o tráfico de ilícitos, muitos grupos de milicianos tiveram envolvimento com bicheiros da região do Rio de Janeiro. Essa relação data de antes mesmo da concretização da estrutura da milícia, onde alguns policiais líderes desses grupos, já haviam realizado algum tipo de “trabalho” para banqueiros do bicho:

[...] seja por meio da fabricação de operações policiais falsas, com o objetivo de construir uma noção de repressão estatal sobre jogatina, seja como seguranças ou ‘despachantes’ do crime. A busca por uma forma de lucro atrelada a uma dominação de um território coincide com um momento de baque na troca de mercadorias políticas entre agentes de segurança pública e contraventores (Vieira, 2023).

Como posto, o grande papel da ditadura dentro desse contexto foi deturpar e criar ruídos em torno do tema violência, e a falta de uma justiça de transição no Brasil é apenas mais um dos sintomas que sintonizam a existência desse problema. Com o fim da ditadura militar as milícias passaram a agenciar civis, em busca de um caminho pelas vias políticas. Era uma tentativa de retornar a estrutura do Estado. Já em 1990 na Baixada Fluminense, esses civis disputavam cargos políticos municipais e estaduais. A forma como vemos as milícias hoje, no imaginário comum e popular, com todas as características em sequência — compostas por agentes da segurança pública, políticos e membros do judiciário que utilizam seu poder e influência para manter e expandir o controle das milícias sobre seus territórios — começou a se consolidar a partir dos anos 2000 (Cano, 2008).

Tendo perpassado a gênese das milícias no Brasil até sua forma moderna, enfocamos o seríssimo problema de segurança pública que se tornou o fenômeno dentro do país a partir de três etapas evolutivas que ocorreram ao longo dos anos e aqui foram registradas: expansão de capacidade de matar, conexão e terceirização do trabalho para civis e, por fim, as ligações políticas e seus estreitamentos. Esse salto evolutivo leva os remotos grupos de extermínios ainda da fase colonial do país para, enfim, as conhecidas milícias no Brasil. Para entendermos o problema de segurança pública, para além da violência urbana e elos com civis fomentados por esses grupos paramilitares, focaremos no terceiro aspecto: as ligações políticas, a última fase registrada dessa evolução (Alves, 2003).

O nível da seriedade das milícias como um problema de segurança pública se traduz mediante a dificuldade de resolução deste problema. A proximidade das milícias com a política

é fator primordial para entender a falha das soluções pragmáticas que tem como intuito minar esse fenômeno. Como posto, o fim da ditadura levou, brevemente, esses grupos a se “marginalizarem” se afastando do Estado, o que imediatamente levou a uma busca por uma reaproximação; afinal, como colocado por Cano (2008), os interesses pessoais desses regimentos é um de seus fatores motores, e ali, esses interesses estavam em risco. Milicianos passaram a apoiar políticos que defendiam seus interesses, assim como passaram a eleger pessoas de seus meios⁵. Como registrado, a influência desses grupos paramilitares nas comunidades que dominavam era complexa, não podendo-se medir seu alcance; muitos civis demonstravam apoio ao fenômeno. O poder que esses grupos exerciam sobre os civis, agentes estatais e, até mesmo, civis com associação criminosa (os quais deveriam combater) era provado ao elegerem nomes que se tornaram peças-chaves na manutenção desse próprio poder (Cano, 2008).

Com o tempo, as milícias no Rio de Janeiro já coexistiam em uníssono com a política, as câmaras, assembleias, chegando até mesmo em influência e proximidade com o executivo do Estado. O poder e intimidação que a corporação policial exercia sobre a política se traduz em anedotas, como a “gratificação faroeste”⁶ extinta em 1998, a completa inércia de governadores do estado perante chacinas que comprovadamente tinham traços milicianas, a distribuição de medalhas e condecorações para policiais envolvidos com milícias. A crescente da violência normalizou casos corriqueiros de policiais matando em casos de legítima defesa, mas que não possuíam nenhuma comprovação da natureza da situação. O rápido arquivamento desses casos por juízes e a completa inércia do poder público eram sintomas desse fenômeno (Folha de São Paulo, 1998).

Ao aproximarmos o tema mais às vias do direito, é possível embasar, novamente, o fenômeno como uma deturpação das forças e razões de existir do Estado. A formação de milícia privada é uma conduta censurada criminalmente pelo nosso ordenamento jurídico (artigo 288-A, Código Penal), e a discussão sobre como movimentos inferem diretamente nas bases democráticas de uma nação:

O direito à Segurança Pública foi insculpido na Constituição Cidadã de 1988, em seu artigo 144, e pressupõe a manutenção da ordem pública, assim como a proteção

⁵ As milícias se tornaram um poderoso cabo eleitoral. Relatos de locais inacessíveis para candidatos, liberados apenas para aqueles avaliados pelas milícias, se tornaram algo rotineiro. O Tribunal Regional Eleitoral levantou dados demonstrando preços cobrados para liberação de campanhas nas regiões dominadas, geralmente a um preço fixo por morador. Um crime eleitoral e um ataque à democracia. É estimado que 77 das 97 zonas eleitorais na Grande Rio estejam nas mãos de poderes paralelos ao Estado (Veja, 2023).

⁶ Criada por decreto em 1995 pelo então governador Marcello Alencar, a gratificação premiava policiais por atos de bravura. À época, dobraram as taxas de mortes em confrontos com policiais (Folha de São Paulo, 1998).

das pessoas e do patrimônio, por meio dos seus órgãos constituintes (leia-se, as forças policiais). Para efetivar esse direito constitucional, as polícias administrativa e judiciária foram dotadas de poderes aptos a possibilitarem o combate, preventivo e repressivo, à criminalidade. No entanto, o Brasil, com destaque para o Estado do Rio de Janeiro, tem assistido um movimento deveras curioso e, ao mesmo tempo, perverso: o uso arbitrário desses poderes e atribuições, conferidos às instituições policiais, para satisfazer os anseios patrimoniais de alguns de seus agentes, através do domínio territorial e da violência, em detrimento das comunidades periféricas e sob o pretexto de salvá-las do “mal maior” supostamente representado pelo tráfico de drogas, corroborando para o surgimento do que se convencionou chamar de “milícia” (Martins Junior, 2022. p. 75).

Ao cometerem crimes, esses grupos dão um passo além no quesito segurança pública, uma vez que essas infrações são cometidas, por vezes, por agentes do próprio Estado.

Metamorfoseando o poder público, garantidor de segurança e manutenção da paz pública na própria fonte de insegurança, através de controle territorial, financeiros, políticos, apoiados por crimes de ocupação indevida, chantagem, suborno, ameaça, coação entre outros (Junior, 2022).

A ausência do Estado levou os civis, grosso modo, a uma escolha ambígua, injusta e por vezes trajada de muito fácil. Enxergar as milícias como uma melhor opção perante as facções criminosas tradicionais é fruto de uma construção de décadas, alimentada pela desmantelamento das forças de segurança pública, anuência do Estado, crescente descontrole do crime em regiões carentes e vácuo de poder. O enraizamento das milícias no poder público, a eleição de candidatos, a influência sobre leis e a compra ou intimidação de juízes são apenas consequências dessa gênese. Desfalecer o Estado, como num ataque silencioso e demorado, enfraquecendo a democracia, surge como mais um desses aspectos de controle. O problema da segurança pública que se tornou o fenômeno, por essas razões, é muito único, o que o torna incontornável quando se olha para segurança e Brasil em um mesmo tópico. Antes, as milícias eram consideradas como um poder paralelo ao Estado, agora são tomadas como a própria personificação do Estado (Alves, 2003).

Hoje as milícias são o maior problema de segurança pública no Rio de Janeiro, ao lado de facções criminosas como o Comando Vermelho⁷. O enraizamento desses grupos dentro do sistema e no comando de bairros arrastou, por décadas, a conotação de “um mal necessário” e a ausência da atenção devida ao caso pelos órgãos responsáveis. Milícias só ganharam a conotação negativa atual a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito das Milícias no Rio de Janeiro, em 2008. A proposta para a comissão foi realizada em fevereiro de 2007, mas apenas em junho de 2008, após uma equipe de reportagem ser sequestrada e torturada por milícias na

⁷ Fruto do instituto Penal Cândido Mendes, Ilha Grande, Rio de Janeiro, o Comando Vermelho foi formado em 1979 e é hoje considerado uma das maiores facções criminosas do Brasil. Hoje, a facção atua em diversos Estados Brasileiros, incluindo Brasília.

favela do Batan⁸, que a CPI foi enfim instaurada na Alerj⁹. Seu relator, Marcelo Freixo¹⁰, coloca que a falta de interesse da mídia e inércia dos políticos - muitos envolvidos direta ou indiretamente com as milícias - foi fator principal para a demora da instauração. A CPI se encarregou de investigar o fenômeno, trouxe representantes da segurança pública para depor, realizou investigações que logo viraram acusações e, por fim, se tornou a ponte para as primeiras prisões em massa de milicianos no Rio de Janeiro (Manso, 2022).

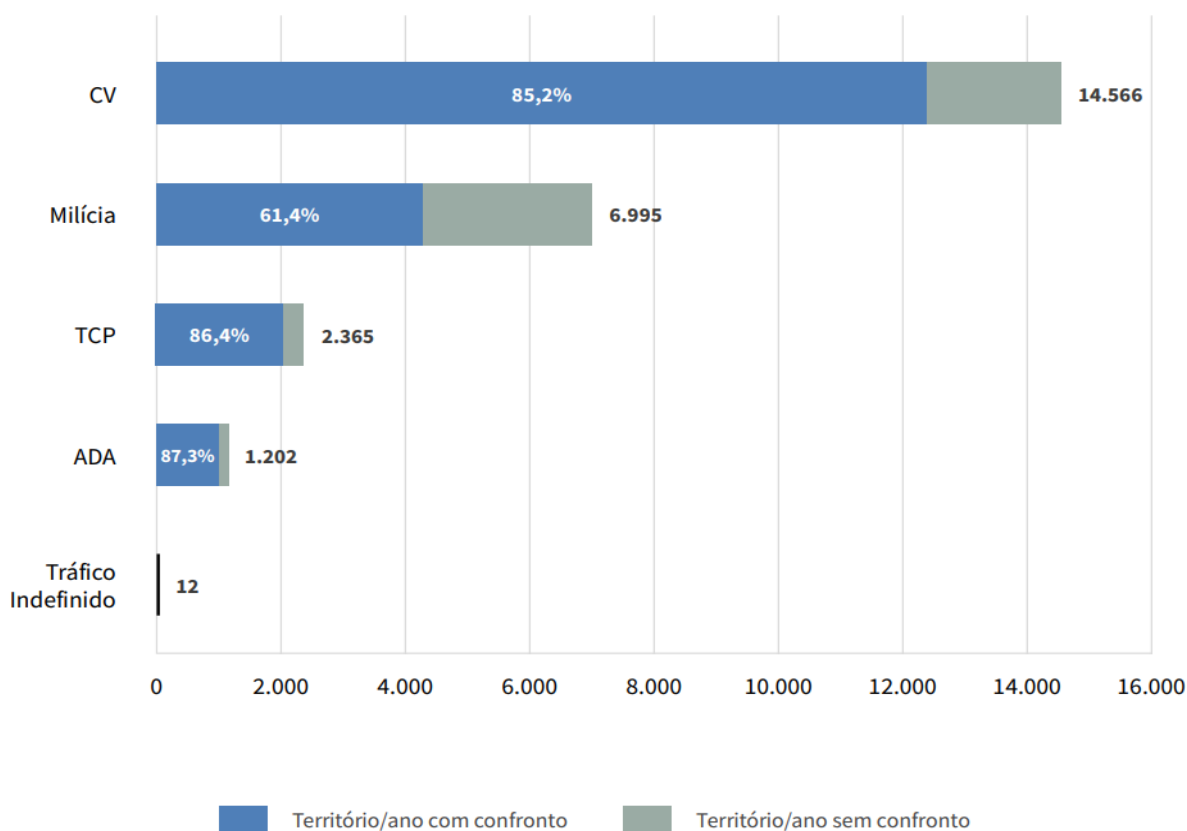
A comissão pediu o indiciamento de 225 pessoas, entre elas, participantes de diversos setores da sociedade, como da polícia, da política, do corpo de bombeiros e civis. Os resultados dessa CPI são tidos hoje, por seus próprios realizadores, como um fracasso. Por um breve momento, houve uma relativa estagnação desses grupos criminosos; porém, além das ações diretas aplicadas juntas ao relatório, a longo prazo pouco se fez em relação ao combate contra o sistema de milícias no Rio de Janeiro a partir da comissão. A força desses grupos é tão grande que, mesmo com a prisão de centenas de envolvidos, a reinvenção desse sistema, sua sobrevivência e seu fortalecimento aconteceram como algo natural, e como é possível observar contemporaneamente, as milícias alcançaram o tráfico em influência, poder e tomada de território.

⁸ Favela do Batan, Jardim do Batan ou apenas Batan é um sub-bairro do Realengo no Rio de Janeiro. Popularmente conhecida por seus casos de violência, como do sequestro do fotógrafo Nilton Claudino, refém e torturado por milicianos.

⁹ Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

¹⁰ Professor e político que tem como pauta principal a defesa dos direitos humanos. Ganhou grande notoriedade durante a CPI das milícias na Alerj, onde foi relator.

Figura 1 - Proporção de territórios/ano da RMRJ com e sem confronto, por tipo de domínio (2017-2023)



Fonte: MGARJ & Malha de detecção de confrontos do Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro - baseada em dados do DD, FC, GENI/UFF e ISP-RJ em GENI

Infográfico elaborado em: 2024

Contudo, três pontos consequentes da realização da CPI das Milícias no Rio de Janeiro são relevantes para a análise do fenômeno no contemporâneo: a mudança do tratamento dado por parte dos cidadãos às milícias, o intimidamento da característica de atuação aberta dos milicianos e a mudança na lei. Com a CPI, a mídia cobriu o fenômeno demonstrando a conduta de organização criminosa que as milícias possuíam. Além disso, trouxeram à tona a corrupção e os elos com outras facções que ocorriam dentro do ecossistema criado pelos milicianos, minando assim o grande apoio que civis possuíam para com os membros desses esquadrões de vigia. Sobre a mudança no modus operandi, as milícias adotaram uma postura mais discreta no modo de agir, substituindo a postura agressiva e ostensiva por uma mais tímida: uma diminuição no aparecimento em favelas, o envio de laranjas no lugar dos verdadeiros líderes da região, e a preferência pela manutenção da influência e controle em vez da ação são exemplos dessa mudança de comportamentos. A atuação aberta dentro da política também passa por

mudanças¹¹. Por mais que haja eleitos, ainda hoje, milicianos nos governos ou políticos com ligações com o fenômeno, eles se divergem do passado onde era fácil a distinção destes dos sem ligação com milícias (Junior, 2022).

Sem a institucionalização até então, a definição por lei sobre milícias se fazia extremamente vaga, se não completamente ausente, gerando mais uma dificuldade em se obter ações pragmáticas de combate contra o fenômeno. Em 2012 foi instituída a Lei nº 12.720:

O dispositivo legal referente ao crime de Constituição de Milícia Privada (art. 288-A do Código Penal) ingressou no ordenamento jurídico através da Lei nº 12.720/2012. De acordo com a norma, “constituir, organizar, integrar, manter ou custear” quaisquer dos tipos de associação descritos como “organização paramilitar”, “milícia particular” “grupo” ou “esquadrão”, com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal, se enquadraria nesta conduta delituosa. A Lei nº 12.720/2012, além de tipificar um novo crime, trouxe também duas novas causas de aumento, uma para o crime de homicídio (art.121, § 6º, do Código Penal), e outra para o crime de lesão corporal (art. 129, § 7º, Código Penal), elevando a reprovação do agente caso ele integre ou faça parte da milícia. A pena para tal delito é de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de reclusão, e a ação penal é de iniciativa pública e incondicionada (Junior, 2022, p. 79).

Embora vaga em pontos importantes, deixando lacunas para serem preenchidas pelos imbrólios jurídicos, a lei se tornou mais um respaldo efetivo para o Estado, um mecanismo para aplicar no combate a esse tipo específico de facção criminosa (Junior, 2022).

O impacto da CPI sobre o modelo de milícias, nesses pontos levantados, é visível. Mas, frisa-se, nenhum deles serviram como resolução para o problema de segurança pública que essas milícias se tornaram. Dados do Instituto Fogo Cruzado¹² em conjunto com o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF) explanaram um crescimento de domínio territorial de mais de 300%, dados coletados no período de 2006 a 2021; é um crescente maior do que qualquer outra facção criminosa no Rio de Janeiro. As milícias são um modelo de negócio, tema que abordaremos mais à frente no trabalho. Mas, o sendo, e sendo um sucesso, ao não ter seus meios de sustentação cortados, esse modelo se

¹¹ “Desde a CPI das Milícias, conduzida na Alerj em 2008, verificou-se que a estratégia desses bandos mudou — se naquela época foram presos milicianos que compunham o Legislativo, atualmente a estratégia, mais discreta e eficaz, é prover apoio a nomes que lhes são simpáticos.” (Veja, 2023).

¹² O Fogo Cruzado é um Instituto que usa tecnologia para produzir e divulgar dados abertos e colaborativos sobre violência armada, fortalecendo a democracia através da transformação social e da preservação da vida. Com uma metodologia própria e inovadora, o laboratório de dados da instituição produz mais de 20 indicadores inéditos sobre violência armada nas regiões metropolitanas do Rio, do Recife e, em breve, em mais cidades brasileiras. Através de um aplicativo de celular, o Fogo Cruzado recebe e disponibiliza informações sobre tiroteios, checadas em tempo real por uma equipe especializada e local. Estas informações estão disponíveis no primeiro banco de dados aberto sobre violência armada da América Latina, que pode ser acessado gratuitamente pela API do Instituto. Seguindo o propósito de popularizar o conhecimento sobre segurança pública e direitos, o Fogo Cruzado usa técnicas de comunicação para tornar dados sobre violência armada mais acessíveis, visando qualificar e promover debates na sociedade. (Fonte: Instituto Fogo Cruzado)

expande rapidamente, angaria novos interessados e até mesmo é exportado. Dessa forma, é evidente a necessidade de uma definição explícita legalmente do que são esses grupos hoje, e como eles estão se transportando para outros estados brasileiros, como no Pará ao qual o trabalho se propõe a analisar a seguir (Veja, 2024).

O Pará vivencia, desde aproximadamente 2013, o avanço de milícias dentro do estado. Algumas análises feitas sobre os movimentos desses grupos no estado evidenciam a relação organizacional com as milícias no Rio de Janeiro. O rápido avanço sobre as áreas comandadas pelo Comando Vermelho, e a inserção ativa desses grupos no controle do tráfico de drogas, evidenciam as distintas características do modelo miliciano do Rio de Janeiro. Investigações do ministério público e da polícia civil do estado, já encontraram relatos do domínio das milícias no estado do Pará de transporte alternativo, venda de gás, produtos contrabandeados, televisão por assinatura clandestina e serviços de segurança, além de estarem rivalizando o controle do tráfico de drogas com facções criminosas, características do modelo de negócios das milícias no Rio de Janeiro explicitadas anteriormente:

As polícias do Rio e daqui são as mais violentas do Brasil. No Rio, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), as forças de segurança do Estado deixaram um rastro de 8,9 mortos para cada grupo de 100 mil habitantes em 2018. Mataram 1.534 pessoas no ano passado. ‘Não há notícia em todo o mundo de uma polícia mais violenta que a do Rio de Janeiro, nem as forças de segurança da América Central matam tanto’, diz Samira Bueno, diretora-executiva do FBSP (Folha de São Paulo, 2019).

Investigadores da área afirmam que uma polícia violenta pode criar cenários favoráveis para o surgimento de milícias. O estado do Pará se encontra há anos dentro dos 10 estados mais violentos do país, e com uma das polícias mais violentas, que mais mata e que mais morre fora de serviço. O Pará é um estado que possui sérios problemas com disputa de facções criminosas; a capital Belém está em posse do Comando Vermelho, enquanto a região sul do estado é comandada pelo PCC¹³, que foi expulso pelo CV após anos de disputa:

“O CV, ao contrário do PCC, é mais belicoso, sempre teve atitude de enfrentamento contra a polícia, isso talvez tenha feito os policiais se unirem e, unidos, perceberam que podiam lucrar —além de fazer um combate direto— sem as fardas”, diz André Costa, secretário adjunto de inteligência. Costa também vê a decisão do governo paraense de permitir aos PMs levarem suas armas para casa como determinante para expandir as milícias. “A partir de 2013 eles ganham esse direito, em 2014 surge a primeira milícia, e em 2015 a coisa começa a se espalhar.” (Folha de São Paulo, 2019).

¹³ Primeiro Comando da Capital (PCC) é a maior organização criminosa do Brasil. Foi fundada em 1993, nasceu no Centro de Reabilitação Penitenciária da Casa de Custódia de Taubaté, no Vale do Paraíba, São Paulo. Hoje, a organização se financia principalmente pelo tráfico de drogas e possui ramificações em outros países, principalmente na América Latina.

As disputas entre as milícias no Pará e o CV têm causado um cenário de horror com chacinas recorrentes, causando aleatoriamente a morte dos cidadãos das áreas disputadas. Muitas dessas mortes são realizadas com as próprias armas dos policiais militares. A omissão do governo do estado do Pará em relação aos acontecimentos permite a expansão da atuação desses grupos, e a intensificação da violência cometida por eles. Surge nos últimos dez anos no Pará, um estado já historicamente violento, um novo problema de segurança pública; velho no Rio de Janeiro, mas ainda sem soluções no horizonte recente. O surgimento dessa organização nos moldes cariocas, em plena capital paraense, será investigado no decorrer deste trabalho (Couto, 2018).

1.2. Milícias no Brasil e suas nuances

As milícias brasileiras são um fenômeno distinto daquilo que se convencionou chamar de milícia de forma geral. Trabalhos acadêmicos que se propõem a analisá-lo necessitam, mesmo que brevemente, de uma contextualização ao leitor para que escrita e leitura estejam na mesma página para compreensão do que se propõe a estudar. A primeira parte deste capítulo explanou sobre as particularidades do termo milícia no Brasil; milícias no Brasil são uma coisa, milícias internacionalmente, outra. Aqui, indo além dessa explicação, traremos o fenômeno que mais se assemelha a milícias em visões acadêmicas diversas, definindo dois pontos cruciais no trabalho: em qual das plurais visões de milícias existentes o trabalho se apoia, e o que o trabalho quer dizer com “expansão” ao se referir ao processo em curso aqui analisado. Brevemente, também será apontada a ótica usada para a análise de todo o tema do trabalho, em base das Teorias de Segurança Internacional.

A base do trabalho é o entendimento da diferenciação entre máfias e milícias, levando em consideração seus contextos internacionais, e como são aplicadas nacionalmente. Para estabelecermos essa diferenciação, utilizaremos o texto de Gomes *et al.* (2021) e Sciarrone e Sorti (2014), com base nas seguintes características: contexto e objetivo; forma de violência; relação com o governo e estrutura organizacional. Essa comparação com grupos internacionais reconhecidos, como as máfias, elucida as atividades das milícias, tais como seus parâmetros e distinções no contexto internacional. Sciarrone e Storti (2014) oferecem uma definição abrangente de máfia, destacando a dualidade entre a concepção da máfia como uma superestrutura criminosa e sua ênfase na estrutura interna, organização e métodos violentos. A variação das formas de uma "máfia" decorre de sua estrutura organizacional, que pode ser mais ou menos centralizada, coordenada ou conflituosa (Sciarrone & Storti, 2014).

Já as milícias geralmente surgem em contextos de guerra civil ou debilidade institucional. Elas podem se formar a partir de exércitos privados ou forças armadas irregulares, atuando de forma mais sigilosa dentro de grupos armados e de extermínio. Seu objetivo primário pode ser proteção, controle territorial ou exploração econômica ilegal. Por outro lado, a máfia é caracterizada por ser uma organização criminosa mais estruturada, com uma sociedade secreta e hierarquia de controle bem definida. Seu objetivo é obter poder e ganho, explorando atividades ilegais, como tráfico, extorsão e corrupção. Enquanto as milícias podem envolver diferentes formas de violência, dependendo do contexto político, as máfias têm seu poder baseado principalmente no exercício da violência, seja física ou por meio de ameaças. A máfia também se aproveita dos códigos culturais tradicionais e das relações sociais para estabelecer trocas políticas e econômicas (Sciarrone & Storti, 2014).

As milícias podem ter diferentes relações com o aparato estatal, podendo ser consideradas aliadas, parceiras não oficiais ou inimigas, dependendo da percepção do governo em relação a elas. Por outro lado, a máfia pode operar tanto de forma independente, como uma entidade criminosa autônoma, quanto ter relações complexas com o governo, envolvendo conluio, cooperação ou repressão. Enquanto as milícias podem variar em sua estrutura e grau de coesão, a máfia é caracterizada por uma organização em rede, com uma hierarquia interna e relações organizacionais tanto dentro quanto fora do grupo. A máfia tem uma estrutura que combina uma "organização para o tráfico ilícito" (operando entre mercados legais e ilegais) e uma "organização para o controle do território" das sociedades locais em que está inserida. Independentemente das atividades ou da estrutura organizacional, as máfias mantêm uma identidade de "família". O poder da máfia é fundamentado no uso da violência e na exploração de códigos culturais tradicionais para estabelecer trocas mútuas em termos políticos e econômicos. Além disso, a capacidade de acumular capital social distingue os membros das máfias:

“Em todas as formações mafiosas, em qualquer caso, existe uma tensão entre centralização organizacional e difusão, que assume uma configuração em rede. Apesar das diferenças que podem ser observadas entre os vários grupos mafiosos, todos eles compartilham (como diria Wittgenstein) uma certa “semelhança familiar”. Podemos assim tentar construir um tipo ideal de máfia, sintetizando certos aspectos particularmente salientes que estão presentes em maior ou menor grau nos atuais grupos mafiosos: - Os indivíduos pertencentes a organizações criminosas do tipo mafioso constituem uma sociedade secreta, com laços específicos de lealdade e uma hierarquia de controle bem definida, e agem em busca de ganho, reputação e segurança; [...] A forma organizacional da máfia inclui duas dimensões que são combinadas com uns aos outros de várias maneiras como 1) uma “organização para o tráfico ilícito”, o que a torna uma “empresa” que opera entre os mercados legais e ilegais; e 2) a de uma “organização de controle do território” das sociedades locais no qual está inserido. Essa dimensão é cultivada através da utilização dos recursos de

violência e capital social discutidos acima, por meio dos quais a máfia pode exercer extorsão de proteção.” (Sciarrone & Storti, 2014, p.40-41).

A estrutura organizacional das máfias se caracteriza por uma rede com certo grau de coesão interna e abertura externa. Os membros da máfia mantêm laços fortes entre si e laços sociais mais fracos com grupos externos, permitindo diferentes graus de independência dentro da organização. Como dito, essa estrutura combina duas dimensões: uma organização para o tráfico ilícito e uma organização para o controle do território local, utilizando recursos de violência e capital social para exercer proteção e extorsão (Sciarrone e Storti, 2014). Considerando esses elementos, Gomes *et al.* (2021) propuseram uma definição dos tipos de milícias no Brasil. O contexto político da região onde as milícias operam é crucial para compreender seu *modus operandi*, variando de acordo com a presença ou ausência de instituições estatais e o nível de violência. Identificar o objetivo primário das milícias, sua utilidade operacional para o governo e sua relação com o aparato estatal são elementos importantes para a definição (Gomes *et al.*, 2021).

Como posto, inicialmente, o termo milícias no Brasil se associa ao “mito libertador”, prometendo formas de autodefesa comunitária para acabar com as redes criminosas dos bairros em que moravam. Entretanto, a ligação dos membros desse grupo com agentes do Estado, e o conseqüente surgimento de casos de corrupção, trazem para o termo milícia uma conotação negativa e ao mesmo tempo o aproxima do que conhecemos como máfias. Cano (2008) propõe uma definição inicial de milícias no Brasil, através de cinco eixos que devem acontecer, segundo ele, simultaneamente:

- 1) O controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular.
- 2) O caráter em alguma medida coativo desse controle dos moradores do território.
- 3) O ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos.
- 4) Um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e à instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros, mas permite gerar regras e expectativas de normatização da conduta.
- 5) A participação ativa e reconhecida de agentes do Estado como integrantes dos grupos.” (Cano, 2008, p. 59).

A análise de Cano, com exceção do quarto e quinto eixo, aproxima a atividade miliciana com o seu considerado “maior inimigo”¹⁴. ¹⁴Por outro lado, definições mais recentes de milícias conseguem ramificar esses grupos em três formatos: 1) milícia como negócios; 2) milícia como segurança privada; 3) milícia como partido em armas. Através de parâmetros utilizados para identificar essas ramificações, como a análise do contexto político da região

¹⁴ Hoje o fenômeno reverso também ocorre. Facções começam a adaptar o modelo de milícias às suas estruturas.

em que está localizado o grupo, o objetivo primário daquele grupo, a utilidade operacional do grupo para o governo, e a percepção do próprio governo a respeito da existência e atuação desse grupo, é possível compreender a importância de uma definição atualizada das milícias no Brasil, uma vez que seus componentes e modos de atuação, vão além das atuais definições legais e do próprio dicionário (Gomes *et al.*, 2021).

Com isso, respeitando as óticas através das quais o trabalho deve ser lido para seu completo entendimento, aqui definimos o sentido de milícia usado no trabalho. Para o nosso contexto, retomamos a definição traçada por Cano em seus diversos trabalhos acerca de milícias no Rio de Janeiro, com isso, no Brasil. Os cinco eixos, já citados, englobam o fenômeno de forma bastante completa, podendo-se observar tais características não somente em uma localidade, mas durante e após o processo de expansão para outros territórios. Em sequência, tais eixos englobam o domínio territorial e populacional que poderá ser observado também no fenômeno no Pará, o uso de coação em diversos níveis que muda a rotina dos moradores locais de áreas afetadas, a busca por lucro individual de indivíduos que, com o isso, acabam tendo propósitos em comum para a formação de grupos de interesse, o uso de discurso legitimador que se entranha nas ideologias e, por fim, a participação de agentes públicos em posições de comando. Todos os cinco eixos podem ser observados não somente no Rio de Janeiro como no Pará e outros estados onde o fenômeno floresce, o que torna prático e sustentável a análise da caracterização como milícias a partir das definições estabelecidas por Cano:

“Na espera de estudo nacional ainda inexistente, o surgimento desses grupos em vários estados parece compartilhar três fatores centrais: a) o controle territorial e populacional; b) a participação ativa de agentes do Estado; c) a imposição de taxas extorsivas de “proteção” ou de monopólios coativos sobre diversos produtos e serviços. Esse último é o que determina a sua capacidade de geração de renda e de expansão, que se multiplica em função dos diversos setores econômicos que passam a ser controlados.” (Cano, p. 332).

Porém, aqui adicionamos uma última característica, a interligação das milícias (ou almejo de interligação) à política e estrutura estatal incapaz de ser negada dentro das observações sobre o fenômeno. As ligações das milícias com o aparato estatal são conhecidas e inseparáveis, uma vez que parte de agentes estatais o nascimento das milícias. Aqui não nos referimos a esse aspecto inegável, mas a tentativa, por vezes bem-sucedida, de membros de milícias já formadas de ingressarem em cargos de poder público com influência direta no Estado, como cargos políticos. Neste estudo apontamos que as milícias almejam, em um de seus maiores estágios evolutivos, a participação direta no Estado, elegendo candidatos (milicianos ou laranjas) através do controle territorial criando currais eleitorais para diversos

níveis do funcionalismo público. Esse sexto aspecto não pode ser ignorado ao se pensar milícias no Brasil e será analisado em uma parte própria do trabalho (Couto, 2013).

Por fim, como última definição para a visão de milícias para o trabalho, há o entendimento de que milícias no Brasil e suas etapas de evolução, desmembramentos e diversidade são plurais e diversos autores as veem assim, tal como Alvez (2003), Couto (2018) e Manso (2023). De acordo com esses autores, podemos afirmar que as milícias ganham diversas características únicas durante o processo de evolução. Aqui, para um norte bem definido, optamos pelo olhar abrangente de milícias, entendendo ser um fenômeno abstrato vinculado a fatores humanos e locais e que, por isso, são variados. Dessa forma, olhamos milícias como um fenômeno que pode ganhar e perder diversas características ao longo de sua implementação em um local. Aceitamos a visão de que milícias podem se diferenciar entre: milícias voltadas para grupos de extermínio e milícias urbanas, assim como posto por Alvez (2003), mas também aceita-se a ideia de uma terceira divisão, as narcomilícias, tese trabalhada por Couto (2018). Por fim, também olha-se milícias como um processo que evolui conforme se instaura em uma localidade, entendendo que milícias como grupos de extermínio são um primeiro estágio evolutivo das milícias urbanas. Todas estas características serão analisadas com mais profundidade ao longo do trabalho. Por fim, também entende-se que, hoje, o processo da chegada das milícias em outros estados está vinculado à evolução do fenômeno, e por isso se faz necessário destacar o que o trabalho estabelece como expansão.

A expansão de fenômenos como os das máfias está interligada diretamente à sua evolução. As máfias se originam dentro de contextos regionais com características próprias, com pouca proteção do Estado; no caso da máfia siciliana, por exemplo, ligado diretamente à ausência de proteção aos direitos de propriedade. A expansão desse fenômeno se relaciona ao acaso da migração forçada de membros dessas organizações criminosas ou por parte de estratégia estabelecida. Ao estabelecerem novos territórios, passam a dominar a economia local, principalmente através da oferta de serviços de proteção e de lacunas deixadas pelo Estado. Um dos passos conseguintes é a exploração de mercados ilícitos, como o tráfico de drogas, que logo pode retornar a áreas legais, como construção e investimentos imobiliários, o que acaba por legitimar a fortuna ao mesmo tempo que dificulta o indiciamento de envolvidos. Por fim, o controle territorial se consolida com ligações fortes com o sistema ofertado pelo próprio Estado, através do sistema judicial e político. Essa evolução observável é de fácil assimilação com o fenômeno das milícias, como proposto pelo trabalho:

The familial bond has not only worked as a shield to protect secrets and enhance

security, but also helped to maintain identity in the territory of origin and reproduce it in territories where the family has migrated (CPM 2000a, p.102) (Varese, 2006. p.424).

Com isso, a definição de expansão proposta pelo trabalho se embasa nos estudos de Varese (2006) e (Sciarrone e Storti, 2014), onde a expansão das máfias está relacionada a membros originários ou imitação local. Como observado nas milícias, a imitação local é um dos prováveis pivôs da chegada do fenômeno do Pará. Através da imitação do modelo no Rio de Janeiro, sem criar um vínculo direto entre as milícias, as milícias no Pará se estabeleceram angariando características funcionais de seu modelo inspirador ao mesmo tempo que, por demandas locais, ganhou características próprias. É com esse embasamento, através de um fenômeno consolidado em análises ricas como as máfias, que é possível estabelecer a escolha da palavra expansão ao se referir a chegada do fenômeno das milícias em novos territórios.

A mafia is produced through imitation. This occurs when criminal groups and individuals pattern their conduct and organization after the traditional mafias, though without having structural ties with the original areas (Varese, 2006. p.46).

Levando para o contexto proposto para o trabalho, lê-se em “Artigo: Breve história da milícia”, publicado pelo Correio Braziliense em fevereiro de 2020, um panorama histórico das milícias, destacando que sua origem remonta às chamadas "guerras particulares" ocorridas no Rio de Janeiro na década de 1960. Essas guerras eram travadas entre grupos paramilitares ligados a políticos e autoridades locais, com o objetivo de controlar territórios e recursos; com o tempo, esses grupos evoluíram para o que hoje conhecemos como milícias. No texto, se ressalta a relação entre as milícias e a política, mencionando que, muitas vezes, esses grupos têm conexões com políticos e utilizam sua influência para obter votos e apoio. Essa ligação com a política e a influência do fenômeno dentro de eleições e controle de zonas eleitorais também aproxima as milícias do modo de atuação das máfias (Varese, 2013).

Por fim, a expansão das milícias para outras regiões do país, além do Rio de Janeiro, explana uma crescente influência de poder desses grupos. Essa expansão e as proporções que as milícias vêm tomando são centrais para o trabalho. Em “Milícias se expandem pelo Pará e disputam narcotráfico com facções” publicado na Folha de São Paulo em julho de 2019, podemos ler que milícias, compostas principalmente por policiais e ex-policiais, têm ganhado espaço no Pará, especialmente em áreas periféricas da capital, Belém, e em cidades do interior. Esses grupos têm se organizado de forma clandestina, utilizando métodos violentos para impor sua autoridade e explorar atividades ilegais, como o tráfico de drogas. As milícias estão

envolvidas em disputas territoriais com facções criminosas já estabelecidas na região, como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, o que resulta em um aumento da violência e da criminalidade, afetando diretamente a população local. Sintomático, há a participação de agentes públicos, como policiais e políticos, no apoio e na proteção das milícias. Como posto, essa convivência contribui para o fortalecimento desses grupos e dificulta o combate às atividades ilegais por parte das autoridades (Folha, 2019).

Ao analisarmos como se deu a expansão das milícias no Rio de Janeiro, explorando tanto o crescimento dos grupos quanto a diversificação de suas práticas, podemos entender que, atualmente, o mesmo começa a acontecer no Pará. É possível abordar exemplos específicos de como as milícias expandiram suas atividades, incluindo o controle do transporte alternativo, a exploração de condomínios do programa Minha Casa Minha Vida e a venda ilegal de serviços como TV a cabo. Os grupos dominam as áreas onde essas interações ocorrem e passam a cobrar taxas ou o preço cheio para a execução. Ao comparar diferentes casos de grupos de extermínio que se transformam em milícias, ou que são impedidos de fazê-lo, essa análise destaca como a expansão das milícias pode envolver não apenas a invasão de novas áreas, mas também a adoção de práticas semelhantes por outros grupos criminosos. Ao examinar a distribuição geográfica das denúncias contra milícias, sugere-se que a expansão das milícias pode ser tanto prática quanto simbólica, o que significa que certas práticas anteriormente rotuladas de forma diferente agora são denunciadas como milicianas (Brama, 2019).

No entanto, essas expansões das práticas nem sempre correspondem à chegada de grupos de milícia específicos para outras localidades, já que algumas práticas ou modelos de negócios podem ser adotados por grupos pré-existentes que operam de maneiras diferentes. Em suma, a complexidade da expansão das milícias no Rio de Janeiro aponta o fato de que ela envolve não apenas o crescimento dos grupos, mas também a diversificação de suas práticas e a adaptação de outras organizações criminosas. Essa análise multilinear e multiforme ajuda a entender melhor a dinâmica e a evolução das milícias na região, assim, podendo levar o paralelo ao Pará. Esse crescimento de modos e zonas, levam a um modelo copiável, rentável e exportável. As milícias como um novo fenômeno crescente em estados brasileiros são fruto da organização das “milícias originais”, que chegaram ao ponto de um modelo de *franchising*. A exportação do modelo de milícia para outros estados, como Pará, São Paulo, Bahia, Ceará e Mato Grosso do Sul, indica uma tendência de disseminação desse fenômeno para além das fronteiras do Rio de Janeiro. O sucesso desses grupos em replicar suas práticas em diferentes contextos regionais compara-se à expansão das Máfias, aqui já estabelecido como fenômeno mais próximo ao das milícias encontradas no Brasil, principalmente por esse critério

comparativo (Brama, 2019).

Já se tratando especificamente da expansão das milícias para outros estados e da construção de vínculos transnacionais, na discussão teórica, a análise ocorre em seis âmbitos. Em primeiro, sobre o contexto socioeconômico e político, se observa de que forma respostas dadas pelo Estado realizadas por esses dois tópicos podem gerar reações de grupos paramilitares, envolvendo-se também no vácuo de poder deixado pelas instituições. Em segundo, redes criminosas e interesses econômicos se relacionando com a criação de milícias em busca de influência e controle territorial. Em terceiro, observa-se o deslocamento de atores e estratégias que têm possibilitado o advento da repressão estatal em suas áreas de origem. Como nas máfias, suas expansões se assemelham nesses contextos socioeconômicos, políticos, falta de atuação de instituições e janelas de oportunidades. (Varese, 2013).

No quarto âmbito, observa-se que as relações transnacionais e internacionalização do crime podem ocorrer de várias formas, incluindo alianças com outras redes criminosas, facilitação de rotas de tráfico de droga ou lavagem de dinheiro, e dessa forma, a expansão internacional desses grupos os permite desafiar as autoridades locais. Em quinto, entende-se a corrupção e conivência de setores do Estado como possíveis facilitadores para essa expansão. Por fim, em sexto, o olhar dos desafios para o Estado e sociedade civil no problema da expansão das milícias, uma vez que esses grupos minam a legitimidade das instituições estatais, enfraquecem a confiança na justiça e segurança pública e geram ciclos de violência. Em suma, a expansão das milícias para outros estados e a construção de vínculos transnacionais são fenômenos complexos que resultam de uma intersecção de fatores econômicos, políticos e sociais. A compreensão desses processos exige uma análise multifacetada e uma abordagem holística para enfrentar o desafio da segurança pública e combater o avanço desses grupos criminosos (Varese, 2013).

A expansão das milícias pelo Pará, especialmente em Belém, representa um fenômeno que traz à tona não apenas a violência exacerbada, mas também a falência de instituições responsáveis pela segurança pública e justiça. Relatos de moradores da região revelam a brutalidade desses grupos criminosos, que atuam livres e sem qualquer prestação de contas. Casos analisados em entrevistas evidenciam a gravidade da situação e a vulnerabilidade dos cidadãos diante da crescente presença das milícias. Desses, muitos nunca são ouvidos pela polícia após passarem por experiências de confronto com as milícias, o que reflete a falta de investigação e responsabilização por parte das autoridades, e contribui para o fortalecimento desses grupos dentro do Estado (Folha, 2019).

Em análises sobre as possíveis razões para a proliferação das milícias no Pará, são

destacadas a relação entre a violência policial e a formação desses grupos. A polícia, que deveria ser responsável pela proteção da população, acaba se tornando parte do problema, utilizando sua força para impor controle e lucrar com atividades ilegais. A história da Chacina de Belém, marcada pelo assassinato do cabo Pet e a subsequente onda de violência, ilustra como um evento pode desencadear uma escalada de crimes e violações dos direitos humanos. A falta de ação por parte dos governos para conter essa violência e a negação da existência das milícias por parte de autoridades políticas são preocupantes e mostram a falha no compromisso com a segurança e a justiça (Folha, 2019).

Em conclusão, a comparação entre máfias e as milícias encontradas no Brasil revela semelhanças e diferenças significativas, destacando a complexidade e a diversidade desses grupos criminosos. Enquanto as máfias tradicionais têm uma estrutura organizacional mais consolidada e operam em diferentes contextos internacionais, as milícias no Brasil são moldadas por condições políticas e sociais específicas do país, refletindo uma interação complexa entre interesses econômicos, políticos e sociais locais. Hoje, essas milícias, originadas do Rio de Janeiro, se expandem para o Pará e começam um novo processo de expansão de atuação no Estado aqui analisado. Conseqüente, vê-se a aproximação das milícias com instituições como uma evolução de um modelo de negócios bem-sucedido, possibilitando sua multiplicação e atuação mesmo em regiões completamente distintas.

Neste primeiro capítulo passamos pela história e o histórico das milícias no Brasil, dando as origens dos fenômenos que alavancaram sua atuação e as principais características das milícias no Brasil. Estabelecemos o porquê elas serem um problema de segurança brasileiro, definimos o que entendemos como expansão e colocamos a diferenciação de milícias e máfias, deixando o leitor na mesma página que a escrita do trabalho. Problematicamos o termo, diferenciando o significado dele no Brasil e fora dele, e analisamos porquê, comparativamente, máfias são o mais próximo do fenômeno brasileiro. Por fim, entramos brevemente na expansão das milícias para o Pará, que será tema dos próximos capítulos.

2. A EXPANSÃO

Capítulo reservado para a análise da chegada das milícias no Pará e suas consequências, em que se busca entender as semelhanças do fenômeno paraense com o modelo de milícias implantado no Rio de Janeiro. São objetivos de entendimento deste capítulo: como se deu esse processo de expansão, qual a relação desses grupos com demais grupos criminais e como começou a expansão para o Pará. Busca-se entender de que forma a expansão ocorreu, e a partir disso, almeja-se entender de que forma as milícias no estado do Pará evoluíram para narcomilícias ou milícias urbanas.

2.1. A chegada das milícias no Pará

Milícias são um fenômeno consolidado no Brasil. No Pará, elas começaram a se cristalizar mais intensamente nas últimas décadas. A escolha do Pará como objeto de análise neste trabalho fundamenta-se em diversas perspectivas: a consolidação das milícias no estado permite examinar suas origens, o modelo implementado, as semelhanças com outros fenômenos observados no Brasil e a proximidade teórica com as máfias, conforme já discutido. Compreender se fatores regionais, ambientais, políticos, sociais e econômicos tornaram o Pará um ambiente favorável para o surgimento das milícias enriquece as possibilidades analíticas do estudo e contribui para os objetivos propostos. Investigar as ligações que esses grupos mantêm com outras organizações criminosas pode elucidar como esse processo é patrocinado, uma vez que as milícias são relativamente recentes no estado. Em síntese, o estado escolhido e o fenômeno abordado oferecem um aprofundamento do tema de estudo em várias direções. Em um último âmbito acerca da escolha do objeto de estudo, se faz marcos cronológicos da violência acarretados por essa nova realidade da criminalidade paraense, com o intuito de contextualizar a realidade local (Couto, 2013).

Em 2008, a operação da Polícia Militar em conjunto com a Polícia Civil chamada “Navalha na Carne” cumpriu vinte e três mandados de prisão contra cidadãos civis e policiais, todas ocorridas na região metropolitana de Belém e em Redenção. Todos eram acusados no envolvimento com um grupo de extermínio responsável por diversos crimes, entre eles ocultação de cadáver, extorsão, sequestro, porte ilegal de arma, tráfico e homicídio qualificado. As investigações demonstraram que a atuação do grupo se iniciou com o combate a supostos detratores da lei; ao menos cinquenta mortes foram praticadas pelo grupo, sob encomenda e reportagens configuraram em diversos jornais. Policiais da ativa, reformados e civis se

misturavam no que pode ser o primeiro caso bem relatado de uma milícia urbana com uma estrutura mínima ligada a cargos estatais. O que se seguiria nos próximos anos pode ser visto como uma continuação desse processo, com uma silenciosa organização ocorrendo entre agentes estatais dentro de seus trabalhos e em suas folgas. Chacinas periodicamente alertavam que um sistema de crime organizado estava se formando, e a leniência do Estado permitiu isso aflorar ao longo dos anos no Pará:

As investigações mostram que a ação criminosa tem início com a eliminação de supostos bandidos. Em 2008, foram contabilizados 23 homicídios na RMB. Estima-se que, pelo menos, 50 mortes foram praticadas pelo grupo, feitas sob encomenda. Um cabo da PM lotado no 10º Batalhão de Icoaraci é apontado como o líder do grupo. Segundo a promotoria, os PMs chegaram a usar, em alguns dos crimes cometidos no horário de trabalho, viaturas e armas oficiais (G1, 2018).

Em novembro de 2011, seis adolescentes foram executados com tiros na cabeça, no evento que ficou conhecido como “Chacina de Icoaraci”¹⁵. Rosivan Moraes Almeida, um ex-PM, expulso da corporação em 2008 após ser preso na operação “Navalha na Carne” por envolvimento com grupos de extermínios, foi condenado pelos assassinatos a 120 anos de prisão. Em 2014, entre os dias 4 e 5 de novembro, ocorreu o que ficou conhecido como “Chacina de Belém”; onze pessoas foram assassinadas em seis bairros diferentes da cidade. Posteriormente, investigações apontaram a ligação das mortes com o assassinato do cabo Antônio Marcos da Silva Figueiredo, o cabo Pet, que tinha estreitas ligações com as milícias e é tido como um dos protagonistas no processo de expansão das milícias no Rio de Janeiro para o Pará. A marca de 520 homicídios foi alcançada no ano de 2017 em Belém e região. De um ano para o outro, houve um aumento de 3% neste número, junto a uma diminuição em 18% nos casos de roubos seguidos de morte (G1, 2018).

A onda de violência afetou também os presídios paraenses, com casos que ganharam a mídia, como a morte de 22 detentos no presídio semiaberto de Americano. Casos parecidos tiveram um aumento de 51% entre 2017 e 2018. O número de seis mortes violentas por dia se junta ao de PMs mortos, que também aumentou no mesmo período, de treze para vinte e quatro. Em 2018, a policial militar Maria Fátima Cardoso dos Santos foi morta a tiros dentro de sua própria casa; seu marido era traficante em Ananindeua. Esse acontecimento desencadeou uma onda de assassinatos, e as investigações apontam que a morte pode ter sido causada por um grupo de extermínio. As investigações por mortes violentas hoje no Pará se dividem em descobrir se os casos estão relacionados a facções criminosas, milícias ou vinganças pessoais.

¹⁵ Um dos oito distritos que formam o município de Belém.

O aumento da violência aqui posto se relaciona com o crescimento e organização das milícias e do crime organizado no estado, e ilustra bem como esse processo gradual acontece. (Adorno; Amorim, 2018).

Figura 2 - Mortes violentas por causa indeterminada

	UF	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
■	RO	29	34	26	15	27	18	24	21	64	85	80	67
■	AC	11	5	11	10	7	10	12	5	14	15	3	5
■	AM	69	42	22	42	59	32	21	18	37	36	49	92
■	RR	15	31	33	57	21	30	30	65	63	90	47	36
■	PA	116	127	169	157	157	192	131	234	276	212	201	183
■	AP	10	25	35	33	34	6	5	8	18	19	21	21
■	TO	13	23	22	63	21	36	33	37	66	74	61	56
■	MA	136	149	126	133	141	141	84	61	80	90	123	122
■	PI	65	95	92	105	111	69	89	161	98	152	147	108
■	CE	552	506	336	272	556	603	493	535	992	1.263	757	1.074
■	RN	203	253	181	186	164	195	245	223	180	167	215	217
■	PB	52	50	90	68	49	38	37	48	51	69	49	95
■	PE	601	556	732	557	842	859	637	823	958	1.085	953	1.182
■	AL	9	12	20	10	14	11	19	19	28	27	94	77
■	SE	56	59	62	66	92	104	78	121	127	112	139	158

Unidade: Quantidade

Fonte: IPEA - Atlas da Violência. MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM Foram utilizados a causa CID-10: Y10-Y34 (Lesões ignor accidental ou intenc inflingidas) Óbitos por residência. Elaboração Diest/Ipea.

Em 2019 Marituba (PA) e Altamira (PA) configuraram entre as 10 cidades mais violentas do Brasil pelo Atlas da Violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA). Em Marituba, uma investigação levou à descoberta de uma milícia privada na cidade, ela era liderada por um policial militar e ofertava serviços e cobranças muito similares às milícias consolidadas no Rio de Janeiro, como segurança privada a comércios e moradores. O fenômeno se espalha em relatos pelo Pará, e casos de agentes de segurança, na ativa ou não, vindo de forças estatais como a militar, civil e do corpo de bombeiros agindo em conluio com civis em busca de ganhos monetários em troca de serviços ligados a segurança e outros, se tornaram cada vez mais comuns nos últimos anos. Os serviços relatados vão da venda de segurança a moradores, principalmente nas periferias onde a violência é mais constante, a cobrança para o fornecimento e distribuição de bens como gás, televisão fechada, internet, entre outros. Com a modernização dessas práticas, essas milícias passam a se envolver com o próprio tráfico e sua atuação começa a se aproximar de outras práticas, como assassinatos de aluguel, roubo de cargas, assaltos, comércio de sucatas, fraudes e suporte ao tráfico internacional de drogas e itens

diversos (Vasconcelos; Miranda, 2021).

A territorialidade desses grupos se expande a partir da diversificação de suas atividades criminais, se expandindo para outros setores como vigilância em bairros onde pontos de venda de drogas haviam se instaurado. Os relatos de bairros se tornando menos perigosos corrobora para a visão positiva das milícias que os locais têm. Assim como o fenômeno no Rio de Janeiro, uma visão branda e por vezes de apoio à atuação milicianiana também ocorre no Pará. Essa mesma visão também passa pelo processo de desconstrução ocorrido ao longo das décadas no Rio de Janeiro: ao começarem a perceber que a atuação de grupos milicianos é apenas uma transferência da violência, é possível observar uma mudança dessa visão positiva por parte dos moradores. Esse fenômeno vem em conjunto com as descobertas, por exemplo, da existência de extorsão por parte das milícias de traficantes locais, donos de jogos de azar e outros criminosos. Essas extorsões se tornam uma manutenção do funcionamento do crime, uma vez que os milicianos passam a liberar a criminalidade com o pagamento das taxas. Quando esse entendimento chega aos moradores, a visão positiva sobre as milícias tende a cair (Vasconcelos; Miranda, 2021).

Ainda em 2019, onze pessoas foram mortas no que ficou conhecido como “Chacina do Bar da Wanda” no bairro do Guamá¹⁶, em Belém. O crime ocorreu durante uma festa que ocorria no estabelecimento, um bar da região. Sete homens encapuzados chegaram em uma moto e três carros e dispararam contra as vítimas, quase todas baleadas na cabeça. A rapidez da ação, assim como sua alta letalidade e precisão chamam a atenção para o nível de treinamento dos executores. Dos sete suspeitos presos pela chacina, quatro eram PMs. Posteriormente, as motivações do crime foram ligadas ao tráfico de drogas e ao uso do estabelecimento pelo crime organizado, visão enfraquecida posteriormente por testemunhos locais e investigações. Para Aiala Colares (2023), a real motivação do crime foi a demonstração de poder dos grupos milicianos, principalmente no ponto político em relação ao domínio de determinados bairros. Nas semanas antecedentes à chacina, ocorreram atentados contra a vida de agentes da segurança pública, onde três policiais militares morreram (Cruz, 2023).

O bairro de Guamá, em março daquele ano, havia recebido a Força Nacional¹⁷, devido aos elevados níveis de letalidade da região; outros 6 bairros receberam a atuação a pedido do governo do estado. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP-PA) mostram que entre 2017 a 2019 seis chacinas aconteceram no Pará, sendo que a imprensa

¹⁶ Bairro mais populoso da capital do Pará, com mais de 100 mil habitantes.

¹⁷ Programa de cooperação de Segurança Pública que une diversas frentes cedidas por todas as unidades federativas e são acionadas em caso de crises de segurança pública.

coloca que doze chacinas aconteceram de 2011 a 2019. Apesar da divergência de dados, um fator em comum é a presença frequente de agentes públicos, principalmente ligados à segurança, na ativa ou aposentados, em casos como os descritos. A constante desse envolvimento, e o aumento da participação, podem ser observados ao longo dos anos no estado, demonstrando a evolução do fenômeno. Tendo alavancado marcos importantes que corroboram para o entendimento da nova dinâmica da violência paraense, focamos na origem do fenômeno das milícias no estado (Vasconcelos; Miranda, 2021).

Inicialmente, as milícias observadas no Pará são as milícias oriundas do coronelismo¹⁸¹⁸, ainda muito vivo em regiões agrárias brasileiras, com largas extensões de terra e donos de fazenda empoderados vinculados ao poder local, cuja influência afeta até mesmo a política. Os grupos armados envolvidos com esse segmento são conhecidos como milícias jagunças, ou milícias rurais; oriundas da PATAM, que posteriormente dariam origem à ROTAM. No Pará, na Região Metropolitana de Belém e Cidade Velha, esses grupos armados remetem à ditadura militar e hoje se modernizam na atuação da defesa de empresas e fazendeiros, de seus bens materiais e interesse pessoais. Milícias rurais são um fenômeno observável de décadas no Pará e, contemporaneamente, elas intensificam sua atuação e poder na disputa por terras, principalmente no sudeste do estado. Aqui se entende que milícias é um termo muito abrangente, como explorado no primeiro capítulo, o que gera a necessidade de diferenciação contínua do objeto comentado. Essas, ligadas ao coronelismo, antigas no estado, se diferem das urbanas recém-chegadas e com semelhanças muito estreitas com as do Rio de Janeiro; por vezes, podem se relacionar no que tange a questão de evolução, podendo essas milícias jagunças, através de processos, se urbanizarem. (Informação verbal: Entrevistado 2, 2024¹⁹)

Por sua vez, a origem do modelo de milícias no Pará, foco deste trabalho, remonta oficialmente a 2010, quando os primeiros relatos vindos de entidades governamentais e mídia começaram a reportar o fenômeno com semelhanças com o do Rio de Janeiro. Porém, relatos locais e estudos demonstram que a instauração do fenômeno no estado pode ter ocorrido antes, a partir de 2010, podendo-se observar a evolução do modo de operar desses grupos armados nos últimos dez anos. Outro fenômeno observável configura-se há muito tempo no Pará, que são as milícias voltadas para execução e segurança, mais conhecidas como grupos de extermínio, sobre os quais diferenciamos neste mesmo capítulo. Varese (2013) explica que

¹⁸ Termo oriundo da República Velha (1889-1930) mas que se manteve no imaginário popular. Define o contexto onde coroneis dominavam politicamente e economicamente regiões, utilizando-se de força bruta.

¹⁹ Todas as entrevistas utilizadas se encontram transcritas no apêndice A desta dissertação

processos de expansão, como os analisados com as máfias e aqui proposto a serem observados nas milícias, são graduais. Ao entendermos que a expansão não ocorre de um momento para o outro, mas que é um processo, podemos observar a seguinte linha: hoje milícias existem no Brasil, e ao existirem, o modelo que as formam pode ser implementado em outros estados, basta encontrar o cenário que impulse sua formação. O Pará como objeto de análise nos permite fazer as perguntas certas para indagarmos o que seria esse cenário e elucidarmos os conceitos de segurança (Varese, 2013).

Frisamos que milícias de diversos tipos existem e hoje coexistem no Pará; aqui, por motivações metodológicas, aferimos a análise em sua maior parte em volta de dois tipos de milícias: as que mais se assemelham com grupos de extermínio e as milícias que se aproximam com as conhecidas milícias no Rio de Janeiro, aqui propostas como ponto central da análise. No Pará, grupos de extermínio compostos por agentes de segurança são históricos e um foco em tal tema geraria um estudo próprio apontando para outros aspectos e com outros objetivos. Para este, o que se precisa entender sobre tais grupos é como se diferenciam das milícias aos moldes das encontradas no Rio de Janeiro. Primeiramente, o foco dos serviços desse fenômeno é a segurança, principalmente a segurança privada. Segundo e talvez mais cristalizado, milícias voltadas para serviços de segurança e execução não possuem uma organização centralizada, uma cabeça líder que manda e organiza as ações, um verdadeiro gerenciamento que alavanca a atuação com o tempo e, principalmente, uma organização financeira. São serviços pontuais sem progressos notáveis em estruturação. No Pará, tais grupos são oriundos e tem suas histórias ligadas a bairros como Guamá e Pedreira (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

Por sua vez, as milícias as quais caracterizamos aqui pelo nome de milícias urbanas, como abordado no primeiro capítulo, possuem cabeças pensantes que gerenciam a organização, o que leva a um progresso observável, e hoje até mesmo transformado em modelo expansionista. Ao possuírem essas características em liderança, as milícias urbanas ampliam suas atuações além da área da segurança, tomando conta de serviços como os já citados: cobrança de serviços como gás, TV a cabo, internet etc. A dominação e expansão desses serviços e área de atuação são o passo que antecede a dominação territorial, o que consolida essas milícias como uma força de dominação de zonas, o que posteriormente gera o enfrentamento com concorrentes. O domínio do espaço imobiliário é um dos passos mais importantes para a consolidação e fortalecimento dessa categoria de milícias, ponto de caracterização do fenômeno, e um dos mais danosos e visíveis à sociedade, pois geram verdadeiras áreas de influência do crime, bolhas territoriais tomadas por forças representadas por agentes ou ex-agentes estatais agindo em conluio com contraventores. É característica que

antecede a influência política, ponto ainda em ascensão tímida no Pará, como veremos posteriormente (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

Varese (2013) analisa a expansão territorial das máfias e a forma que ela ocorre. Aqui reiteramos as semelhanças de grupos paramilitares agindo no Pará com as máfias italianas dentro desse estágio de dominação territorial. Tais práticas, em conjunto com as de sequestro, extorsão, constante vigia de membros e moradores, seguida da colocada dominação de territórios, corroboram para a teorização proposta das semelhanças não somente com os grupos italianos que aplicaram sua dominação até o último estágio no país europeu, se envolvendo fortemente com a política, mas também como as milícias oriundas da Baixada Fluminense. Aqui é possível gerar a flexão entre o fenômeno das milícias no Brasil com as máfias italianas, entendendo que é um processo gradativo de modernização e padronização, onde grupos paramilitares italianos flexionam muito em modelo com os brasileiros, entendendo assim seus processos de início, meio e fim: como alcançam seus objetivos, de que forma almejam e brigam pelo poder, passando por fases de organização, bélicas e políticas (Couto, 2013).

Demarcada a diferenciação dos dois fenômenos no Pará, também entendemos que é possível olhar milícias urbanas como uma evolução das milícias com enfoque em segurança. Hoje parte das milícias urbanas existentes no Pará um dia foram milícias voltadas exclusivamente para questões de segurança, como analisaremos posteriormente. Podemos entender que o fenômeno das milícias urbanas no Pará é hoje cristalizado no Brasil e passível de ter suas origens analisadas através de três frentes possíveis. Ou seja, três cenários possíveis são os que criaram um ambiente propício para a formação e fortalecimento do fenômeno no estado, sendo eles: o surgimento por influência das facções criminosas, pelo jogo do bicho e, por fim, pelo intercâmbio das forças policiais. Analisaremos esses três cenários buscando entender a que ponto se relacionam com o surgimento de grupos paramilitares organizados no Pará, a fim de diluir o tema em um provável modelo teórico com foco na insegurança no Brasil, aqui se apoiando em Couto:

O território se fundamenta no poder, no governar, no domínio: esse governar é do próprio homem. Todo o conflito que se estabelece a partir de relações de poder, de domínio, de violência, são invenções da própria sociedade, ou seja, quem governa quem? [...] O poder, a competência e a habilidade de domínio não é propriedade de um indivíduo, e sim de um grupo de pessoas que continua dominado enquanto o grupo existir; ao ser desmantelado, esse “poder” deixará de existir (Couto, 2013, p. 4).

Na primeira linha, a chegada das facções criminosas no Pará demorou ser reconhecida

pelo estado. O Comando Vermelho (CV)²⁰ e o Primeiro Comando da Capital (PCC)²¹ se instauraram e tiveram muito tempo para se organizarem, se tornando células importantes e até mesmo com características desprendidas de suas versões nacionais²². O Comando Vermelho chegou em 2009 e é a maior facção do estado, se encontrando no estágio mais estruturado, o da cobrança do imposto do crime, ou seja, cuidado do gerenciamento de crimes de terceiros. Ele possui a liderança direta do Rio de Janeiro e se localiza mais fortemente no Nordeste do Pará. Possui no estado até mesmo uma prática que difere do comando nacional, cometendo chacinas de policiais. As lideranças do CV nacional possuem aversão à prática, mas é colocado que evitam tomar medidas contrárias por temor de perder a influência no Pará. Essa característica única do CV dentro do estado pode estar relacionada à questão miliciana de algumas formas, desde o enfrentamento às milícias ao próprio conluio, que observaremos mais adiante. (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024)

O PCC domina o Sul do Pará, estando na região do Marabá, Sul, Sudeste, Redenção, Parauapebas, localizações que ainda possuem a presença do CV. Chegou ao estado em 2006 e possui grande influência dentro do sistema prisional e com atuações mais fortes no interior. O Pará possui também uma facção nascida no estado, o Comando Classe A (CCA), também conhecido pela sigla 331, surgido no Norte, em Altamira, onde até os dias atuais é forte. O CCA possui conluio com o PCC, iniciado a partir de um massacre realizado contra membros do CV em 2019. O Pará ainda possui outras facções criminosas com suas próprias atuações e conluios, como a Equipe Rex, Bonde dos 40, Equipe Real, Cartel do Norte, Família do Norte, Primeira Guerrilha do Norte entre outros. A junção da existência de uma cena criminosa tão vindoura e fértil no Pará com o choque do fenômeno das milícias eleva em dados concretos o número da violência, demonstrado através das vítimas por mortes violentas - seis vítimas por dia em 2022 - e da germinação de práticas ilegais que afetam até o meio ambiente, como garimpo, mineração e extração de mata local. Todo esse processo da formação de uma dinâmica criminal no estado possuiu aval do governo a partir de sua leniência. A demora em realizar e assumir que as facções criminosas haviam se instaurado no Pará, ora por pragmatismo político, ora por falha de gestão,

²⁰ Comando Vermelho Rogério Lemgruber, popularmente conhecido como Comando Vermelho (CV ou CVRL), criado em 1979 no Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, é uma das maiores organizações criminosas do Brasil.

²¹ Primeiro Comando da Capital, é uma das maiores organizações criminosas do Brasil, que surgiu dentro do sistema prisional, no estado de São Paulo em 1993. Teve a adesão de detentos por todo o país e atua em outros países da América do Sul.

²² A dinâmica criminal instaurada no Pará nos últimos dez anos é analisada através de recentes estudos acerca do tema, que por sua vez se sustentam em entrevistas com atores próximos ao fenômeno, não apenas pelos escassos dados públicos em torno do processo de chegada das facções ao estado, mas também pelo caráter exploratório que tais pesquisas detêm (Ferreira; Framento, 2019).

geraram o cenário perfeito para que as ações desses grupos crescessem e passassem pelo processo de estruturação necessária para se tornarem fortes financeiramente e organizacionalmente (Soares, 2023).

De que forma a formação e fortalecimento das facções criminosas no estado ajudaram na expansão do modelo das milícias no Pará? A partir da existência das facções, uma grande onda criminosa se alastrou pelo estado, fato observável por notícias e dados coletados por duas décadas. Uma teoria, muito forte no meio acadêmico e em escutas de testemunhas sobre o tema, principalmente policiais, delegados e agentes de estado envolvidos diretamente com o assunto, é a de que o aumento do crime regional e sua consolidação como organizado gera o cenário favorável para o combate informal de contraventores. Ao entendermos o processo da “militarização” de um agente estatal, é possível aferir isso. O policial de área vê sua região de patrulha com um crescimento de violência anormal, a partir disso ingressa em grupos de extermínio informais que visam coibir e combater o crime naquela região. A partir desse momento, ele passa a ter o contato com outras figuras, provavelmente mais velhas no ramo e mais bem estruturadas. Essas figuras passam a ofertar tipos de serviço diferentes para aquele policial, que até então se limitava a fazer um combate informal contra o crime. (Informação verbal: Entrevistado 1, 2024)

Esse policial passa a ter acesso a mais áreas de serviço, principalmente podendo passar a cobrar por concessões de itens aqui já listados, e o ganho monetário extra infere diretamente no desejo de expansão de atuação. Por fim, em um último passo, talvez esse policial passe a ter contatos com traficantes, fornecendo proteção por pagamento e se envolvendo com o próprio tráfico. Ou seja, esse, agora miliciano, começou como um policial de área, como diversos outros. O cenário propício ao crime junto com a ausência do Estado leva a tendência do combate informal. A constância desse combate informal, leva a formalização de ritos e sistemas. Os ritos e sistemas levam a formalização de lideranças, hierarquias e, parte demasiada importante, a consolidação de um sistema de financiamento. A partir de 2013 os policiais de folga no Pará passaram a ter o direito de receber a extensão de uma arma, o que resultou em centenas de policiais sem o treinamento próprio para porte de arma fora do serviço. Em paralelo, esses policiais presenciaram a crescente do crime no estado, vendo colegas sendo mortos em suas regiões. Foi um impulso a mais para o enfrentamento direto, criando justiceiros de bairro, e uma crescente na morte de policiais fora de serviço (Adorno; Amorim, 2018).

De acordo com a entrevista com o Entrevistado 1, a chegada das facções no estado e a demora em seu reconhecimento (consequentemente a demora no combate às facções) geraram o cenário aqui desenhado para que milícias pudessem se instaurar no estado. A natureza

combativa do CV pode ter influência nesse processo, principalmente em sua rapidez de evolução, uma vez que essa maior abertura para enfrentamento levou a esses grupos formados por ex-policiais, ex-militares a criarem células em alguns bairros para proteger pequenos estabelecimentos, a segurança privada, mas logo tiveram acesso ao modo de agir das próprias facções, que geram a cobrança por serviços. Esse contato entre as facções, os grupos de extermínio e as milícias urbanas, tema que será explorado mais a frente, geram um sistema de contatos e atuações copiadas que alavanca a evolução de grupos que estão em partes iniciais do processo de evolução. O que se pode analisar com a chegada das facções mais organizadas do Brasil no Pará foi um crescente no crime seguida de uma resposta informal por parte de policiais, berço da atuação dos justiceiros. Logo, se tem uma cópia do modo de agir e atuar das próprias facções (Informação verbal: Entrevistado 1, 2024).

No segundo cenário construído para uma realidade favorável à expansão das milícias no Pará, temos o jogo do bicho. Comumente relacionado com o Rio de Janeiro no imaginário brasileiro, o jogo do bicho é um crime histórico no Brasil e tomou proporções de grandes organizações criminosas. Hoje, reportagens, livros, documentários e até filmes alimentam as proporções do imaginário que essa prática tomou. A transgressão alcançou o patamar que hoje possui através de sua organização interna, com estruturas bem estabelecidas, linhas sucessórias e membros de famílias se envolvendo diretamente no negócio. Em 2013, Luizinho Drumond foi preso no Pará. Sentenciado diversas vezes desde 1990, Luizinho era o grande patrão do jogo ilegal no Rio de Janeiro, que ia do jogo do bicho aos caça níqueis. Suas sentenças iam de formação de quadrilha a mandante de assassinato, foi diversas vezes solto pela justiça e morreu em 2020 de um AVC. Sua prisão em 2013 no Pará não é mero acaso. O jogo do bicho no estado é um crime sem menções de início, como algo já naturalizado; entender a chegada do jogo do bicho no Pará, sua influência e sua estrutura, seria um trabalho à parte. Aqui colocamos que o jogo do bicho é algo de décadas no Pará, bem estabelecido e organizado, tendo até mesmo famosos bicheiros se mudando para o estado, passando a atuar diretamente com os bicheiros locais (Beatriz, 2023).

Em 2013 Luizinho Drumond foi acusado de chefiar as jogatinas ilegais na Região Metropolitana de Belém. Qual a ligação das milícias com o jogo do bicho? Como posto, uma grande força de organizações criminosas é, de fato, sua organização, estrutura e recursos. Com a estabilização no Pará, o jogo bicho passou pelos mesmos processos de amadurecimento do jogo do bicho no Rio de Janeiro, sendo uma delas a contratação de grupos para fornecimento de segurança particular, tanto para proteção como para execução de inimigos. Nesse quesito, as facções criminosas como o PCC e o CV e os grupos de extermínio como as milícias em seus

primeiros estágios sempre foram muito próximos desse tipo de serviço, atuando à luz do dia no Rio de Janeiro. Aqui, analisando as milícias e suas origens, como uma segunda hipótese para o favorecimento da transposição das milícias no estado está a atuação de policiais fora de serviço para o jogo do bicho. Conforme o jogo do bicho se estrutura, polícias passam a realizar serviços informais de segurança e cobrança. Ou seja, uma organização criminosa bem estruturada gera suporte ocasional para que outra surja (Beatriz, 2023).

Dessa forma, se cria uma dinâmica criminal, onde novos serviços surgem, e o comando de alguns pontos pode passar para o comando desses agentes estatais atuando em sua folga; com o devido processo, esses agentes podem se tornar líderes, que logo agregarão mais colegas ao sistema. No Pará, o processo de milicialização desses policiais individuais, se torna com o tempo o processo de milicialização de grupos inteiros, que por fim se tornam milícias urbanas. Em suma, o jogo do bicho no Pará e sua organização estruturada no Rio de Janeiro proporcionaram um cenário favorável para que policiais fora de serviço passassem a atuar em áreas que os tendenciaram a organização milicianas. No subcapítulo seguinte exploraremos uma relação ainda mais complexa entre o jogo do bicho paraense e o processo pelo qual as milícias no estado passaram, explorando como a atuação criminosa pode ter sido intrinsecamente importante para a criação das primeiras milícias urbanas do estado (Beatriz, 2023).

Por fim, no terceiro e último cenário que possivelmente foi favorável para a expansão das milícias no estado do Pará, temos o intercâmbio policial entre as polícias do Rio de Janeiro e as do Pará: através de programas de treinamento, polícias do Pará tiveram contato com policiais do Rio de Janeiro, principalmente ligados ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE²³), e esse intercâmbio gerou uma troca de conhecimento sobre as milícias no Rio de Janeiro. Essa tese se sustenta sobre a figura do cabo Pet, persona central em estudos sobre as milícias no Pará. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) ocorrida em 2015 apontou que um dos grupos milicianos do estado era chefiado por Antônio Marcos da Silva Figueiredo, conhecido como Cabo Pet. Vinculado à segurança particular, sua quadrilha estava concentrada em um dos maiores bairros de Belém, o Guamá. A atuação da milícia estava principalmente ligada aos comerciantes do bairro. Sua empresa extra-oficial de segurança possuía logo e placa de identificação. O cabo Pet já foi integrante da Rondas Ostensivas Táticas Metropolitana (ROTAM) e da Força Nacional de Segurança do Ministério da Justiça, e era tido como um homem de temperamento violento; judicialmente

²³ Força da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) o BOPE foi fundado em 1978 e é especializado em operações de alto risco, é comumente reconhecido por sua truculência e operações realizadas com alto nível de violência.

respondia um processo por homicídio (Do Pará, 2014).

Ainda segundo o Delegado, “Pety” e “Cilinho”, principalmente o “Pety”, eram tidos como heróis. “Pety” de acordo com suas investigações, tinha alguns homicídios cuja autoria se atribuía ao mesmo. A seu ver o mesmo operava mais como mandante, vez que um problema que o tornara manco tornava fácil de identificação. Contudo “Pety” já tinha sido identificado pela Delgada em três crimes justamente por conta de seu defeito na perna, que lhe obrigava a usar bengala (Do Pará, 2014, p. 89).

O contato do cabo Pet com forças policiais do Rio de Janeiro é tida como uma das razões de uma expansão bem-sucedida no Pará de um modelo tão próximo com os das milícias cariocas. Relatórios e entrevistas com pessoas próximas a Antônio Marcos da Silva relatam que o PM voltou diferente e com pensamentos novos após treinamento no Rio de Janeiro, entendendo diversas novas possibilidades que seu cargo e ligações permitiam. O modelo estava tão intrínseco com os do outro estado que a ligação política já era almejada pelo cabo Pet, que pretendia se candidatar a vereador, assim como seu parceiro no crime “Cilinho”. Cabo Pet foi morto em uma emboscada no bairro do Guamá, com 20 tiros em novembro de 2014. Sua morte desencadeou uma onda de assassinatos que resultou em 11 mortos no dia 5 de dezembro de 2014. Toda a investigação sobre a chacina demonstrou a ligação de Antônio Marcos da Silva com as milícias no Guamá, assim como deixaram descobertas a ligação de diversos outros agentes ligados à organização criminosa. A atuação de policiais durante a madrugada da chacina levantou suspeitas, com viaturas não realizando o patrulhamento da forma correta, se negando à perseguição de suspeitos, e não atendendo algumas vítimas. A onda de violência não somente foi estopim para a criação de investigações sérias sobre a atuação das milícias no estado como alavancou a criação da CPI das Milícias do Pará, que gerou importantes depoimentos e estudos sobre o tema (Do Pará, 2014).

Em suma, o intercâmbio de policiais do Pará com policiais do Rio de Janeiro gerou um terceiro cenário possível para a implementação do modelo de milícias no Pará. O caso do cabo Pet cristaliza diversas características dessa linha, do intercâmbio propriamente dito, a organização miliciana que o PM construiu ao longo dos anos de liderança, e as pretensões políticas futuras. Sua morte e a onda de assassinatos decorrida dela jogaram os holofotes para o comportamento extraoficial da polícia paraense. Desde 2014, a partir da execução do cabo Pet, o Ministério Público focou mais ainda nas milícias e detectou diversas organizações criminosas formadas por agentes do Estado atuando extraoficialmente. O Cabo Pet e outras figuras milicianas ligadas a ele se contraem diretamente com a primeira e segunda linha de expansão das milícias no Pará. A ligação desses grupos com o jogo do bicho através de

prestação de serviços e as divergências com concorrentes como as facções criminosas são apenas uma visão superficial da dinâmica criminal aqui desenhada. Essas contrações e ligações serão melhor analisadas no subcapítulo próprio, o seguinte (Do Pará, 2014).

É possível conceber que nada se ganha separando as linhas como divergentes ou como se houvesse uma tentativa de encontrar uma resposta certa entre as três inclinações para o fenômeno no Pará. O que ocorre é uma corroboração de três cenários distintos que formaram um ambiente favorável para a implementação de um modelo já bem consolidado. As milícias no Rio de Janeiro são as mais cristalizadas do Brasil, tendo passado por todos os estágios, tendo uma organização e modo de agir bem estabelecidos, não apenas convivendo em uníssono com o Estado, mas a fazer parte dele. O estágio político é o último estágio da evolução das milícias, e é possível notá-lo após a estabilização de serviços, dominação territorial, conluio com o tráfico e com organizações criminosas. Um Estado miliciano é o estágio final almejado por organizações milicianas, e não é possível alcançar isso sem eleger políticos que são milicianos ou defendem as causas milicianas. Outra característica que está chegando no Pará, mas ainda em seus estágios iniciais. As milícias parecem ter passado por metamorfoses, em ambos os estados, quando se fala na relação política (Informação verbal: Entrevistado 2, 2024).

Se antes os milicianos que almejavam a participação política se orgulhavam e se mostravam em público, se colocando como candidatos a cargos políticos das maneiras tradicionais, expondo suas imagens e, caso eleitos, atuando de maneira direta sobre seus interesses, hoje parecem estar mais contidos. Tanto no Pará como no Rio de Janeiro se tornou difícil apontar quais candidatos estão ligados a milícias, suas ligações são muito mais contidas e agem de maneira heterodoxa para a influência de suas causas e sucesso de campanhas. Em suas atuações já como eleitos, se observa muito mais ligações discretas, sem confrontos diretos sobre o tema.

Os projetos de lei e falas públicas sobre apoio a policiais agindo fora do posto de trabalho, deram lugar a verbas destinadas a ONGs e associações que, no fim, de alguma forma beneficiam o sistema criminal no qual os milicianos estão inseridos. O uso da política como um dos últimos estágios de dominação miliciano passa hoje por essa metamorfose que, ao que tudo indica, aposta em uma abordagem que resguarda mais as figuras centrais (Informação verbal: Entrevistado 2, 2024).

Esses milicianos não aparecem tão comumente em zonas eleitorais que dominam, mandando apenas laranjas para fazerem a campanha, que por vezes se baseia em caridades ao

bairro ou ameaças aos cidadãos que não direcionarem seu voto a eles²⁴. Milícias sempre criaram currais eleitorais, onde tem seus votos garantidos através da dominação que exercem na área, pois dominam diversos serviços essenciais como já citados, além de poderio bélico e o senso de ameaça constante. Conseguem formar pequenos estados paralelos, usando do medo como uma de suas maiores ferramentas de dominação sobre o povo, em bairros como Guamá e Jurunas relatos de áreas como horário para andar na rua, sair de casa, se recolher foram expostos através da CPI. Hoje, a maior diferença parece ser a falta da presença direta dos líderes do sistema, que atuam de maneira mais recôndita utilizando terceiros menos importantes. Em suma, as semelhanças das milícias urbanas no Rio de Janeiro com as do Pará vão até os processos de mudanças que as milícias sofreram nos últimos anos. Em divergência, se encontra o fato de serem milícias nascidas em tempos diferentes, por óbvio as cariocas estarão mais bem estruturadas em processos. Porém, uma característica parece ser única das milícias no Pará, tópico que abordaremos no subcapítulo seguinte (Do Pará, 2014).

2.2. O processo de remodelação das milícias paraenses

Segundo o Ministério Público, a alavancada de milícias no Pará data de 2014, mas essa afirmação possui uma problemática: é justamente após 2014 que investigações mais centradas sobre milícias no estado começam. É nesse ano que a morte no Guamá de Antônio Marcos da Silva Figueiredo, o cabo Pet, levou a uma onda de violência nas ruas paraenses. Onze pessoas foram mortas em quatro bairros diferentes, e a comoção popular gerada pelas mortes e violência levou a criação da CPI das milícias na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) em 2015. A CPI foi importante para averiguar a existência de diversos grupos milicianos e de extermínio no estado, jogando luz em um assunto há muito negligenciado pelos governos do estado. Estaria então a alavancada das milícias no Pará relacionada a morte do cabo Pet, o que levou a uma onda de crimes e ao afloramento da prática miliciana, ou a prática miliciana foi enfim investigada após o assassinato, o que levou a uma falsa sensação de crescimento, por novos casos serem descobertos todos os dias? Aqui trabalhamos no argumento que, entender esse processo de expansão do modelo de milícias no Rio de Janeiro para o Pará é muito mais

²⁴ Conforme milícias se tornam mais organizadas, ameaças à própria democracia do país começam a se tornar mais concretas, com ameaças a pleitos eleitorais e até assassinatos de candidatos. Hoje o México vive uma situação de narcoestado, no país, a cada eleição, seja municipal ou estadual, notícias de candidatos sendo assassinatos surgem, tudo devido a um estado de guerra civil desenvolvido ao longo dos anos. Para Marcelo Freixo, deputado que presidiu a CPI das Milícias no Rio de Janeiro, a ameaça das milícias no Brasil vai muito além do crime comum, mas que, caso políticas públicas não sejam criadas para lidar com o problema, a própria democracia do país pode estar em risco

complexo do que uma das possibilidades citadas (G1, 2024).

A CPI da milícia se debruçou em investigações abertas, realizou entrevistas e inquéritos importantes para hoje entendermos o processo da transmigração das milícias e sua possível padronização. A CPI colocou que, na época, em Belém ao menos três milícias coexistiam, e que a relação de grupos criminosos com policiais era estreitada no que tange o fornecimento de armas e munições. Em relação a origem das milícias no Pará, o relatório se limita a citar um suposto traficante conhecido como “Jack”, que teria sido o fundador do grupo de extermínio conhecido como “Liga da Justiça”, que passou a controlar o bairro da Terra Firme²⁵. O relato contido na CPI do crescimento desse grupo e como foi se estabelecendo, fazendo frente a criminalidade da região, corroboram muito para a primeira linha apresentada, do surgimento das milícias frente a violência crescente nos bairros, criando uma espécie de pequenas zonas com governanças paralelas, onde a lei implementada pelos milicianos se sobrepõe à do Estado. Dentro da criação da Liga da Justiça, o bairro e região passaram a conviver com a implementação das costumeiras práticas já observadas no Rio de Janeiro, o início truculento em busca do controle, com a expulsão e/ou controle de pessoas ligadas às contraversões, como usuários de drogas e praticantes de pequenos furtos (Couto, 2018).

De 2006 a 2011 Jack é tido como uma das figuras mais proeminentes na dominância de territórios no Pará, usando de um modo de agir que envolvia a venda de drogas para financiar e estruturar o negócio. Segundo a CPI, isso chamou a atenção de outras organizações, o que fez o modelo se expandir da Zona Norte a Sul, não podendo-se aferir o limites desse alcance. O uso da violência ao ponto de execução desses criminosos estabelece uma relação de poder sobre os novos donos da área. A CPI também levantou que, com o tempo, a ligação da Liga da Justiça com policiais ficou cada vez mais destacada, com o uso de armamento exclusivo da polícia por parte dos combatentes, ou o reconhecimento por parte dos moradores da situação amigável entre a Liga e policiais em horário de trabalho. A aproximação da Liga da Justiça com o tráfico de drogas também foi se estreitando conforme a milícia se organizava, mais uma vez colocando à tona o processo gradual que parece cometer as milícias em busca de expansão de atuação, se tornando cada vez mais próximas com o modelo carioca. Uma espécie de guerra civil surge entre três milícias da região, a Equipe Rex liderada por Moisés da Silva Gomes, o Poeta, e os irmãos da Farda, cujo principal líder era cabo Pet e a Liga da Justiça, comandada por Jack (Do Pará, 2014).

Os relatos são de idas e vindas de execuções em ambos os lados, uma violência que

²⁵ Terra firme é um dos bairros mais populosos do Pará.

afetou diretamente os moradores e instaurou o medo nos bairros, até a morte do cabo Pet, que trouxe o estopim da chacina que deixou onze mortos no que ficou conhecido como a “Chacina de Belém”; algumas dados de ONGs levantam que esse número pode ser maior, uma vez que o governo não incluiu nele outras mortes suspeitas que podem ter relação direta ao assassinato do cabo Pet. Em 2015 quatorze policiais militares foram indiciados por ligação direta ou indireta com a chacina de 2014; tendo sido alguns coniventes com o ocorrido, não tendo socorrido vítimas ou deixado de perseguir suspeitos. Em 2023, Otacílio José Queiroz Gonçalves, o “Cilinho”, ex-cabo da Polícia Militar do Pará, foi executado por três homens em uma moto, ele teve participação direta na chacina de 2014 e foi condenado à prisão em 2017. O aumento da violência no Pará a partir de 2014 é documentado, números demonstram o aumento de mortes violentas e a linha do tempo criada pelas investigações e reportagens possibilita a averiguação do crescimento das atividades milicianas (Do Pará, 2014).

Em quatro anos, 160 pessoas foram mortas ligadas diretamente a ações de grupos de extermínio e milícias no Pará. Os dados, vindos de ONGs que trabalham em prol dos direitos humanos, divergem dos dados do governo, que colocam um número de 104 vítimas. Entre 2014 a 2018 a ouvidoria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará recebeu 4.313 denúncias de crimes praticados por agentes de segurança, sendo os mais comuns característicos de milicianos, como extermínio, extorsão, agressão, tortura entre outros. Relatos expõem policiais militares à luz do dia realizando segurança em comércios e usando aparatos como câmeras de segurança, modernizando a atuação. Por fim, o estreitamento da relação das milícias com o tráfico não só traz uma intensificação da problemática da situação como também demonstra a já colocada evolução prevista e almejada por esses grupos, pois geram novas frentes de financiamento que vão além dos serviços costumeiros. A ligação com o tráfico estreita a relação com as facções criminosas, seja por enfrentamento ou conluio, explorados no final deste capítulo (Barbosa, 2023).

Hoje, as milícias existentes no Pará divergem até ideologicamente, sendo difícil a análise de como se separam. Mas algo que é delimitante em sua separação é a organização que parte delas alcançaram ao longo dos anos, possuindo uma liderança verticalizada, importante devido ao alcance que ganharam. Alguns estudos colocam um gerenciamento em volta de recursos humanos, capacitação, divisão de trabalho e “cabeças” no topo que mandam e desmandam, o que leva a uma melhor organização financeira e expansão de área de atuação. Tudo isso se entende como um cenário desenhado da atuação milicianas se alastrando pelo estado do Pará e a evolução temporal do modelo que ali se instaurou. O que aqui se propõe a partir disso é analisar como alguns desses grupos alcançaram esse ponto de organização; crucial

para o entendimento dos processos de replicação dos modelos milicianos. Aqui, voltamos à ideia das milícias com características de grupos de extermínio, que se diferem das milícias urbanas. Em questão de financiamento, as milícias urbanas são muito mais estruturadas, indo da segurança privada (atividade ligada a grupos de extermínio), ao roubo de cargas, comércio de sucatas e, na ligação com o tráfico, à venda de segurança a traficantes, apropriação de drogas apreendidas de traficantes e o domínio de territórios (Couto, 2018).

Como essas milícias evoluíram ao longo do ano, tendo passado por uma espécie de simbiose, se tornando milícias urbanas estruturadas? Como já posto, grupos de extermínio no Pará possuem uma existência sem uma linha do tempo concreta, levando em consideração as jagunças, ligadas ao coronelismo, focados principalmente em serviços de segurança. São um fenômeno de conhecimento popular e dentro do imaginário paraense. Aqui colocaremos que a remodelação pela qual esses grupos aparentam ter passado se inicia em 2019, sendo esta data, então, um marco para mudanças significativas na forma de organização aqui analisadas. Grupos com características principalmente ligadas a falta de organização, falta de centralização, sem liderança ou organização financeira podem ser observados, também, no Rio de Janeiro no início do fenômeno das milícias. No Pará eles se concentraram principalmente em Guamá e Pedreira, e tinham como principal atuação o serviço de segurança extra para comércios e eventuais assassinatos por encomenda:

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaurada na ALEPA no final de 2014, que investigou a existência de milícias e grupos de extermínio no estado, concluiu que as chacinas, as execuções e as milícias têm uma relação intrínseca. O relatório expôs que “as milícias no Pará são um fenômeno essencialmente policial militar” e que essa condição de agentes públicos atrai suporte de parte de seus pares, mesmo que omissivamente, por causa do “respeito que esses policiais tem na tropa, do agenciamento de bicos, do receio de serem mortos por se oporem ao crime e da cultura da resposta contra a morte de policiais” (Cruz, 2019).

A partir de 2020 uma remodelação parece acontecer, e parte desses grupos passam pelo processo de organização, se transformando gradativamente nas milícias urbanas aos moldes das mais avançadas do Rio de Janeiro. Aqui já analisamos as origens da expansão das milícias encontradas no Estado do Pará, em três linhas possíveis, passando pelo crescimento do crime organizado, a oportunidade gerada pelo jogo do bicho e o intercâmbio policial, tendo a realização que, como processos políticos, sociais e econômicos, são diversas frentes em conjunto que, em seus diversos aspectos particulares geram o direcionamento de um fenômeno complexo; tendo, possivelmente, a expansão das milícias no Pará tendo sido um fenômeno resultante das três linhas ao mesmo tempo. Porém, aqui nos propomos a analisar mais

profundamente uma introspectiva questão que envolve, principalmente, o jogo do bicho, as facções criminosas e o dito processo de remodelação pelo qual os grupos milicianos paraenses passaram a partir de 2019 para se tornarem milícias urbanas nos moldes que conhecemos (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

A atuação do Jogo do Bicho em contexto com a atuação das facções criminosas tradicionais levava a uma janela oportuna para a organização das, agora, milícias urbanas paraenses. Para tal, é preciso inicialmente entender como se deu ao longo dos anos a relação das facções criminosas com os grupos milicianos. Em recapitulação, jogo do bicho é uma prática criminosa conhecida e antiga no Pará, assim como os grupos de extermínio e grupos com aspiração miliciana. As facções criminosas, como CV e PCC, se instauraram e cresceram frente à inércia do estado. Em uma anedota, quando Jack foi morto e a Liga da Justiça enfraquecida, a organização mudou aos poucos seus modos de agir. Passaram a se apropriar de bocas de fumo, exigindo dos traficantes de bairro o pagamento para a comercialização de drogas; acontecimento que também começou a surgir em outros bairros além do Guamá. Criase assim um modelo que, frente ao seu sucesso, começa a ser explorado por outros bairros e outras organizações de defensores urbanos. A princípio é uma nova forma de agregar valor ao negócio, que evolui de atender apenas segurança e se torna praticamente um novo tipo de negócio (Couto, 2018).

A entrada nas atividades envolvendo o tráfico de drogas é chave para o entendimento do primeiro encontro concreto entre as milícias com as facções criminosas. As milícias começam o processo de aproximação através da atividade ilícita, e também, por consequência, dão início a um embate com as redes que antes já existiam. Relatos de agentes pegando drogas de uma boca para serem vendidas em outra, o que trazia a eles uma espécie de camuflagem em conjunto com o tráfico tradicional, ou a execução de traficantes que não seguiam suas ordens são exemplos desses primeiros contatos.²⁶ Couto (2018) coloca que, o esquema de corrupção policial vinculado ao tráfico de drogas já é um esquema consolidado em grandes cidades brasileiras, e que, por fim, a inserção desses grupos de extermínio dentro dessa dinâmica criminal soaria como uma consequência quase natural:

Como já destacado, existe um forte esquema de corrupção policial a partir do narcotráfico nas grandes metrópoles brasileiras, sendo que, em Belém, reforça-se a ideia de que o esquema de corrupção incorporou a milícia ao circuito econômico do tráfico, não apenas por meio da extorsão, mas, também, pela própria venda e

²⁶ Como adendo, importante frisar que algumas fontes consultadas em entrevistas possuem a visão de que milícias não se envolvem com facções em hipótese alguma, havendo uma grande separação entre o crime organizado e aqueles que, mesmo na ilegalidade, combatem o crime organizado

distribuição de drogas. Assim, o Relatório da CPI, em seu entendimento destaca o termo milícia para nossa região: Consiste na identificação da atuação de grupos criminosos os quais contêm ou não a participação de agentes do sistema de segurança pública nos moldes do Art. 288-A do CPB, num determinado espaço: bairro, cidade, região. Simulando ‘poder de polícia’, através da venda de ‘proteção’ e tendo como condutas criminosas mais comuns a prática do extermínio, a extorsão mediante sequestro, e a associação para o tráfico de drogas. Independentemente do nível ou estágio de organização e sofisticação (Do Pará, 2014, p. 58).

Dessa forma, o controle de territórios por parte das milícias não poderia continuar em êxito se não passassem pelos territórios dominados pelo tráfico de drogas. A ambiguidade do “papal” dos ditos justiceiros urbanos em volta do combate a drogas em paralelo aos crimes em prol desse combate deixa de existir a partir do momento que é vislumbrada a oportunidade de ganho, uma vez que eles mesmos podem exercer o papel do tráfico, em vez de combater, tomar e englobar. Esses espaços de poder entram na visão da micropolítica, parte do entendimento da criação de territórios com governos paralelos, seguindo suas próprias leis e ordem. Quando as milícias enxergam a possibilidade de tomarem o tráfico para si, não só apenas o ganho monetário é visionado, mas também o ganho de poder, político e territorial. No Pará, tem-se que esse fenômeno se iniciou na região da Terra Firme, como relatado ilustrativo. Porém, aqui a análise se limita em entender como isso levou ao primeiro contato direto dos grupos de extermínios com facções criminosas (Couto, 2018).

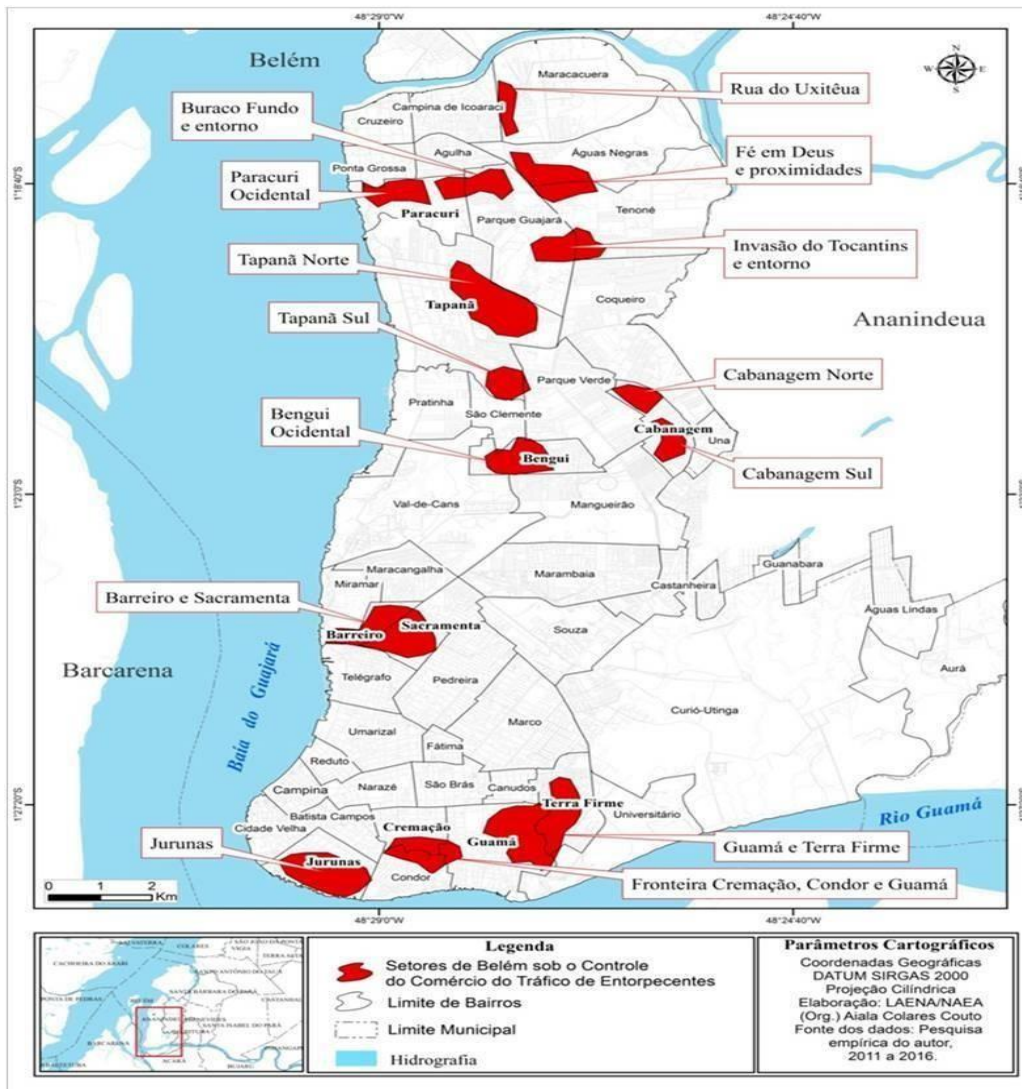
Comumente passa-se a chamar grupos que possuem forças estatais em seu corpo com envolvimento com o tráfico de entorpecentes de “Narcomilícias”. Como parte do motivo da existência de grupos de combate ao crime urbano é o próprio combate a contravenções, em teoria atividades criminosas não conseguem existir em territórios dominados pelos grupos de extermínio ligados à segurança privada. O novo molde ocorre nesse momento de conveniência, uma oportunidade de maior ganho, como já posto. No âmbito do tráfico, há uma possível diferenciação das milícias no Rio de Janeiro do fenômeno observado no Pará, que infere diretamente em como esse processo de aproximação com o tráfico se deu. No Rio de Janeiro, o tráfico composto por lideranças bem articuladas e estruturadas, com conexões internacionais e toda uma linha que vai do armamento à lavagem de dinheiro é de conhecimento público. No Pará, a CPI coloca que, por um período, era fraca a ligação das facções criminosas mais relevantes com os traficantes locais, permitindo que as milícias fossem facilmente se infiltrando nesse modelo de negócios, evitando o conflito direto a princípio, fornecendo proteção a pequenos traficantes, e controlando o negócio ao seu modo; até mesmo as ligações oficiais alavancaram essa atuação, com casos de fornecimento de drogas ao tráfico presas em operações policiais. Tais conflitos aparentemente permaneceram apenas entre os próprios grupos que

ofertavam segurança privada, como posto na na CPI:

De fato as milícias paraenses são narcomilícias. Manter o tráfico sob controle em seu território, em condição de controle é estratégia de negócios, pois não interrompe o fluxo externo de fornecimento, que poderia incitar a disputa pelo mesmo, tampouco permite seu pleno desenvolvimento autônomo que poderia implicar também no confronto direto, tal como ocorrido com a “Equipe Rex” e que pode ter sido uma das causas do Assassinato do Cabo Figueiredo e do desencadeamento da Chacina nos dias 04 e 05 de novembro (Do Pará, 2014. p. 184).

No seguinte mapa, elaborado por uma pesquisa empírica de Couto (2018), é possível analisar a maneira rápida e eficiente que esses grupos tomaram conta do tráfico e se espalharam em modelos em diversas direções de Belém:

Figura 3 - Dinâmica do crime em Belém



Fonte: Ponte, 2018.

Alguns relatos colocam que apenas a partir de 2017 houve um reconhecimento do Comando Vermelho pelo governo paraense. Já citado, a demora em reconhecimento das facções criminosas de alcance nacional, como o CV e o PCC, foi morosa e crítica por parte do estado, contribuindo imensamente para o fortalecimento das ramificações locais. Em 2018 o Complexo Americano Santa Isabel é exemplo, ganhando fama de ser o presídio mais mal gerido do Brasil, tendo uma gestão de policiais fora da carreira e com um sistema de entrada e saída de presos completamente controlado pelos prisioneiros. Em abril do mesmo ano, uma tentativa de fuga em massa deixou 21 mortos. A situação prisional paraense embasa o acirramento da participação das facções “tradicionais” no estado, que sempre se fortalecem frente à situação prisional das localidades em que se instauram. Em 2019 o massacre de Altamira²⁷ coloca o alerta nacional para o Pará, sendo enviado a Força Nacional (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

No Pará, o CV, em uma situação inédita, começou a se comportar de maneira divergente com a liderança nacional. De característica muito mais belicosa, a facção teve enfrentamentos com milícias, começando práticas destoantes de outros estados, realizando chacinas focadas em polícias. O sistema carcerário permitiu que membros do CV em presídios federais estivessem em contato direto com membros de facções paraenses. Informações de inteligência apontam que membros paraenses do CV estiveram juntos com os do Rio de Janeiro em prisões cariocas. Ideologicamente, as ações do CV no Pará estavam destoando da liderança carioca, havendo um pedido para frear as ações em Belém, pois a facção estava se tornando aquilo que ela pregava contra; se tornando uma entidade opressora. Observa-se, assim, alguns conflitos entre as milícias e facções criminosas e contra outras milícias no Pará. Por vezes, o registro destes são envoltos em casos de escolta de droga, divergência de valores e roubo de cargas. A milícia, contratada para fazer a escolta de algum carregamento de drogas, opta por ficar com a própria carga devido ao seu valor; casos que são mais concretos dentro da internacionalização das milícias concentradas unicamente para segurança e extermínio, e de suas atuações na Rota de Solimões, mais explorada no capítulo seguinte (Informação verbal: Entrevistado 2, 2024).

Até 2019, esse estágio de enfrentamento passa por alguns marcos, disputas entre o CV e o PCC, disputa de milícias contra milícias e de milícias contra as facções. Uma suposição para o modo distinto de agir do CV no estado até perpassa pela existência, crescimento e reconhecimento das milícias da região, as enxergando como uma ameaça. Mas, gradualmente,

²⁷ Maior tragédia carcerária depois do Carandiru. Em 29 de julho de 2019 uma rebelião no Centro de Recuperação Regional de Altamira deixou 58 detentos mortos, a maioria por asfixia. Um dia após o massacre mais quatro detentos foram mortos dentro de um caminhão-cela. A tragédia foi resultado do confronto entre o Comando Classe A (CCA) e membros do Comando Vermelho. O CCA havia se associado ao PCC em junho de 2019.

observa-se um conluio entre milícias e facções criminosas, seguido de uma maior organização e modernização das milícias, até então, ainda amadoras. Isso tem ligação direta com a relação das facções e das milícias com o jogo do bicho. Leonardo Araújo, conhecido como L41²⁸, um dos líderes conhecidos do Comando Vermelho, vai ao Rio de Janeiro e lá começa a se estabelecer nas comunidades conflagradas, onde as milícias, principalmente voltadas para o narcotráfico, já eram bem estabelecidas. No Rio de Janeiro, o L41 parece obter esse vislumbre das milícias urbanas, modernas e organizadas, que levam suas atividades para além dos serviços de segurança, mas dominando áreas, o transporte público e alternativo, a cobrança de taxas de comércios e do tráfico. Esse entendimento mais abrangente sobre as milícias de alguma forma retorna ao Pará, sendo o jogo do bicho intermediário da apaziguação das milícias com as facções e, direta ou indiretamente, ajudando na modernização dessas milícias (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

Comumente, as milícias no Rio de Janeiro fornecem serviços de segurança para o jogo do bicho, e por vezes, como aqui relatado, servem para a cooptação de policiais fora de serviço que passam a trabalhar para o funcionamento do sistema, realizando escoltas e até cobranças. Esses policiais podem passar a ter contato com líderes milicianos e enxergam ali mais oportunidades de ganho. No Rio de Janeiro, cenário mais consolidado dessa colaboração, pode-se observar interesses que vão além:

(...) Milicianos e bicheiros compartilham muitos aspectos ideológicos, enquanto a trama se dá com a presença de membros de grupos paramilitares, o que intensifica a complexidade dessa interligação. Além da dimensão econômica, a relação é ambiciosamente territorial, levando muitas milícias a ampliarem suas atividades para o controle de diferentes setores da sociedade, entre os quais se destaca o jogo do bicho. (...) A milícia não apenas busca lucros diretos com o bicho, mas também impõe autoridade sobre os operadores locais. Esse controle muitas vezes leva a uma exploração exacerbada dos recursos e ações violentas, prejudicando também as comunidades nas quais operam. Essa vinculação não é apenas uma questão criminal, mas também uma ameaça à estabilidade social. A exploração desenfreada prejudica a integridade das comunidades, contribuindo para um ciclo vicioso de corrupção e violência (Beatriz, 2023).

No Pará isso não foi diferente: com a criação de mais um cenário positivo para a expansão do modelo miliciano do Rio de Janeiro no estado, as milícias se tornaram muito próximas da organização criminosa. Essa frente de atuação com o jogo do bicho também é visada pelas facções criminosas, e é a partir desse embate de interesses que acontece no Pará

²⁸ Suspeito de ordenar mais de 40 ataques a agentes de segurança pública no Pará, Leonardo, conhecido como L41, não agia sozinho. 12 outros criminosos que trabalhavam com ele no RJ foram mortos após reagir à prisão, destes, 9 eram paraenses. De acordo com a Polícia, a operação ainda está em fase de execução, pois tem o objetivo de encontrar cerca de 150 criminosos do Pará, que continuam escondidos em comunidades do Rio de Janeiro (Dol, 2023).

que a interação mais distinta dentro desse sistema ocorre. A partir de 2019 ocorre, provavelmente, o primeiro passo para essa estruturação das milícias voltadas para segurança em milícias urbanas, em conjunto com um maior conluio entre milícias e facções, através da intermediação do jogo do bicho. O CV possui interesse em trabalhar para o jogo do bicho no Pará, o que gera a extorsão da facção em troca de segurança. Dessa forma, a organização de contraventores se veem realizando dois pagamentos por segurança, à facção e às milícias, ao mesmo tempo que uma tensão maior cresce entre os dois “prestadores de serviços de segurança” por interesses próprios e desconfiança (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

Essa interação leva a um movimento por parte do jogo do bicho, que opta por ter a segurança dos dois ao mesmo tempo. A informação, através de departamentos de inteligência da polícia, é a de que por meados de 2019-2020 o jogo do bicho intermediou uma negociação entre ambas as partes. Dessa negociação não apenas surgiram duas frentes de proteção ao jogo do bicho no Pará, mas uma parceria que se demonstraria essencial para a alavancada na modernização das milícias no estado. O primeiro conluio concreto entre milícias e facções, que antes possuíam uma relação inconstante, surge desse momento. As milícias continuam prestando os serviços costumeiros ao jogo do bicho, e o CV passa a não realizar mais uma extorsão forte, que antes queimava bancas de apostas. Porém, além disso, as milícias começam a interagir em proximidade com as facções e a englobar seus modos de organização. Após 2019 as milícias ganham mais corpo, mais extensão, se associam ao tráfico de forma mais aguda e, em destaque, centralizam o poder de comando e de arrecadação. Começam a realizar a dominação, como no Rio de Janeiro (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

A situação do jogo do bicho frente à extorsão e cobranças das milícias e das facções ao mesmo tempo gera um intermediário, um primeiro contato profundo entre as partes interessadas. Os dois grupos que antes eram inimigos começam a trabalhar em conluio mesmo que pontualmente, e o menos estruturado passa por uma remodelação a partir dessa interação. Um exemplo concreto dessa interação ocorre perto da morte de Cilinho, já citado. Cilinho fazia parte de uma milícia do Guamá que fazia a segurança do jogo do bicho e foi morto por milicianos, não por faccionados. Entre Cilinho se costurou um acordo com o L41, intermediado pelo jogo do bicho através de Luizinho Drummond para que, dentro daquela área, a situação entre a facção e as milícias ficassem pacificadas, com cada parte dividindo o serviço e evitando o enfrentamento. Cilinho é morto logo depois da morte do L41, em um revés; o Comando Vermelho em níveis nacionais, não concordava com o acordo. O grupo do Cilinho era tido como o mais avançado na região, e ainda era um grupo restrito no Guamá e bairros adjacentes. Ou seja, ainda caminhava para uma centralização. Essa aproximação com o Comando

Vermelho alavancou esse processo, tornando a milícia de Cilinho, que era seu porta-voz nas ruas, uma das mais próximas às urbanizadas inspiradas no Rio de Janeiro (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

Em suma, os cenários favoráveis para a expansão das milícias no Pará perpassam pelo crescimento das ações das facções criminosas, a atuação histórica do jogo do bicho em conjunto com milícias e o intercâmbio da polícia paraense com a carioca. Defende-se que essas três linhas em conjunto construíram um cenário favorável para a expansão. A CPI das milícias da Alepa foi importante para trazer a seriedade do problema de segurança pública que estava - e está - se estruturando no Pará. As facções criminosas se aproveitaram da demora do Estado para fomentar e crescer rapidamente. As milícias encontradas no Pará, com ligações sempre fitando com os modelos do Rio de Janeiro, se mantiveram por um período em situação de inércia, atuando estritamente na área de segurança, se mantendo descentralizadas e sem uma liderança bem organizada. Confrontos entre milícias e desencontros de ações demonstraram essa realidade, porém com o tempo foram englobando práticas semelhantes às cariocas, como a ligação com o tráfico, buscando cenários favoráveis para alavancarem sua atuação. Após uma interação única entre as milícias e as facções criminosas, mediada pelo jogo do bicho, antigas organizações rivais passam a atuar em conluio. Esse ponto de inflexão pode ser decisivo para a elevação das milícias ao status de milícias urbanas.

3. OS CRIMES ENVOLTOS DAS MILÍCIAS E SEUS VÍNCULOS TRANSNACIONAIS

Onde se analisa os vínculos internacionais das milícias no Pará, começando pelo processo de internacionalização do estudo, a macro e micro globalização, entendendo como atores locais podem criar laços globais. Consequente, olha-se o último passo do progresso miliciano, em volta da inserção na política, brevemente podendo-se observá-la no Pará. Por fim, entendendo como as milícias no Pará são patrocinadas, pondo em voga os reais pontos de sustento do sistema miliciano no Brasil

3.1 A exportação da violência

O crime especializado passou por mudanças significativas nas últimas décadas em Belém, principalmente envolvendo o tráfico nacional e internacional de drogas. Diversos tipos de entorpecentes se encontram em uma espécie de centro de distribuição no qual o estado se tornou. A cocaína vinda da Colômbia, Peru e outros países latinos encontram fluxo passando pela chamada “Rota dos Solimões”, nomeada pelo rio de mesmo nome. A droga atravessa a Amazônia até chegar a Belém, onde é escoada para o Sul e Sudeste, além de, foco dessa análise, ir para o exterior como a África e Europa. Hoje, essa rota não cuida apenas do tráfico de entorpecentes, mas do escoamento de madeira ilegal e dos resultados do garimpo. Essa rota é protagonista de novas dinâmicas do crime no estado, e ligação estreita entre o tema e a internacionalização do mesmo, como abordaremos a seguir (Adorno; Amorim, 2018).

Nos últimos anos, relatórios de inteligência da polícia demonstram um crescente de ações que significa, em fácil leitura, a crescente do tráfico, do contrabando e, por seguinte, uma expansão da atuação de facções criminosas, milicianas e de seus conluos. Pico disso é a realidade onde os maiores e mais graves enfrentamentos de milícias frente a facções criminosas são por desacordos ou traições em meio a trabalhos em conjunto envolvendo o tráfico internacional. No que tange ao envolvimento das milícias com crimes internacionais, como se observará, se encontram no serviço de escolta, cuidando de parte da logística de levar itens de um ponto ao outro. Relatos de milicianos ou faccionados sendo executados por enganar o outro grupo pavimentam essa nova dinâmica entre os dois fenômenos. Por vezes o conflito estourou por divergência de valores, ou roubo de cargas valiosas. Como o transporte passa por alguns modais, como rios, estradas e céu, através de lanchas, caminhões e aviões, os traficantes se

juntam para pagar a escolta, comumente realizada por milicianos. Isso gera uma dinâmica única para o tráfico. Trabalhando em forma de consórcio, a rentabilidade e o potencial da carga crescem, mas ao mesmo tempo, problemas como traições também. Se um dos envolvidos trai o grupo, o desencadeamento também tem grande potencial. Essa dinâmica do crime, contemporaneamente observada, eleva a complexidade devido a seus autores envolvidos e o alcance global que geram, em atos locais com alcance global (Informação verbal: Entrevistado 2, 2024).

Antes, com caráter marginal ou periférico dentro dos estudos de Segurança Internacional, temas como facções criminosas e milícias hoje se abrangem de forma distinta dentro da SI. A teoria de expansão das máfias, já citada, demonstra o processo de transmigração em busca de novas oportunidades econômicas perante a inércia do estado, sendo tal processo o mais coerente para se aplicar em comparativos acadêmicos sobre o movimento que ocorre contemporaneamente hoje no Brasil. Quando citamos a glocalização²⁹ de um fenômeno, levamos em consideração a influência mútua entre o global e o local. No Pará, movimentos internacionais encontraram movimentos locais, criando uma rede que se sustenta através de interações muito exclusivas, porém que se tornam cada vez mais legíveis. Em um simples desenho podemos entender como recursos e tecnologias globais podem ser usados para fortalecer operações locais, ao mesmo tempo em que essas operações locais contribuem para redes criminosas transnacionais. As milícias atualmente presentes no Pará atuam, de forma direta ou indireta, como intermediárias na distribuição de drogas e contrabando, favorecendo carteis internacionais e facilitando a lavagem de dinheiro, o que impacta diretamente o sistema financeiro global (Bauman, 1999).

As novas conexões das milícias encontradas no Pará perpassam pelo processo de modernização e capacitação das mesmas. Se a tentativa de representação política é um dos últimos passos de dominação, a ligação com o global é um dos passos mais importantes para capacidade operacional e financiamento. Atualmente, grupos locais encontram facilidade em estabelecer conexões internacionais, uma vez que as configurações do mundo moderno criam diversas frentes que facilitam essas interações. A inserção local amplia as possibilidades regionais, permitindo que esses grupos se enraízem e fortaleçam vínculos, gerando novas

²⁹ O conceito de glocalização é amplamente utilizado para examinar como a globalização impacta as comunidades e sociedades locais, além de explorar como as influências locais podem moldar fenômenos globais. Este conceito é igualmente importante para entender as dinâmicas da segurança internacional, pois ameaças e desafios globais podem ter efeitos específicos em contextos locais e, inversamente, as particularidades locais podem influenciar questões globais. Bauman (1998) sublinha a necessidade de compreender os efeitos da globalização e da localização para que o termo glocalização adquira pleno sentido. Portanto, a compreensão da glocalização é crucial para uma análise completa das questões de fronteiras, da segurança internacional e das respostas adaptativas a desafios globais

oportunidades de globalização. A ligação milicianiana com as facções, o conluio em detrimento do enfrentamento, abriu novas frentes de atuação, e quanto mais tempo o fenômeno passa sem solução, mais conexões oportunas são geradas. As milícias no Pará em ascensão nos permitem observar essa linha temporal, principalmente na ótica da narcocultura e do contrabando, que se fomentam nos últimos anos. Ao se inserirem nos *assemblages* globais de in(segurança), esses atores locais passam para a ligação com o global. Abrahamsen e Williams (2010) levantam justamente a questão sobre a produção de insegurança em âmbito global por atores locais³⁰ (Bauman, 1999).

A polarização da mobilidade analisa como a capacidade de movimentação global pode criar desigualdades significativas. No topo da hierarquia da mobilidade se encontram os globais, elite incorporada com recursos e influência, que se movimentam com facilidade, enquanto os locais estão fadados à imobilidade por barreiras econômicas, sociais e políticas, estando retidos em suas localizações. Bauman ressalta o paradoxo, que questiona justamente um mundo cada vez mais interconectado que gera cada vez menos oportunidades de interconexão. A polarização da mobilidade através do fenômeno milicianiano se evidencia através da utilização da mobilidade em prol da expansão de operações e aumento de poder, em detrimento da capacidade igualitária a comunidades locais, se mantendo restritas e vulneráveis. As facções criminosas e a prática do consórcio do crime abrem oportunidades plurais para a atuação de grupos especializados em segurança privada, escolta e extermínio; frisa-se que a problemática vai ao encontro de outros crimes além dos ligados a entorpecentes, como o contrabando de produtos, o narcogarimpo e diversos crimes ligados a questões ambientais. Essas ligações são impulso para que esse vínculo local ao internacional ocorra, e a mobilidade sofra polarização (Bauman, 1999).

Parte da dificuldade das autoridades em irem de encontro a essa problemática está, também, na modernização da ação do narcotráfico. Hoje as milícias já têm conhecimento das técnicas de investigação, o que torna cada vez mais difícil identificar os detratores. Outro aspecto problemático é a falta de contato direto das milícias com a droga em si. Elas atuam apenas na escolta, guarda, transbordo e envio para outros países, sem jamais manusear diretamente o produto, recorrendo a terceiros que as autoridades atualmente têm dificuldade em identificar. Esse processo, portanto, é amplamente terceirizado. Atualmente, o tráfico na rota

³⁰ Os autores sustentam que, no contexto da globalização, a segurança deixou de ser uma prerrogativa exclusiva dos Estados-nação, passando a ser co-construída por uma variedade de atores e processos em diferentes níveis – local, nacional e transnacional. Entre esses atores, incluem-se agências de segurança privada, empresas de segurança, organizações não governamentais, corporações transnacionais, forças militares privadas e outros agentes não estatais. Esses grupos desempenham um papel cada vez mais significativo na manutenção da segurança, complementando e, em alguns casos, substituindo os mecanismos tradicionais do Estado.

de Solimões, que abrange localidades como Tabatinga (Amazonas) e Letícia (Colômbia), utiliza três modais distintos: fluvial, rodoviário e aéreo. As milícias atuam mais intensamente nos rios; investigações recentes concentram-se no porto de Vila do Conde – ou porto de Barcarena. No entanto, as informações de inteligência ainda são preliminares, embora mencionem a aquisição, aluguel e/ou arrendamento de áreas rurais próximas, que são utilizadas temporariamente como esconderijos para drogas antes do embarque em navios disfarçados, frequentemente carregando pescados, minério ou madeira. Esse sistema conta até mesmo com a colaboração de fiscais aduaneiros, que facilitam a entrada das cargas no porto por meio de contêineres ou caçambas (Informação verbal: Entrevistado 2, 2024).

Contemporaneamente, visões modernas da geografia e da ciência política analisam fronteiras de formas muito mais abrangentes, gerando novas perspectivas sobre o tema. Quando os novos paradigmas modernos permitem uma rápida ligação entre duas regiões, como é o caso dentro do Brasil e na Europa, devido os diversos modais de transporte, não é mais uma fronteira física que sustenta a separação das duas regiões, podendo-se observar uma ligação mais intrínseca entre regiões antes separadas por quilômetros de distância. Fronteiras físicas não significam mais tanto hoje como significavam antigamente, tornando uma virtual ligação direta entre regiões centrais do Brasil com outros países muito mais tênues. Ligações muito mais fluidas são aporte para o processo de expansão das milícias, gerando oportunidades ímpares de desenvolvimento e financiamento, além de ligações plurais com patrocinadores, que podem ter interesses distintos em seus serviços, uma vez que, por exemplo, do Pará, milicianos conseguem contato rápido com países receptores de drogas, como na Europa e na África (Passi, 1995).

No âmbito do consórcio das drogas, as facções não entram em confronto justamente por terem interesse distintos entre os tipos de drogas transportadas. O CV possui interesse no skunk e na pedra do óxi que será comercializada em território nacional, entre Belém, o Nordeste do país e o Rio de Janeiro. O PCC, por sua vez, não necessita que a droga seja desembarcada, uma vez que seu interesse mira no internacional. Por vezes há apenas a passagem da carga para outro navio, que segue para outros países. Relatórios de inteligência citam que drogas vindas do Suriname nem entram no Brasil, apenas fazendo a passagem pela costa. As milícias miram o ganho pelo serviço de segurança dessa operação toda. O trâmite perpassa por barco, por vezes disfarçados de barcos pesqueiros, que possuem autonomia marítima e fazem o contato com os navios, realizando o transbordo da carga ilegal. O próprio barco margeia a costa brasileira, passando por Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e depois realiza a travessia para a África do Sul, por exemplo. Casos de barcos apreendidos com drogas nesses estados e na África do Sul e na América do Norte configuram provas desse sistema. Casos de milicianos

sendo presos em meio a essas ações também corroboram para o desenho aqui descrito, seja por tráfico de entorpecentes ou de mercadorias variadas; ficou famoso o caso de um miliciano paraense preso em Portugal (Informação verbal: Entrevistado 2, 2024).

Em anedota à situação, um famoso miliciano paraense que era procurado pela Polícia Federal, Marcelo Pantoja Rabelo, conhecido como Marcelo da Sucata, exercia um denso contrabando de eletroeletrônicos e hoje está vinculado ao tráfico de drogas, muito devido ao seu nível de conhecimento das rotas e entendimento de todo o sistema, adquiridos com anos de atuação na área de contrabando. Marcelo da Sucata é acusado de ser chefe de um grupo de extermínio no Pará, suspeito de ter atropelado um PM em Ananindeua e de ser o mandante de seis mortes. Foi preso no Ceará em 2019. Ele era um dos principais alvos do CV em 2018, por patrocinar as milícias no Pará, em uma época de enfrentamentos com as facções. Informações de inteligência o ligavam, com muita proximidade, a cabo Pet e demais envolvidos nas milícias encontradas no Pará. Hoje, como posto, não se vê mais essa situação tênue entre as facções e milícias. O relato enriquece o modo operacional ligado ao internacional, demonstrando que não se limita ao narcotráfico, mas que as milícias atuam em demais frentes dentro desse processo, em uma rica proliferação de atividades (Informação verbal: Entrevistado 2, 2024).

Em 2022 a Operação Euterpe³¹ cumpriu vinte e dois mandados de busca e apreensão em cidades paraenses. Ananindeua, Marituba e Barcarena foram protagonistas da operação que foi realizada em conjunto com a Polícia Judiciária de Portugal, o Serviço Europeu de Polícia (Europol) e a Receita Federal do Brasil, o envolvimento e cooperação de Portugal vinha da apreensão de 800 quilos de cocaína no país naquele ano, durante a Operação Norte Tropical. Três paraenses foram presos na operação em Portugal, sendo um deles Aderaldo Pereira de Freitas Neto, da Polícia Militar do Pará acusado de envolvimento com tráfico internacional de drogas. A Promotoria de Justiça pediu o afastamento do PM. Foram feitas apreensões também na Espanha. As investigações também levaram a ligação de diversas empresas paraenses que realizaram a exportação do açaí. A exportação, a princípio legal, pode ter o envolvimento também dos sócios da empresa. O desenho da complexidade do tráfico demonstra a organização adquirida ao longo dos anos pelas facções criminosas e milícias (O Liberal, 2022).

Dados da polícia demonstram qu'e, até 2020, a apreensão de cem quilos de drogas era considerada uma grande apreensão. À época, o modal mais usado era o terrestre, através das estradas conhecidas como "rotas caipiras"³². Após a adoção do modal aquático, especialmente

³¹ Nome científico do açaí, comum da região Norte. As drogas em Portugal foram encontradas escondidas em uma grande carga do fruto.

³² Rotas nomeadas por serem compostas, principal, de estradas rurais de terra, de difícil acesso e fiscalização

pela Rota dos Solimões, atingiu-se o recorde de uma tonelada e meia de drogas apreendidas em Abaetetuba, no Porto de Vila do Conde; a carga estava dissimulada sob três toneladas de pescado, o que dificultou sua identificação. Investigadores preveem que esse recorde será superado anualmente. Esse movimento também está ligado a Marcelo da Sucata, que já utilizava rotas aquáticas para contrabando, evidenciado por uma apreensão de dez toneladas de mercadorias em Castanhal, em 2018. Esse cenário reforça a interconexão e o apoio mútuo entre figuras contraventoras, que ao longo dos anos desenvolvem parcerias, contribuindo para o fortalecimento e a sofisticação das atividades criminosas (Informação verbal: Entrevistado 3, 2024).

O termo narcomilícias tem grande evidência com a realidade e faz paralelo com a milícia “tradicional”, principalmente se aproveitando das vantagens monetárias de outros segmentos como já colocado:

Somando-se a esta linha de raciocínio, tem-se também o surgimento das narcomilícias, ou seja, agentes (ou ex-agentes) de segurança pública em exercício de suas atividades (ou não), que se utilizam do aparato ideológico do Estado para obter benefícios sobre o narcotráfico. Esses agentes adquirem recursos com extorsão, execução por encomenda e até distribuição de drogas para serem comercializadas. Nesse caso, as narcomilícias se diferem dos narcotraficantes da periferia de Belém, por exemplo, pelo fato de terem um controle sobre a vida daqueles que são, como dizia Foucault (2008), considerados espécies perigosas, e, portanto, “matáveis”. É outro território, um território que está em vigilância e sob efeito de punição, ou seja, é o “vigiar e punir” (Foucault, 2010) sob o poder das milícias armadas (Couto, 2016. p. 159).

Essas narcomilícias surgem quando policiais e ex-policiais treinados nas táticas e corporativismo militar utilizam de seu saber para obter vantagens pessoais sobre o tráfico, utilizando-se desde a extorsão de traficantes até o, posto, conluio com os próprios traficantes, exercendo a interação de forças de segurança como já discutido. A criação desse ecossistema parece estar enraizada em particularidades que fazem milícias se misturarem ao processo do narcotráfico de tal forma que dificulta investigações que consigam separar e entender o processo:

Todavia, foi visto que o « negócio » das milícias se amplia e se mistura com o “negócio” do tráfico de drogas, portanto, deve-se compreender as milícias como um fenômeno social com expressões de práticas criminosas materializadas no e pelo espaço. A territorialidade deste grupo implica em uma ampla e articulada relação entre os sujeitos e, pode-se até dizer, que a sua existência ocorre em função do seu funcionamento em redes, sobretudo, redes de relações sociais; ou melhor, conjuntos de relações que levam ao exercício do poder em sua essência. Nesses termos, frisa-se também que a milícia cria condições para a manutenção de sua rede social que é de suma importância para a sua preservação (Couto, 2018. p. 12).

Como posto, o processo de introdução das milícias ao tráfico se tornam naturais dentro da evolução almejada pelo fenômeno, uma vez que não há como as milícias se desenvolverem e ampliarem suas áreas de atuação sem irem ao encontro de zonas de tráfico, ecossistemas já criados anteriormente e com seus donos bem estabelecidos. O processo de composição das milícias para com o sistema do narcotráfico traz esse importante passo para a consolidação do fenômeno no Pará. As milícias no Pará encontraram seu lugar dentro de um dos ecossistemas mais rentáveis do mundo moderno. Além do contrabando comum, o tráfico de entorpecentes coloca as milícias no dito patamar de narcomilícias, o que eleva seu nível de importância e enraizamento dentro do mundo do crime. Ao se internacionalizarem, geram um contato com o global com novas frentes de possibilidades para suas atuações, além de extrapolar os antigos meios de financiamentos. Tudo isso eleva as milícias para não apenas um problema de segurança de caráter nacional, mas internacional. Quando se cria esses novos vínculos entre o local e o global, a abordagem individual, cabível a cada Estado individualmente, dá lugar a visão do dinamismo regional/global através da globalização do narcotráfico (Santana, 1999).

Países periféricos, como os da América Latina, são explorados para o mercado internacional dos entorpecentes, como países da Europa. Ao se falar de segurança se torna fácil o entendimento, afinal todos querem mais segurança. Contemporaneamente, seus estudos se desdobram muito além das guerras globais, passando pelas mudanças climáticas à migração, chegando às mazelas sociais, as desigualdades sociais e sua intrínseca relação com a violência urbana relatada. A insegurança é tópico caro às nações, alimentada pelo medo constante e atos concretos ou simbólicos. As milícias nascem em parte fruto do medo da insegurança. O estudo se torna complexo quando, alimentada pela insegurança, as milícias passam a se tornar um novo problema de segurança, não apenas nacional, mas internacional. A internacionalização do problema de segurança ocorre frente a leniência do estado e a falta de combates efetivos frente o fenômeno (Couto, 2018).

3.2. O que sustenta as milícias

É fato que o modelo criminal miliciano encontrou rico cenário favorável para sua implementação nos últimos anos no Pará, porém a crise na segurança pública não é exclusiva do estado, sendo algo ricamente relatado há décadas no Brasil. Ela remete à ditadura militar e à redemocratização, um espaço de tempo delicado e muito significativo para o Brasil e sua frágil democracia. Tendo as milícias brasileiras, como analisado, florescido no período da ditadura, também é possível analisar a fragilidade das forças de segurança brasileiras pela

mesma ótica. A redemocratização feita com todos os seus custos careceu de diversos recursos para um olhar sério e centralizado sobre segurança, preço pago pela população brasileira e seus estados com altos índices de violência urbana cotidianamente. Porém, sem fomento não há elevação de altos índices criminais, e décadas de análises possibilitam o desenho que estruturou o cenário brasileiro atual (Bittencourt, 2015).

Ainda que divididas em categorias, observamos que as milícias compartilham um *modus operandi* comum na busca por poder e expansão, traduzido em ganhos monetários, ampliação territorial e infiltração na estrutura estatal. As fronteiras invisíveis do poder, seus limites abstratos e os níveis de influência no contexto moderno constituem referências fundamentais para compreender que o belicismo é apenas um dos elementos que conferem às milícias um posicionamento de destaque. Na atualidade, talvez um dos mais complexos poderes dessas forças milicianas resida em sua relação com o Estado. Essa relação é de difícil análise, uma vez que se torna cada vez mais frequente a adoção de posturas ocultas pelos atores envolvidos, dificultando a identificação de suas associações. A ocupação da estrutura institucional representa o maior desafio para o enfrentamento do fenômeno miliciano, pois interfere diretamente na democracia e em tudo o que essa sustenta, repercutindo na própria essência da nação. Assim, aqui se busca entender como as milícias se patrocina, se lançam no poder e, por conseguinte, o que alimenta toda essa estrutura a longo prazo (Couto, 2018).

Como mercadoria política³³, temos um conceito que busca compreender as trocas e negociações ilícitas e que tipo de retorno, além do monetário, elas podem gerar. Todo o conceito está em volta do monopólio da força que se envolve com o custo político. As milícias possuem esse custo ao exercerem suas ações, em contrapartida possuem o uso do poder ostensivo, atribuição conferida ao Estado a agentes públicos como Policiais Militares; as milícias então utilizam dessa relação para aplicar seus poderes em razões de ordem privada, gerando retornos monetários. Aqui entendemos o ganho monetário equivalente ao ganho de poder em suas ações, e uma vez que possuem os contatos com outros grupos criminosos, tais como facções, organizações criminosas ligadas a jogos de azar, entre outros, as milícias geram novos monopólios de poder. São tais conjunturas que elevam o grau danoso do fenômeno, saindo do status de uma organização criminosa comum para uma capaz de interferir em instituições importantes, como as ligadas ao policiamento. Maus agentes possuem a desenvoltura de contorcer os paradigmas do Estado, não o ausentando ou o transformando em algo paralelo, mas utilizando-se dele, apanhando toda sua estrutura e gerando ganhos individuais e novas

³³ Conceito utilizado para descrever como bens, serviços e até pessoas podem ser instrumentalizados dentro das dinâmicas políticas (Souza, 2003).

distribuições de poder (Alves, 2003).

Como previamente analisado, as milícias mais bem estruturadas no Pará se afastam cada vez mais da ação cotidiana e da exposição de seus membros mais importantes. O tráfico, as execuções, os serviços de cobranças são realizados por terceiros que estão ligados a essa estrutura através da coação ou necessidade. A articulação do crime, em seu patamar organizacional conquistado por um período de evolução aqui abordado, permite um maior protecionismo dos chefes desse ecossistema, estruturado por comerciantes e moradores reféns dos “serviços” prestados, os traficantes menores, os usuários, as facções e seus líderes, e pessoas ligadas às forças estatais em serviço ou não, participantes ativos de milícias ou envolvidos com o acobertamento ou da “não investigação” de policiais corruptos:

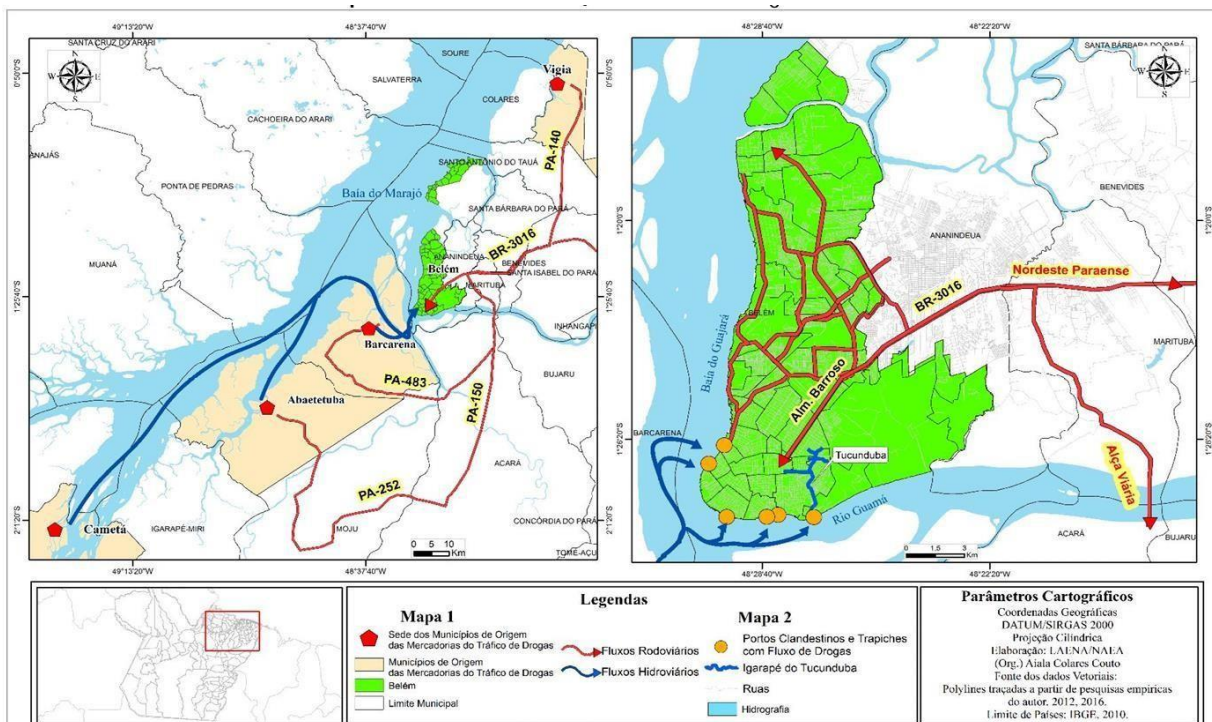
A territorialidade do crime, nestes termos, é a expressão espacial das práticas dos grupos criminosos. Contudo, a sua forma varia de grupo a grupo, bem como os mecanismos utilizados no processo de territorialização, ou, em outros termos, de apropriação e domínio do espaço. O peso atribuído às referências simbólicas na demarcação das fronteiras e limites, assim como o uso da força e da coação, são estratégias das quais os grupos criminosos lançam mão nesse processo. Outros mecanismos mais sutis, como a popularidade de um indivíduo ou grupo, também podem servir de suporte à territorialização, garantindo legitimidade sobre a área dominada frente aos seus ocupantes ou vizinhos (Couto, 2018, p. 236).

Os crimes que instauram o medo e a violência em capitais como Belém são, hoje, as práticas rotineiras das milícias. A imposição desses sentimentos sobre a população é um importante mecanismo de manutenção de poder, implementando ações de micropolíticas, cercando territórios periféricos, aplicando a lei e a ordem de seus próprios modos, o que gera formas de influência sobre os cidadãos, desde o comerciante local ao pequeno assaltante. Em um novo aceno a derrotas democráticas, muitos desses crimes são legitimados pelo próprio Estado, com vista às tênues ações policiais, falta de punições e, por fim, júris populares que apoiam a repressão por parte do Estado ou de forças ligadas a eles. A intersecção da realidade violenta e do combate ao crime afeta a longo prazo a cultura e as percepções políticas da população. O discurso em volta da legitimação das ações milicianas frente à criminalidade urbana, ao combate aos assaltantes, aos traficantes, e à guerra às drogas, ainda afeta consideravelmente parte da população, criando uma seara cinza acerca da opinião pública e das próprias medidas efetivas que poderiam ser aplicadas (Couto, 2018).

Indo além dos crimes urbanos, através das práticas características das milícias do Rio de Janeiro e Pará, com a expansão há um novo patamar ao se relacionarem ao contrabando, o tráfico e a política. As, postas, “Narcamilícias” possuem características ainda mais complexas de serem combatidas. Ao se misturarem com facções criminosas e seus crimes tendo alcance

internacional, as milícias que se envolvem com o narcotráfico também são a divisão mais rentável do fenômeno. O tráfico de drogas, com suas movimentações em toneladas e valores em milhões, possui um sistema muito bem estruturado que tem alcance nas mais baixas classes sociais à condomínios de luxo. O narcotráfico é um problema que vai além do crime urbano, passando pela economia, cultura e política. Com narcosobreposição, termo defendido por Couto (2018), há a sobreposição de poderes em territórios dominados pelo narcotráfico, que geram as milícias dominantes o poder sobre o cotidiano local; aqui, como posto, também observamos como essa relação também afere além das fronteiras físicas e “não físicas” do estado do Pará. (Couto, 2018).

Figura 4 - Mapa – Redes de distribuição do tráfico de drogas em Belém



Fonte: Couto/Polícia Civil (2016). / Couto (2018).

Através do mapa 2 é possível analisar o grande fluxo do tráfico ao Sul de Belém, em bairros surgidos por fenômenos de ocupação, como Guamá e Terra Firme. Aqui, afere-se a ligação costeira que tais regiões possuem, e como essas ligações se fazem importante para as rotas de escoamento do narcotráfico. Não apenas a característica de periferia, mas também a localização geográfica e características coincidentes dos próprios bairros. O fluxo contínuo de pessoas e mercadorias pelo modal dos rios fornece facilidades para o narcotráfico na região, e são esses contextos específicos que colocam diversos bairros da capital paraense sob o poder das redes criminosas. No Rio de Janeiro, o exemplo da trajetória das milícias cariocas são

espelho comparativo importante: as facções tradicionais no Rio de Janeiro sofreram violenta repressão policial, ação não relacionada propriamente ao combate ao crime organizado, mas sim à expansão miliciana; as milícias cariocas são, hoje, muito superiores em áreas dominadas e poder político exercido e já se tornaram um problema sintomático e sem visão de solução a curto prazo. Uma vez conquistado o Estado, as milícias cariocas hoje possuem o poder de se auto julgar: projetos de leis de combate a milícias ou operações policiais com foco em milícias são mecanismos que estão hoje, em parte, nas mãos dos próprios acusados. Se não boicotam os esforços gerados - barrando votações, realizando *lobby* contra, desinibindo projetos - possuem conhecimento das ações muito antes de acontecerem (Manso, 2020).

Nas questões políticas, informações de inteligência da polícia do Pará revelam que as milícias no estado ainda passam pelas primeiras tentativas de aproximação de tal poder. Candidatos ligados ao fenômeno disputam hoje as eleições no estado, ainda sem muito sucesso. Mas é questão de tempo até que candidatos ligados a bairros controlados por milícias comecem a se apossar do poder de forma legítima em grande número, tendo em vista o processo gradativo observado e seu fluxo usual. Por outro lado, com a participação política velada aqui relatada, se torna uma incógnita maior afirmar quais candidatos paraenses possuem ligações com milícias. Em 2019 a Operação Anonymous II³⁴ emitiu mandado de prisão para doze pessoas acusadas de envolvimento com milícias e grupos de extermínio que atuavam em Belém. Hugo Atayde, um dos suspeitos, era vereador de Ananindeua; ele foi preso em setembro do mesmo ano e solto em outubro, cumprindo pena em prisão domiciliar. Em mais uma anedota à situação paraense, ainda em Ananindeua, também em 2019, o vereador Deivite Wener Araújo Galvão, conhecido como “Gordo do Aurá” foi morto a tiros. A polícia suspeita que o parlamentar foi morto devido a ligações com milícias e o narcotráfico. Deivite fora preso várias vezes e era suspeito de integrar o CV (G1, 2019).

Estudos sobre o que sustenta as milícias carecem de dados robustos de fontes primárias. O argumento gira em torno da pluralidade de fomento do fenômeno das milícias no Pará e na dificuldade de rastrear tais movimentos. Ao se organizarem, as milícias se estruturam gerando diversas fontes de sustento de poder, passando pelo monetário vindo dos crimes corriqueiros e do tráfico, ao poder duro exercido nas periferias, com dominância nas ruas, controle de bairros, ao almejado poder político. Além disso, as milícias conseguem a legitimação através da visão de mal menor, explorada por seus defensores e inclusive relatadas nas CPIs. Entender as formas mais concretas de sustento do fenômeno diz respeito à maneira como o mesmo se instaurou nas

³⁴ A operação teve como principal objetivo o combate às milícias e grupos de extermínio.

periferias de Belém e em poucos anos se enrijeceu, hoje mirando uma expansão fora das fronteiras brasileiras. Entender o processo de manutenção pelo qual essas redes passam diz também respeito ao combate efetivo ao próprio fenômeno. Quais são as redes de relacionamento que sustentam esse sistema criminal? O envolvimento das facções, milícias e política se entranha de redes imobiliárias a criptomoedas e talvez em redes ainda não descobertas, o que significa que coibir a atuação dessas redes infere retirar poder econômico, territorial e eleitoral. No Rio de Janeiro, os desdobramentos da CPI das Milícias da Alerj demonstram que pouco foi feito, se reduzindo à prisão de líderes e à tipificação de milícias no Código Penal (Manso, 2020). A CPI das milícias realizada pela ALEPA levantou, também, a discussão de ações políticas de segurança de combate às milícias, porém tais ações se chocam com os mesmos problemas históricos de outras ações implementadas no Rio de Janeiro. Os “Territórios pela Paz” visavam atingir as causas que levam ao ingresso da população mais carente no meio da violência. O programa teve como base as Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro (UPP’S) e os projetos da cidade de Medellín, na Colômbia. As UPP’S falharam em seu propósito pela interferência política de eleição em eleição, além do desmonte por parte da própria milícia interna aos governos; os anos de implementação, testes e derrocadas cravaram a falha do sistema, sempre intrínseco às inconstâncias da política. Além da falha em implementação continua sendo um programa que deveria ter passos, com início, meio e fim, porém se manteve estagnado e continuou em seus estágios iniciais, se relacionando com a inércia do estado. Tal realidade gera dados como os trazidos pela Ponte Jornalismo:

De acordo com dados da Segup, Marituba obteve queda nos índices de crimes violentos letais intencionais (CVLIs), que inclui os crimes de homicídios, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Os assassinatos na região registraram 46 mortes violentas em 2019, em comparação a 2018, com registro de 117 ocorrências no número de mortes violentas no município desta natureza. Em 2020, foram contabilizados 42 mortes, caindo para 36 em 2021, depois 27 em 2022 e até a última atualização 20 mortes violentas foram registrados no balanço dos dados da gestão de segurança pública do Pará, em relação aos crimes violentos intencionais. Os índices levantados correspondem a uma comparação entre o 1 semestre do ano de 2018 (antes da Política Pública TerPaz) ao semestre de junho de 2019 a 2020, após a implementação do programa Território pela Paz, na região de Marituba (Ponte, 2023).

Um segundo tópico gerado pela CPI do Rio de Janeiro foi a valorização dos profissionais da Polícia Militar. Como mostrado, o número de policiais assassinados no Pará esteve em crescente nos últimos anos, e a profissão se tornou cada vez mais perigosa, principalmente para aqueles que estão na linha de frente do combate à violência urbana. O ecossistema criado pelas milícias e facções propiciam uma realidade dura a agentes de segurança que procuram exercer bem suas carreiras. Em uma realidade onde a maioria dos policiais de linha de frente moram

em periferias, as ameaças são constantes, assim como relatos de policiais militares sendo expulsos de bairros ou se mudando após ameaças. Hoje, a maior reivindicação da categoria é por moradia. Com um salário que não permite a transição para bairros não periféricos, esses policiais se tornam alvos de ameaças constantes, principalmente se cumprirem seus papéis, o que leva a uma fácil tendência individual ao não combate efetivo do crime:

A advogada que acompanha as famílias dos policiais vítimas de violência aponta que os baixos salários e a falta de segurança podem levar o policial para atividades ilegais. “O salário em média de um praça é de R\$2 a R\$3 mil, às vezes tem que sustentar até duas famílias. Muitos acabam fazendo bicos de segurança privada. Outro problema que acaba levando o policial à milícia é a insegurança. O Estado não oferece a segurança e a milícia de certa forma acaba oferecendo isso pra eles”, reflete. O relatório da CPI das Milícias identificou que os “bicos” transformaram-se em estratégia de sobrevivência para policiais mal remunerados, aproximando-os da criminalidade, e são tão nocivos aos valores policiais quanto a exposição dos agentes de segurança pública em razão de sua moradia em áreas de risco. Este descontrole da segurança privada ilegal também foi observada no Rio de Janeiro como uma das causas de milícias (Cruz, 2019).

A desestruturação de elementos de inteligência e tecnologia das polícias e das fronteiras também são outro ponto caro ao debate de ações condizentes ao combate a milícias. O porto de Vila do Conde no Pará passa hoje pelo processo da chegada do crime organizado à sua região. Por ser um porto menos vigiado, se tornou muito visado pelas facções e milícias, que hoje buscam postos menores e mais mal equipados, com falta de raio-x e scanners apropriados para fazer a varredura dos contêineres. Esses pontos de fragilidade são abertura para o avanço dos contraventores, que possuem organização e tecnologia condizente com seus objetivos. A negligência na seara da inteligência e tecnologia das polícias brasileiras se demonstrou ao longo dos anos o terreno mais fértil para a fácil proliferação do crime organizado. Promover a integração das forças de segurança para enfrentar facções, contraventores, milícias e políticos — este complexo sistema de crime organizado que opera internamente no estado e se expande para além de suas fronteiras — é um primeiro passo essencial para evitar que as milícias paraenses atinjam seus estágios finais de desenvolvimento. Questões sociais dessa complexidade demandam mais do que o Direito Penal moderno, com suas limitações pós-modernas, pode oferecer. As leis penais e os mecanismos ultrapassados que hoje sustentam a justiça têm dificuldade em tipificar e enquadrar adequadamente as sofisticadas organizações criminosas contemporâneas (Vasconcelos; Miranda, 2021).

Hoje, é possível a análise do fenômeno das milícias em volta de estágios de evolução, diferenciação entre tipos e expansão para outros estados porque, de fato, o problema nunca foi combatido com eficiência. O entrelaçamento das milícias com o Estado as tornam um problema

de segurança sem parâmetros, uma vez que é a própria deturpação do uso legítimo da força exclusiva do Estado sendo utilizado para ganhos próprios e o fomento de facções inteiras; são as armas do Estado, o sistema do Estado, o treinamento fornecido pelo Estado sendo utilizados contra a população e até mesmo a democracia e soberania dos territórios quando se analisa o controle de territórios inteiros. O entrelaçamento com o Estado também dificulta o próprio combate efetivo, onde o combate esbarra com figuras milicianas dentro do próprio sistema ou o poder que tais grupos exercem influenciando diretamente o bom combate; aqui, citando, não apenas o poder monetário, mas militar e político de influência, bem retratado em Manso (2023). Se hoje as milícias são um fenômeno observável em tantas complexidades, a leniência do Estado e todo o sistema disponibilizou tempo o suficiente para que as facções florescerem, terreno fértil para experimentarem, errarem e evoluírem (Manso, 2023).

Figura 5 - Infográfico – Milícias no Pará X Milícias no Rio de Janeiro



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O combate efetivo, como colocado, esbarra em problemas econômicos, estruturais, judiciais, sociais e políticos. Nas estruturas internas dos sistemas policiais brasileiros, falta eficiência nas investigações. Agentes relatando suas ligações com contrabando, tráfico, extermínio - tudo com grandes possibilidades de ligações milicianas - podem ser encontradas em mídias de fácil acesso e são completamente ignoradas pelas autoridades. E quando não o são, as investigações que se focam em investigar as próprias polícias também passam por diversas barreiras estruturais; nas poucas vezes em que saem da zona das ideias e de fato se concretizam, por vezes terminam incompletas. Por fim, o meio pelo qual as milícias se

fomentam não apenas está longe de possuir um combate efetivo como se multiplica conforme novas tecnologias são desenvolvidas. Hoje facções criminosas utilizam-se de moedas virtuais como Bitcoin para lavagem de dinheiro e transações para o exterior, e é fato que investigações voltadas para esse tipo de fomento estão completamente estagnadas (Informação verbal: Entrevistado 5, 2024).

Belém se destaca cada vez mais como um *Hub*³⁵ logístico para o crime organizado no Brasil, sua geografia específica com ligações com zonas portuárias e muitos canais hidrográficos permitem uma vasta gama de possibilidades para contraventores ao procurarem soluções logísticas para seus crimes. Tais práticas se encaixam na composição de práticas de segurança e insegurança em um mundo globalizado, tópico esse analisado pela Teoria dos Assemblages Globais através de múltiplos atores. Ao analisar redes de poder, é possível a argumentação de como as milícias desafiam as governança tradicionais e integram mercados locais com fluxos globais. Ao se inserirem no mercado das drogas e do contrabando, elas passam a se envolver com a economia internacional. As milícias se modelam como um exemplo paradigmático das novas dinâmicas de poder e governanças, estando inseridas nos novos crimes (ABRAHAMSEN; LEANDER, 2016).

Como já explorado, o crime organizado ainda encontrou um governo leniente para ações truculentas e permitiu ao longo dos anos o crescimento de ações evolutivas, tanto de facções como de milicianos. Esse tempo para a evolução trouxe a modernização e implementação de novas técnicas de contravenção, tornando o efetivo combate cada vez mais complicado. O tempo permitiu a boa organização desses grupos, sendo este um dos fatores que mais agregaram à sua evolução. Com fácil acesso a diversas rotas e uma certa leveza no enfrentamento, a cidade paraense passou e passa a se tornar cada vez mais atraente para ações do crime organizado, principalmente com novas formas de fomento surgindo a cada dia (Informação verbal: Entrevistado 5, 2024).

Em suma, o combate efetivo às milícias é impossível sem a mira em seus meios de fomento. Em paralelo, caso investigações de fato surgissem na medida que deveriam surgir para conseguirem conter o fenômeno, elas esbarrariam no engessamento do judiciário brasileiro e nas burocracias investigativas. A legislação criminal vigente no Brasil possui dificuldade em tratar do crime organizado e suas nuances, e ainda mais em entender a internacionalização do mesmo, tendo problemas em especial com a parte processual, que barra o trabalho da polícia que de fato quer investigar. O atraso nas investigações e as diversas interpretações das leis

³⁵ Termo usado para algo que agrega muitas coisas ao mesmo tempo; de certo modo, algo como um lugar onde você encontrará o que precisa.

afetam diretamente em buscas e apreensões, quebras de sigilo, interceptações e, de fato, condenações. Por fim, alguns cargos policiais ligados a indicações políticas problematizam ainda mais a questão, colocando-a num âmbito de governo e não de Estado. Se faz necessária uma reforma que passe pelas bases das policiais brasileiras, mirando em suas integralizações e no sistema que julga seus atos, assim como necessita-se com urgência de um corpo de inteligência funcional que mire nos meios de fomento do crime organizado. Em contramão a isso, mais nuances e características das milícias surgirão a cada década (Informação verbal: Entrevistado 4, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo analisar o processo de expansão das milícias para o Pará, passando pelo surgimento do fenômeno das milícias no Rio de Janeiro, entendendo a glocalização do fenômeno, suas ligações com facções criminosas, o narcotráfico e como se financiam. A crescente da violência no Rio de Janeiro fomentou um dos problemas de segurança brasileiro dos mais destacáveis em nosso contemporâneo e passível de imitação, o que o faz criar raízes em outros estados. Como apontado, a leniência do poder estatal exercido com lisura gerara o terreno favorável para que o fenômeno das milícias não apenas existisse mas evoluísse; por vezes, até mesmo com incentivo do próprio Estado que deveria combatê-lo. Dentro do Rio de Janeiro pode-se observar os passos dados pelas milícias ao longo das décadas, de seu surgimento até o contemporâneo controle territorial incontornável, sobrepujando até mesmo as poderosas facções criminosas tão conhecidas no estado.

Como problema de segurança nacional, as milícias possuem mais semelhanças com as máfias do que discrepâncias, permitindo uma breve facilidade na complexa análise do fenômeno. A ligação com o Estado, o modo como ocorre o controle territorial, o uso da força como demonstrativo de poder e, paralelamente, o uso da influência para resolução de problemas de maneira branda são algumas das semelhanças observáveis entre os dois fenômenos. A ligação com o mercado dos entorpecentes é um crescente no meio, o que eventualmente passa a ser um de seus principais meios de fomento e até patrocínio para sua evolução e consequente expansão. Porém, nesse tópico as milícias podem se diferenciar, uma vez que se observa um foco na dominação territorial e cobranças por serviços e proteção, estratégia que parece estar sendo copiada por facções como o CV e o PCC devido ao seu alto lucro e, contrário ao tráfico, riscos menores.

Acerca da expansão das milícias para outros estados e a construção de vínculos transnacionais, a análise do trabalho ocorreu em seis âmbitos na discussão teórica. Em primeiro, sobre o contexto socioeconômico e político se observa de que forma respostas dadas pelo Estado realizadas por esses dois tópicos podem gerar reações de grupos paramilitares, envolvendo-se também no vácuo de poder deixado pelas instituições. Em segundo, redes criminosas e interesses econômicos se relacionando com a criação de milícias em busca de influência e controle territorial. Em terceiro, observa-se o deslocamento de atores e estratégias que têm possibilitado o advento da repressão estatal em suas áreas de origem. Analisa-se as milícias como um fenômeno de poder e violência que infere diretamente na vida suburbana, mudando facilmente as relações de poder de localidades mais carentes.

No quarto âmbito, observa-se que as relações transnacionais e internacionalização do crime podem ocorrer de várias formas, incluindo alianças com outras redes criminosas, facilitação de rotas de tráfico de droga ou lavagem de dinheiro, dessa forma, expansão internacional desses grupos os permitem desafiar as autoridades locais. Em quinto, entende-se a corrupção e conivência de setores do Estado como possíveis facilitadores para essa expansão. Por fim, em sexto, o olhar dos desafios para o Estado e sociedade civil no problema da expansão das milícias, uma vez que esses grupos minam a legitimidade das instituições estatais, enfraquecem a confiança na justiça e segurança pública, geram ciclos de violência e até mesmo podem formar alianças. A extrema organização que esses grupos hoje possuem, como estruturas organizacionais e a expansão dos negócios, é essencial para o financiamento e continuidade das atividades de poder.

Hoje, não há consenso sobre como a expansão se deu para o Pará, visto que o Pará é um dos estados que recebe o modelo de milícias do Rio de Janeiro de forma tão cristalizada. Porém, como colocado, três hipóteses parecem, juntas, explicar em parte o porquê um terreno tão fértil foi encontrado no estado: a expansão por imitação, a violência local crescente e o Jogo do Bicho como um fenômeno vivo no Pará. A partir dessa realidade as milícias encontraram, junto a um governo leniente, não apenas um novo local de expansão de negócios como um espaço para rápida evolução, passando da fase focada em extermínio para a urbana de dominação territorial em um tempo muito menor do que o fenômeno observado no Rio de Janeiro, neste tópico, tendo uma complexa inferência do Jogo do Bicho dentro do processo de evolução.

A ligação com o internacional e os meios de fomento das milícias perpassa pela internacionalização do próprio trabalho. Ao infringirem crimes com influência em territórios internacionais, as milícias passam a ser um problema de Segurança Internacional, investigações ocorridas entre a polícia federal brasileira e polícias de outros países ilustram bem esse cenário. As teorias dos *Assemblages Globais* demonstram essas problemáticas de segurança, com a modelagem de redes de poder, gerando no Brasil híbridos entre o local e o global. Hoje as milícias estão inseridas nesse contexto e tudo indica que estreitarão a participação com os anos. Foi analisado como essa questão é mais um dos ilustrativos fatos que demonstram a evolução do fenômeno, principalmente vinculando as milícias a parcerias com facções criminosas, uma nova fase observável onde esses grupos enxergam a atuação em conjunto como um caminho que permite a abrangência de áreas ainda maiores, e conseqüentemente, lucros maiores. A complexa relação entre as milícias e as facções criminosas no Pará, que hoje passam por uma nova fase, é interessante objeto de análise.

Vê-se, assim, um campo vívido em novos acontecimentos e sua carência de uma

abordagem ampla sobre o assunto, analisando esse novo contexto expansivo das milícias aqui colocados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMSEN, Rita; LEANDER, Anna (Ed.). **Routledge handbook of private security studies**. London: Routledge, 2016.
- ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael C. **Security beyond the state: Private security in international politics**. Cambridge University Press, 2010.
- ACUTO, Michele; CURTIS, Simon. Assemblage thinking and international relations. In: **Reassembling international theory: Assemblage thinking and international relations**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 1-15.
- ADORNO, Luís; AMORIM, Kleyton. No Fogo Cruzado do Pará: Na rota do tráfico, disputa entre facções, milícias e PM gera seis mortes violentas ao dia na Grande Belém. **UOL**, 2018. Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/no-fogo-cruzado-do-para.htm>> Acesso em: 20 de mai. 2023.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança na América Latina: cenários e perspectivas**. 2013.
- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.
- ALVES, José Claudio. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. 1998. 190f. Tese (Doutorado Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. ENNE, A.L.S. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. Ciberlegenda. Niterói, n.14, p.1 – 26
- APOLINÁRIO, Jander dos Santos. **A INFLUÊNCIA DO CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO: O PODER EM ASCENSÃO**. 2019.
- Background on Violence in Brazil. **ACLED**, 2023. Disponível em: <<https://acleddata.com/knowledge-base/acled-methodology-and-coding-decisions-around-political-violence-and-demonstrations-in-brazil/>>. Acesso em: 28 set. 2023.
- BALZACQ, Thierry. The significance of triangulation to critical security studies. **Critical Studies on Security**. v. 2, p. 377-381, 2014.
- BARBOSA, Leandro. **Em 4 anos, ação de grupos de extermínio e milícias deixa mais de 160 mortos em Belém**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/pf-participa-de-operacao-internacional-que-resulta-em-24-prisoas>> Acesso em: 10 de dez. 2023
- BARNES, Nicholas. The logic of criminal territorial control: Military intervention in Rio de Janeiro. **Comparative Political Studies**, v. 55, n. 5, p. 789-831, 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.
- BBC News Brasil. **“Como onda de saques por fome deu origem à milícia em município do RJ”**. Acesso em 5 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62272917>> Acesso em: 20 de dez. de 2023

BEATRIZ, Adyel. **Milícia e o jogo do bicho: vale o escrito ou vale o dito?** Rede de Observatórios de Segurança. 2023. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/milicia-e-jogo-do-bicho-vale-o-escrito-ou-vale-o-dito/>>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BIGO, Didier. Rethinking security at the crossroad of international relations and criminology. **British Journal of Criminology**, v. 56, n. 6, p. 1068-1086, 2016.

BIGO, Didier; MCCLUSKEY, Emma. What is a PARIS approach to (in) securitization? Political anthropological research for. **The Oxford handbook of international security**, p. 116, 2018.

BITTENCOURT, Matheus Boni. Ditadura, democracia e segurança pública: a matriz autoritária. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 2, n. 2, p. 130-152, 2015.

BRAMA, Leonardo. **As diversas milícias do Rio de Janeiro entre expansões práticas e semânticas**. Universidade Federal Fluminense ICHF – INSTI. Rio de Janeiro, 2019.

BRYANT, A. **The varieties of grounded theory**. Los Angeles London New Delhi Singapore Washington DC Melbourne: Sage, 2019.

BRYANT, Antony. **Grounded theory and grounded theorizing: Pragmatism in research practice**. Oxford University Press, 2017.

BUZAN, B.; HANSEN, L. Beyond The Evolution of International Security Studies? **Security Dialogue**, v. 41, n. 6, p. 659–667, dez. 2010.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of international security studies**. Cambridge University Press, 2009.

CALCAGNO, LUIZ. **Artigo: Breve história da milícia**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/02/24/internas_opiniao,830208/artigo-breve-historia-da-milicia.shtml>. Acesso em: 12 maio. 2023.

CANO, Ignacio. “Seis por Meia Dúzia?: um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas ‘Milícias’ no Rio de Janeiro” em **Justiça Global (org.) Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2008. Pg. 48-103.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. LAV, Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2012.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto internacional**, v. 33, p. 375-405, 2011.

CHARLLES, S. **As diferenças entre Organização Criminosa, Associação Criminosa e Milícia Privada**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/as-diferencas-entre-organizacao-criminosa-associacao-criminosa-e-milicia-privada/590419638>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

Comissão equipara atos do crime organizado e das milícias aos de terrorismo. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/28/comissao-equipara-atos-do-crime-organizado-e-das-milicias-aos-de-terrorismo>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

Conexão Baixada: Maior milícia do país monitorou e dominou tráfico para instalar “franquias” em cidades próximas ao Rio. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/conexao-baixada-a-expansao-da-milicia-do-rio-para-cidades-proximas-a-capital>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. A periferia de Belém sob vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciano. **Geografares**, n. 27, 2018.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Do poder das redes as redes do poder: Necropolítica e Configurações Territoriais Sobrepostas do Narcotráfico na metrópole de Belém-PA. UFP. Núcleo de altos estudos amazônicos. Belém, 2018.

COUTO, Aiala Colares. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 44, 2020.

COUTO, Aiala Colares. Redes criminosas e organização local do tráfico de drogas na periferia de Belém. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 1, p. 2-13, 2013.

CRUZ, M. T. **Em 4 anos, ação de grupos de extermínio e milícias deixa mais de 160 mortos em Belém.** Disponível em: <https://ponte.org/acao-de-narcomilicias-e-grupos-de-extermínio-torna-belem-a-capital-mais-violenta-do-brasil/>

CRUZ, Maria Teresa. **Chacina no Pará: 4 PMs estão entre os 7 suspeitos presos.** 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/chacina-no-para-4-pms-estao-entre-os-7-suspeitos-presos/>>. Acesso em: 10 de dez. 2023

DE FIGUEIREDO TOLEDO, Diego et al. MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO: ascensão, consequências e meios para diminuir a sua força. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior**, v. 9, n. 1, p. 12-12, 2017.

DE OLIVEIRA, Leandro Dias. ‘O espaço do coração é a compaixão’: Lições da Baixada Fluminense para a violência política no Brasil atual Resenha (review) do livro Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense, de José Cláudio Souza Alves. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 14, n. 1, p. 319-327, 2021.

Decreto-Lei nº 2.848, 7 de dezembro de 1940. **Acréscimo no código Penal. Art, 288-A.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/PL/2000/msg496-00.htm#:~:text=%22Organiza%C3%A7%C3%A3o%20criminosa-Art.,a%20dez%20anos%2C%20e%20multa. Acesso em: 5 de dez. 2023

DÍAZ, Antonio Fuentes. Paes Manso, Bruno (2020). A República das Milícias. Dos Esquadrões da Morte à era Bolsonaro. Sao Paulo: Todavía. **BAJO EL VOLCÁN. REVISTA DEL POSGRADO DE SOCIOLOGÍA. BUAP**, v. 4, n. 8, 2023.

DIAZ, E. **La selva de la Amazonía, entre el narcotráfico, la impunidad y la tragedia ambiental.** Disponível em: <https://www.cambio16.com/la-amazonia-impunidad-tragedia-ambiental-brasil-violencia-narcotrafico-pesca-ilegal/>

DO PARÁ, ALEPA–Assembleia Legislativa. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará. 2014.

DUARTE-VILLA-MARILIA, Rafael A.; DE-SOUZA-PIMENTA, Carolina B. A longa paz na América do Sul: questionamentos às teses da paz tiva na região. **Papel Político**, v. 21, n. 2, p. 435-468, 2016.

Explosão de milícias no Pará aconteceu em 2014, diz MP; levantamento do G1 aponta 500 mortes violentas a mais todos os anos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/explosao-de-milicias-no-para-aconteceu-em-2014-diz-mp-levantamento-do-g1-aponta-500-mortes-violentas-a-mais-todos-os-anos.ghtml>>. Acesso em: 4 jun. 2024.

FERREIRA, Marcos Alan; FRAMMENTO, Frammento. A Degradação da Paz no Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais** - RPPI 4, nº 2, 91–114, 2019) FICO, Carlos. **O golpe de 1964, momentos decisivos.** FGV de Bolso. Série História. 2014 FLICK, Uwe. **Doing grounded theory.** 2018.

Folha de S.Paulo - Rio acaba com bônus da polícia por bravura - 26/06/98. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff26069830.htm>>. Acesso em: 6 de dez. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. **Milícias se expandem pelo Pará e disputam narcotráfico com facções.** 2019 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/milicias-se-expandem-pelo-para-e-disputam-narcotrafico-com-faccoes.shtml>>. Acesso em 20 de dez. 2023.

G1. Acusados na operação “Navalha na Carne” por envolvimento em crimes de homicídios vão a júri. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/acusados-na-operacao-navalha-na-carne-por-envolvimento-em-crimes-de-homicidios-vao-a-juri.ghtml>>. Acesso em: 24 de dez. de 2024.

G1. Operação prende seis PMs e procura vereador suspeitos de atuar em grupo de extermínio na Grande Belém. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/09/19/operacao-cumpre-mandados-de-prisao-contra-policiais-militares-e-um-vereador-suspeitos-de-atuar-em-grupos-de-exterminio.ghtml>>.

GEDES. **A reinvenção do crime organizado transnacional em tempos de pandemia.** **GEDES - Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional**, 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://gedes-unesp.org/a-reinvencao-do-crime-organizado-transnacional-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 1 nov. 2023

GOMES, L.; RODRIGUES, D.; PFRIMER, M. Militias and International Relations. Socio-epistemic review and balance in a time of transnationalized violence. **Relações Internacionais**, v. 69, p. 143–161, 20 jul. 2021.

GOV. **PF participa de operação internacional que resulta em 24 prisões.** Disponível em: <<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/pf-participa-de-operacao-internacional-que-resulta-em-24-prisoas>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

HALL, Tim. Economic geography and organized crime: A critical review. **Geoforum**, v. 41, n. 6, p. 841-845, 2010.

HANSEN, L. **Security as practice.** 2006.

HEROD, A. **Scale.** London: Routledge, 2011.

HOBBS, Dick. Going down the glocal: the local context of organized crime. **The Howard Journal of Criminal Justice**, v. 37, n. 4, p. 407-422, 1998.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. Disponível em: <<https://fogocruzado.org.br/sobre>>. Acesso em: 24 set. 2024

Ipea - Atlas da Violência v.2.7. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>.

JUNIOR, Carlos Gilberto Martins. A atuação das milícias e o impacto à segurança pública no estado do Rio de Janeiro: uma análise crítica do atual modelo de segurança à luz da cidadania. **Revista Avant**, v. 6, n. 2, 2022.

JUSTIÇA, Global. Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. **Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll**, 2008.

KADANUS, K. **Milícias: problema de segurança pública ou ameaça à democracia?** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/milicias-problema-seguranca-publica-ameaca-democracia/>>. Acesso em: 17 out. 2023.

LEON, Fábio. **Os 20 anos do livro que investigou as origens das milícias. Brasil de Direitos**. 2023. Disponível em: <<https://www.brasilledireitos.org.br/atualidades/os-20-anos-do-livro-que-investigou-as-origens-das-milcias>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

LURY, Celia. **Inventive methods**. London: Routledge, 2012.

MENDES, L. V. **O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E SEUS TRATADOS INTERNACIONAIS**. [s.d.].

Milícias alcançam tráfico e já ocupam metade das áreas controladas por grupos armados no RJ, diz estudo | Rio de Janeiro | G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/13/milicias-alcancam-trafico-e-ja-ocupam-metade-das-areas-controladas-por-grupos-armados-no-rj-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 30 set. 2023.

O LIBERAL. **Paraenses presos em Portugal: PF investiga tráfico internacional de drogas em 4 cidades do Pará**. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/policia/paraenses-presos-em-portugal-pf-investiga-trafico-internacional-de-drogas-em-4-cidades-do-para-1.595611>>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PAASI, Anssi. **Territories, Boundaries and Consciousness: The Changing Geographies of the Finnish-Russian Border**. 1995.

PACHICO, E. **“Brazil Militias Developing Ties with Drug Gangs”**. **InSight Crime**, 27 mar. 2017. Disponível em: <<https://insightcrime.org/news/brief/brazil-militias-cooperating-drug-gangs/>>. Acesso em: 28 set. 2023.

Police militias fought Brazil’s gangs. Now they extort, traffic and kill, too. - The Washington Post. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/world/2023/09/26/brazil-police-militias/>>. Acesso em: 28 set. 2023.

PONTE, Especial para a. **“No Pará, Territórios pela Paz reduz índice de criminalidade com ações de cidadania”**. **Ponte Jornalismo**, 3 de novembro de 2023. <https://ponte.org/no-para->

territorios-pela-paz-reduz-indice-de-criminalidade-com-acoes-de-cidadania/.

PROCÓPIO FILHO, A.; VAZ, A. C. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 75–122, jun. 1997.

Relatório da ONU mostra o impacto do tráfico de drogas no meio ambiente. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/06/26/relatorio-da-onu-mostra-o-impacto-do-traffic-de-drogas-no-meio-ambiente.ghtml>>. Acesso em: 17 out. 2023.

Revista de Doutrina da 4ª Região. Disponível em: <https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao053/Salise_Sanchotene.html>. Acesso em: 18 out. 2023.

RIO, J. C. D. G. **Milícia expande negócios no Rio e “exporta” modelo para outros estados.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/01/milicia-expande-negocios-no-rio-e-exporta-modelo-para-outros-estados.html>>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SANTANA, A. A globalização do narcotráfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42, n. 2, p. 99–116, dez. 1999.

SCIARRONE, Rocco; STORTI, Luca. The territorial expansion of mafia-type organized crime. The case of the Italian mafia in Germany. **Crime, Law and Social Change**, v. 61, p. 37-60, 2014.

SERGI, Anna. **Mafia and Politics as Concurrent Governance Actors: Revisiting Political Power and Crime.** *Journal of Crime, Law and Social Change*, 64(1), 1-19, 2015.

SERRA, C. H. A.; SOUZA L. A. F. **O estado de exceção militarizado no Brasil. Zonas ambíguas entre forças armadas, polícias e milícias no contexto contemporâneo.** *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 8, n. 2, p. 153-173. Brasil. 2021

SILVA, L. L. DA. **A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SOARES, Wellerson. **A complexidade da expansão de facções no Pará. REDE DE OBSERVATORIOS DA SEGURANÇA.** 6 de abril de 2023. Disponível em: <<https://observatorioseguranca.com.br/a-complexidade-da-expansao-de-faccoes-no-para/>>. Acesso em 20 de jul. 2023

STORTI, Luca. Organized Crime and the Economy: A Nexus of Ancient and New Business Forms. In Paoli, L. (Ed.), **The Oxford Handbook of Organized Crime.** Oxford University Press, 2014.

The rise of Brazil’s neo-Pentecostal narco-militia. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/rise-narco-militia-pentecostal-brazil-en/>>. Acesso em: 28 set. 2023.

Tráfico e milícia são a mesma coisa, diz secretário de Polícia do Rio | Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/traffic-e-milicia-sao-mesma-coisa-diz-secretario-de-policia-do-rio>>. Acesso em: 30 set. 2023.

Vale do Javari — terra de conflitos e crime organizado. Disponível em:

<<https://apublica.org/especial/vale-do-javari-terra-de-conflitos-e-crime-organizado/>>

VARESE, Federico. How Mafias migrate: the case of the Ndrangheta in Northern Italy. **Law & Society Review**, v. 40, n. 2, p. 411-444, 2006.

VARESE, Federico. **Mafias on the Move: How Organized Crime Conquers New Territories**. Princeton Oxford: Princeton University Press, 2013.

VASCONCELOS, Marizol; MIRANDA, Wando. **Estudo de caso sobre a ação de um grupo miliciano no município de Marituba, Pará**. SEGURANÇA PÚBLICA: desenvolvimento em ensino, pesquisa e extensão, v. 2 p. 35-55. Brasil, 2021.

VEJA. “**Área do Grande Rio controlada pelo crime cresceu 105% desde 2008**”. 15 de abril de 2024. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/area-do-grande-rio-controlada-pelo-crime-cresceu-105-desde-2008/>> Acesso em 20 de abri. de 2024

VEJA. “**Rio das Pedras: como atua e quem manda na milícia mais poderosa do país**”. 13 de outubro de 2023. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/rio-das-pedras-como-atua-e-quem-manda-na-milicia-mais-poderosa-do-pais/>> Acesso em: 6 de dez. 2023.

VIANNA, G. D. S.; CASTELO BRANCO, P. H. V. B. As Fronteiras do Estado: violências, milícias, crime organizado e políticas de segurança pública em áreas socialmente vulneráveis. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 32, n. 65, p. 75–91, 31 ago. 2017.

VIEIRA, Matheus Lucas. **A relação histórica entre a milícia e o jogo do bicho**. Nexo, 2023. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/a-relacao-historica-entre-a-milicia-e-o-jogo-do-bicho>>. Acesso em: 1 ago. 2024.

WERNER, G. C. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas**. Doutorado em Ciência Política—São Paulo: Universidade de São Paulo, 26 mar. 2009.

WUNDERLICH, Alexandre. **Organizações Criminosas: O Novo Tipo de Milícia**. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 60, p. 229-238, out.-dez. 2012

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos avançados**, v. 21, p. 31-49, 2007.

ZALUAR, Alba. Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. **DADOS**, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, no 2, pp. 327 a 365, 2012.

ZALUAR, Alba. Os medos na política de segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 5–22, ago. 2019.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. **Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro**. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul.-dez. 2007

Entrevistas

Entrevistado 1. Entrevista 1, 19 de Abril. Entrevistador: Matheus Hoffmann. Goiânia, 2024. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia

Entrevistado 2. Entrevista 2, 25 de Abril. Entrevistador: Matheus Hoffmann. Goiânia, 2024. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia

Entrevistado 3. Entrevista 3, 04 de Maio. Entrevistador: Ian Nunes. Goiânia, 2024. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia

Entrevistado 4. Entrevista 4, 19 de Abril. Entrevistador: Matheus Hoffmann. Goiânia, 2024. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia

Entrevistado 5. Entrevista 5, 19 de Julho Entrevistador: Ian Nunes. Goiânia, 2024. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia

APÊNDICE A - Entrevistas Transcritas

ENTREVISTA 1 COM ENTREVISTADO 1

Arquivo: A 1 - Tempo de gravação: 53 minutos e 43 segundos Realizada em 19 de Abril de 2024

Obs. O áudio do entrevistado estava com ruído e falhando, transcrição não 100% fiel

Identificação: Entrevistado 1. M. I.

Matheus. Então, hoje são dia 19 de abril de 2024, a gente vai entrevistar o Entrevistado 1, é, aí, Entrevistado 1, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a participação do senhor nessa pesquisa, e aí eu gostaria que o senhor se apresentasse, por favor.

Entrevistado 1: Eu vou me apresentar: Eu sou Entrevistado 1, eu sou secretário adjunto de gestão operacional da secretaria de segurança pública do Pará. Trabalho com a Secretaria de Segurança Pública do Pará desde 2019, mas na questão da segurança de gestão, desde 2019, no Pará. Eu sou oficial, técnico de segurança digital em [...] um cargo de confiança e o aceite da área fiscal. [...]

M. Eu queria, então, entrar numa parte que a gente vai falar um pouco sobre, a conversa vai gerar em torno da ideia de como era a cena criminal antes da chegada das milícias aí no Pará. Eu queria que o senhor explicasse um pouco como era a cena criminal. Eram mais grupos, nessa época, antes das milícias, já tinha presença das grandes facções de fora, né? Eu estou mencionando o Comando Vermelho, o PCC, entre outros. Ou eram mais grupos locais? Como era a cena criminal antes do surgimento das milícias aí?

Entrevistado 1. A gente está com cinco anos e três meses de gestão. [...] Então, eu acho que é possível que a gente tenha essa situação. Quando a gente chega em 2019, 2019 era esse período, nós temos uma forma de criminalidade que foi instituída em 2010. A gente chama de série histórica. A forma de correr os registros de milícias, CPI, roubo, de todos os crimes. Então, essa série histórica que se inicia, esse formato que permanece hoje. Nesse período, dois anos, 17-18. [...] E, para você ter uma ideia, nesses dois anos, nós chegamos a uma nota anual, aproximadamente quatro mil [...]. Mais de quatro mil [...] em um ano. E, nos últimos anos, a gente tem, de fato, conseguido ter cerca de cinco mil pessoas. E hoje, nós estamos abaixo de quatro mil [...]. E, como eu disse, o período de 17-18 foi o terceiro período. Nesse período, noticiários de 17-18 pessoas eram, realmente, de chacinas, na periferia, se for ver claro. E, muito, era uma característica da criação de cada um, cada um dele. Trabalhava o pessoal do butiquin, era o maridão do bairro chegando. E mandava atacar, cinco, oito, e por aí o fim. E isso contribuía muito para a explicação [...] Nesse período, 60% das ocorrências desse [...], eles estavam concentrados na região metropolitana do Belem e 40% no interior. Bom, e aí, a gente começa a [...]. Ou seja, [...], nós temos a Operação Anônimos e Operação Anônima Civil, que esteve em três de quatro ações. Nesse período, esses funcionários que estão aqui, foram lá na primeira apresentação. Uma época, na primeira apresentação, que se não me engano, nós tivemos, infelizmente, a prisão de mais de 15 policiais no caso que, estavam envolvidos consideradamente, com a milícia. E essas ações eram as da metade das ações do grupo de

extermínio. E estava relacionado com o assassinato do Cabo Pet. Ele era líder de uma milícia, e num confronto ele é assassinado, e de repente, deu um salto e chegou próximo de 30 homicídios em um dia só. E isso foi o momento ápice de reação desse povo. O que é que a gente percebe? Quando a gente conversa com a organização [...], que é parte desse grupo, e com essa perseguição [...], nós temos a perspectiva de que, embora não se tenham pensado em todos os envolvidos, da perspectiva com essas ações, foi percebido que a gente vai tendo o enfraquecimento dessa milícia [...]. Mas isso não quer dizer que acabou. As ações da milícia, em caso de extermínio, que é o último suspiro de resistência desse grupo, [...], porque a gente já percebe, que é uma expressão que o povo está... e não, e tem que tentar desestabilizar o sistema de segurança, mas, no caso, não tem mais sentido. Por exemplo, no Bairro do Amar, onde a gente tem 11 ou 12 mortos e foi uma ação, teve policiais envolvidos, tinha uma policial, eu acho que foi o último grupo a ter esse efeito, e demorou pouco por lá [...] em cima do sistema de segurança, e aí a gente descobriu que o pessoal que vai para a organização e consegue identificar, e prender todos os envolvidos, e aí vem a pergunta, teve uma redução do número de deslocativos. Sabendo que vai acontecer, pode ser que aconteça daqui a pouco, pode ser que não aconteça. Aliás, a gente não pensou muito nessa organização, que passa a não ter mais deslocativos, até que não, até que a gente já tomou carteira, a milícia cobrando por segurança, extermínio, confrontando o que já foi realizado, e a gente tem que pensar aqui, o que foi bem, o que foi mal. E a gente não precisava ficar no lugar, e aqui, na região do [...], a gente tem uma predominância do comando vermelho, do Estado do Para. Se a gente for ver o sul, com a linha que a gente para, para o sul do [...], com o PCC, que existia de forma local, quando eu vou para o oeste do [...], eu tenho como local que é o comando do CCA. Inclusive aquele confronto, que eu disse logo, com mais de [...], foi uma briga entre o CCA e o PCC, e a região do [...], que tem uma influência bem pobre, no norte do [...] e a região do [...] está bastante ocupada do Estado, até o comando do [...]. Foi uma briga. Feito essa reconstituição das milícias, que a gente está passando, nós temos várias alterações, que nunca se realizaram aqui, fora a responsabilidade deles, que quando eles foram lá, eles perderam os cabelos, perderam a liderança, porque quando eles vieram aqui em Belém, em Santa Catarina, e no Rio, [...], para se unir de arma, e comandar, e dar uma parte do povo, e a última liderança era o [...], que dava as ordens, e a gente trabalha todos os dias com eles. E a gente tem que cobrir as questões, disciplinas, e prever a liderança. E um outro dia, chegou a dizer que a liderança não ficava para ficar aqui, ela estava aqui porque a guarda civil estava começando. [...] agora a gente teve 45 policiais mortos fora do trabalho, sendo caçados. E com essa situação, e hoje, por exemplo, começou a atacar a liderança, a gente pega a inteligência [...], e era um cara muito inteligente. O crime, olha, para o confronto, [...] Eu não quero que isso não está dando certo [...]. O confronto não dá certo. E aí a gente começa uma ligação, porque a gente tem [...]. E agora, nós estamos enfrentando um problema sério porque o comando cobra o imposto do crime, o imposto do segurança. Nesse período, isso foi bem, foi sendo muito implantado no país. Só no ano passado, a gente tinha uma operação de inteligência longa. Um policial está aqui comigo, acompanhando a esposa dele, que morava em um apartamento, mais de um ano e meio. Ela descia do morro, ela não desceu. E ele não desceu, desmobilizou. Mas a gente conseguiu mobilizar. Houve um contato de qualquer coisa, a gente conseguiu mobilizar a polícia do Rio e fazer aquela operação lá que a gente pegou os 12 mais criminosos do país. Que foram 13 mortos. E tivemos um policial nosso, e aí, a gente com [...], que ficava no Rio de Janeiro. E aí, quando eles ficaram ali, ele teve uma confusão entre eles,

que os sucessores lá fora, pra frente, ficam uma briga em pé, acordando que um abusou do outro, que teve um [...] do L41 pra assumir, por acaso, um dos outros empregados. Foi uma operação que o povo fez no Rio, mas depois eles se entendem [...] O L41 fala, mas está aqui para ser eliminado. No comando do L41, a prática é a cobrança de taxas do pequeno comerciante, do mototáxi, da van, dos trânsitos. E nós temos, já, os registros de incêndios quando o comerciante não está, inclusive dentro do estado. E a gente não tem como intervir.

M. Eu queria até, acho que foi ótimo esse histórico. Desculpa, o senhor pode continuar.

Entrevistado 1. [...] E aí, hoje, está posto como um desafio para quebrar [...]. Que é [...], que vem dos incêndios e se passa por causa da cobrança. [...]. Temos várias questões, já, enfrentando cada um. Se pegamos um registro de incêndio em Coração, ou em uma cidade do Rio de Janeiro. A outra coisa que tem que ser observado é o perfil do vida louca. Quando eles têm aquele moleque novo, dezoito anos, de perspectiva de vida, e que pretende ascender na direção e explicar o que vai ser bom, o que vai ser ruim. Sem nenhum apreço à vida. Mas é uma consequência pública. E aí, esse tipo [...] fazendo isso sem nenhum apreço à vida. Isso é completamente [...]. Nós estamos tendo que estudar essa questão ainda no nosso dia a dia. Enfim, esse é o meu perfil em alerta simples. E eu queria que, mesmo com essa [...], eu disser nesse período um recuo na alerta. Ah, o nosso trabalho de inteligência, que o Carlos, antes de ser o secretário de inteligência, o André Costa, ele acompanha um pouco mais o pessoal profissional, agora, mesmo que o presidente se dedique a mais, eu já havia comentado que a milícia está muito no tráfico de droga, [...]

M. Eu sei que é bem complexo mesmo, o que o senhor está contando e tudo mais, mas eu queria, voltar, está bem no início ainda, o senhor fez um histórico mais recente, eu tive a oportunidade de ler a CPI da Alepa, a CPI das milícias da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, e lá a história contada começa com um suposto traficante, chamado Jack, que teria trazido um modelo de milícias do Rio de Janeiro para o Estado do Pará, e ele teria repassado, ou teria feito alianças com alguns policiais, que foram corrompidos e passaram a formar grupos milicianos, um desses mais para frente é o que o senhor mencionou aí, o cabo Pet, o mais conhecido deles é o cabo Pet, mas tem o cabo Rosivan, outros aí que já... Aí o que eu queria perguntar para o senhor, é que o senhor talvez possa pegar esse início, pegar esse início, de onde é que surge... Então, eu queria que o senhor pegasse no início.

Entrevistado 1. Esse período nós não estávamos no comando, mas eu queria dizer que esse quadro mudou um pouco nessa situação, que as milícias perderam o posto, [...], a União, o Comando, [...] E eu acho que a [...] do ministro é a mesma que você dizia para ele, quando você começa a perder certos partidos, que participavam diretamente da [...]. Então, esse quadro, que participou da [...], que foi construído consistentemente, ele é direto, pode saber, mas ele mudou muito, porque o povo, com essa participação, [...]. Porque a gente tem uma época, e quando a gente chega aqui, em off, no discurso da direção, a preocupação que a gente tem é que ser é assim, quase que não tem conhecimento, mas tem um alto fato. E é isso na retenida. E essa [...] foi feita e foi colaborada para que, assim, o coletivo tenha um lugar de espaço para ocupar, de espaço para assistir. Porque provavelmente, a gente observa a unidade tentando ocupar um espaço que é que seria absolutamente impensável. Então, na história, o surgimento disso tudo.

M. Sim, assim, o intuito mesmo é só entender um pouco como é que a milícia surgiu. Assim, a ideia não é... O que eu vou dizer para o senhor? A ideia, assim, o senhor faz um histórico mais recente muito bom, assim, do papel da Secretaria de Segurança Pública, entre outras coisas.

Mas, assim, o meu estudo não é avaliar o que a Secretaria de Segurança Pública faz. Ele é mais entender quais são os processos que levam as milícias, ou o modelo de milícias, ser utilizado no estado do Pará, né? Então, por isso que eu fiz essa pergunta relacionada...

Entrevistado 1 [...] E aí na Secretaria [...], atuando, ele deixa de [...], da polícia, do time político, ele saía dos momentos de falta primeiro para o [...], para a detenção oficial, depois ele já começa a se associar com alguns não-policiais, para oferecer serviços de segurança para a comunidade e monetizar isso. Aí depois que eles passam por segurança, eles visualizam como pode se apropriar, começa a trocar, por exemplo, o carro, o transporte e a começa a tentar se apropriar como verdadeiro indivíduo. Vamos na concessão dos policiais, permissionar a exercer serviços. Em seguida, nós temos indicado que o traficante da área se aproxima dos policiais e começa a contratar os policiais para prestar serviços para o traficante da área se aproximar de policiais e começa a oferecer segurança. Depois, o policial vai ter que tomar a boca do traficante. Olha a evolução. É um policial que começou aqui e foi seguindo esses degraus, até chegar nesse ponto. Aí mistura tudo, né? O policial, o traficante, ele é extermínio, ele é miliciano, ele é tudo. E aí é um momento de choque entre esse tráfico e a seção.

M. Pois não, Ian, você quer fazer uma pergunta?

Ian. Sim, aproveitando o que ele falou, que ele citou que inclusive, tido como parte dessa chegada, dessa construção das milícias no Pará, se o senhor acha, tem alguma informação que corroboraria com a teoria, que eu li em alguma literatura, que diz que no Pará ia crescendo a onda de violência, estava crescendo a violência e isso fez com que tendenciassem a nascer as milícias. E você mesmo disse, né? O policial está ali no dia a dia e vai vendo a violência crescendo e isso vai fazer ele às vezes tendenciar a cometer todo esse seguimento que você falou. Então você acha que estaria assim relacionado, né? Tipo, houve um período no Pará onde a violência cresceu e isso fez com que acontecesse esse surgimento.

Entrevistado 1. [...] Como eu falei, que podem ser interpretadas como um grupo de extermínio e um grupo de violência. Extermínios, os grupos de extermínio e de violência [...]

M. Só fazer uma outra pergunta. Eu já entrevistei algumas outras pessoas para essa pesquisa e aí eu posso identificar basicamente três origens da milícia, modelo de milícia que chega no Estado do Pará. Eu já ouvi algumas pessoas falarem que a milícia, ela é trazida pelo fato do Comando Vermelho se implantar no Estado, especialmente traficantes ou membros de facções locais entrarem em contato com membros do Comando Vermelho no sistema prisional federal e aí essa seria uma das origens do modelo de milícias no Estado do Pará. Outra hipótese que eu já ouvi é o fato do intercâmbio policial, então talvez o caso mais emblemático seria o Cabo Pet de policiais estaduais, da PM estadual, terem intercâmbio com o GOP, portanto acabarem sendo corrompidos por policiais lá do Rio de Janeiro, alguma coisa do tipo. E também ouvi falar de uma terceira hipótese, que seria por meio do jogo do bicho, acho que no início dos anos 2000, aquele conhecido bicheiro do Rio de Janeiro, Luizinho Drummond, foi preso aí. Então, quais dessas hipóteses o senhor acha que seriam mais factíveis ou quais delas realmente conseguiriam mostrar mais efetivamente como as milícias surgiram aí?

Entrevistado 1. Às vezes eu discordo com o intercâmbio, porque a polícia especial, ela tem [...]. E essa visão do jogo do bicho, os oficiais seriam formados lá. Então, vai ter um curto prazo por aí. E essa ideia está ficando mais particular do que qualquer outra hipótese. Eu nunca ouvi dizer isso. E há uma possibilidade de resposta. Eu acredito que essa relação entre o jogo do bicho e a gente estava [...]

M. Quem, por exemplo? Não sei se o senhor poderia mencionar, mas quem, por exemplo? Talvez o senhor tenha uma ideia.

Entrevistado 1. A Família Andrade. Família Andrade no Rio tem negócios aqui consistentes com o jogo do bicho. A Família Drag lá no Rio de Janeiro. Rogério Andrade. E a gente tem esse modelo de usar a segurança especial. E a primeira hipótese que você colocou, qual foi?

M. De traficantes locais terem contatos com traficantes do Comando Federal

Entrevistado 1. A chegada das periferias e os policiais de área, dentro e fora da história do movimento, uma forma de encontrar pontos. A chegada das periferias é organizada e eles começam, surgem, não sei se o senhor poderia dizer o que é isso, depois da eleição, penitenciada. Depois a gente já tem uma forma de monetizar. Tem toda a degeneração. Uma forma de monetizar a degeneração. Toda a piora evolutiva que eu escrevi naquela questão da [...]. Então, a primeira, que é a chegada de uma organização e o jogo do bicho, eu não consigo explicar isso.

M. Só eu pedir para o senhor falar um pouco mais dos negócios da família Andrade. Seria em quais setores, especificamente, quais seriam, vamos dizer assim, o vínculo, o que liga, qual a atividade ou qual o vínculo dos negócios de bicheiros ou até de bicheiros locais com as milícias aí?

Entrevistado 1. O jogo do bicho tem banca aqui, tem histórico, tem anos e o funcionamento desse negócio, ele usa serviços de policiais para, vamos dizer assim, e aí, essa [...] também tem a ver com o seguinte, que é a monetização informal e legal do trabalho do bicho. O jogo do bicho tem um papel extremamente importante.

M. Uma outra pergunta que eu queria fazer para o senhor é em relação ao carnaval. Eu ouvi falar desde a época que o Luizinho Drummond foi preso aí, que tinha uma certa relação dos bicheiros com o carnaval daí ou qualquer coisa do tipo, o senhor confirma essa afirmação ou não.

Entrevistado 1. O carnaval sufoca aqui. [...] O carnaval foi desenvolvido em nível de escola de samba e sempre foi um negócio do outro bicho. E hoje, o carnaval é um negócio de [...], é um negócio do [...] e eu acho que não seria merecedor de atenção. Nessa situação, não teve chance de ter esse carnaval. Hoje, já se fez esse carnaval. E seria um novo aspecto do ser humano. Porque não tem esse aspecto do ser humano. Ele pode estar aqui, em qualquer lugar, e ele vem, ativa essa ligação e sai. A gente não tinha isso antes. A gente tinha um bicheiro fazendo sede na policial. Falava que o bicheiro mandava informar o que fazia a polícia. [...]

M. Sim. Outra pergunta que eu queria fazer para o senhor é em relação aos vínculos internacionais. Quais seriam os vínculos internacionais que as milícias daí teriam? Por exemplo, elas transportam drogas para grupos narcotraficantes, ou fazem a segurança de transporte de drogas, ou elas... Enfim, eu já olhei um pouco sobre a Operação Euterpe, entre outras coisas. Mas também já ouvi falar de contrabando, entre outras coisas. Mas quais seriam as operações que ligariam as milícias?

Entrevistado 1. Eu não tenho um grupo de milicianos trabalhando em colônia de narcotraficantes e contrabandistas. Ele tem comentado em contrabando de carregamento. O que chega aqui, e isso vai ser a ideia óbvia, é policiais, indivíduos de polícia, apreendendo de carregamentos de drogas e de contrabando para se apropriar de carregamento de bebida. Não só de bebida, de tudo também. Polícia que prende drogas, que prende que for trabalhar de contrabando para se apropriar de carregamento e de bebida. E aí a polícia faz a câmera. Isso aí.

[...]

M. Também já ouvi falar, especialmente acho que no sul do Pará, nessa região, não só de Marabá, mas outras regiões, eu ouvi falar também de contrabando de minério, transporte ilegal de minério para o exterior. Isso eu já ouvi falar também.

Entrevistado 1. E também o Magalhães. Só que o Magalhães, ele está seguindo muitas tentativas, muitos esclarecimentos. E esses esclarecimentos enquadram principalmente para ser apropriado de carregamento. [...] por ser um povo do norte, ele tem sido uma área de grande capitalização. Porque nós temos a [...] de droga a partir da previsão que veio o [...] Que depois virava a floresta em Manaus. [...] Do Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro antes dessa floresta ficar limpa, e vamos colocar uma hora, a gente dá a sequência para isso, [...] Até que a gente tenha um cercado. Nessa floresta, a gente sempre pegou de qualquer jeito. E agora a gente tem aquela floresta amazônica. Que é amazônica colombiana, ou superamazônica, escândica, amazônica, que é uma amazônica que [...] Na nossa última apreensão chamar a atenção com 3.2 toneladas. [...] Alguém que tem um ator que já sabia essa especialidade e se organiza para participar dessa apreciação. Enfim. Estamos no processo de [...]. Uma outra questão é mais em relação aos fluxos de, vamos dizer assim, de produtos que são que perpassam o estado do Pará.

M. Aí, uma outra questão é mais em relação aos fluxos de produtos que perpassam no estado do Pará, existe essa rota que o senhor falou, que é mais tráfico de drogas, e agora tráfico de skank, pelo, vamos dizer assim, a chamada rota do Solimões, e aí chega passando pelo porto de Barcarena. Mas eu também já ouvi falar da rota de contrabando que vem, se não me engano, do Suriname ou da Guiana, de produtos chineses que entram pelo Pará para adentrar no território nacional. O senhor confirma essa informação?

Entrevistado 1. Sim. O contrabando vai para o Suriname e Guiana e adentra no território nacional do Pará. Passando pelo Pará. E no Rio de Janeiro, só dentro do território do [...], temos o território do [...], na região litoral, que pertence ao território nacional do [...]. Agora, nós temos [...], que é nordeste, para a costa, que pertence ao território nacional do [...]

M. Então, eu poderia dizer, a rota de drogas e a rota de minérios ilegais, ela é de dentro, ou seja, do território nacional para fora, e a rota de contrabando de fora, ou seja, Guiana e Suriname, ela é de dentro. [...] Correto. Além desses outros serviços que o senhor já mencionou, eu poderia dizer que esses policiais que estão no desvio de conduta, para não dizer grupos milicianos, o senhor já ouviu falar deles estarem, terem algum outro tipo de atividade, como, por exemplo, a questão fundiária, construção de prédio, mercado imobiliário, assim como tem no Rio de Janeiro?

Entrevistado 1. Ah, não tenho notícia desse tipo de prática aqui. Ainda não cheguei. Então, não.

M. Aham. Aí, outra questão também. Há controle territorial, por exemplo, esses policiais, não sei se o senhor já teve noção ou conhecimento disso, se eles fazem esse tipo de controle territorial, assim como tem no Rio de Janeiro, por exemplo, Escritório do Crime atua mais, a região de Rio das Pedras seria a região do Escritório do Crime, ou, por exemplo, Santa Cruz e Campo Grande, a região da Antiga Liga da Justiça, não sei se existe esse tipo de controle territorial aí.

Entrevistado 1. Só que, apesar de ter uma atuação mais forte, para você, a atividade é um pouco assim, é a região de [...], em Rio de Janeiro, Aguas Pintas e a [...], que é o município de Rio de Janeiro, São Álvaro, tem uma atuação bastante sustentável no Rio de Janeiro, mas, repito, hoje

nós temos uma atuação, [...] e ela está enfraquecida, ela tem um estudo enfraquecido.

M. O senhor mencionou três grupos, três facções importantes aí no Estado do Pará, o CV, o PCC e o CCA. Esses policiais, grupos de policiais desvirtuados, eles teriam mais ligação com quais desses grupos?

Entrevistado 1. Eu acho que...

M. Ou ligações mais próximas, talvez o senhor pudesse dizer, sei lá, tal grupo normalmente...

Entrevistado 1. Nós não temos hoje um contrato aqui, ligações fora da Secretaria do Ministro, de policiais desvirtuados, não é necessária uma facção. Por quê? Porque, desde anos anteriores, e ao contrário do que a gente percebe hoje na situação, essa corrente momentos agudos de caçar a facção de policiais, de matança que a gente tem que fazer. E eu acho que essa prática que a gente tem conhecimento que a gente tem que conseguir, que o Comando Nacional ele não atua mas ele não interage com os fatos que [...] pra não perder o comando, pra não ter os coordenadores que estão no terceiro edifício aqui, mas é muito recorrente daqui. Vou dar um exemplo agora. A gente teve na semana passada duas mortes de policiais que estavam aqui em Copa. Durante o dia específico e a inteligência que seriam enviados cobranças de práticas de tortura, de comportamento. Policiais, e o crime foi levado pra Copa. Então, o curso de 20 dias da recomendação foi de [...]de facções em relação a gente, eu confio que como principal fator pra gente ainda não ter esse coluio, esse recheio de polícia e facção. Seriam grupos que rivalizam. Então, a gente não tem, se existe um caso isolado muito rápido, não registrado, até que esses mortos se [...]. Se a gente segura essa conexão, cada vez mais [...], nós já chegamos a ter um estado com maior número de homicídio. E nós somos uma população do Brasil. São 45 em 2021. Só o PM, fora os outros, que tem pedido de matar [...]. Enfim.

M. Em algum momento, houve milicianos, ou grupos de policiais desvirtuados, ligados com políticos. A gente está vendo muito agora a ascensão do crime organizado de maneira geral, não só as milícias, mas...

Entrevistado 1. Houve um caso de um homem que foi assassinado durante um mandato. Era um povo de Algarve. A Algarve era uma situação forte contra ele. E esse cara chegou a preencher o território aqui, no Rio de Janeiro, e ele foi assassinado durante um mandato.

M. Mas, fora esse caso, o senhor não conhece nenhum outro caso?

Entrevistado 1. Fora esse caso, não.

M. Alguma pergunta, Ian, que você gostaria de fazer ainda?

I. Não, não. Acho que foi bem completo.

M. Há algum outro tipo de relação internacional pelo menos ao longo desse histórico, ou mesmo mais recentemente, desses milicianos com alguns outros grupos? Por exemplo, eu já ouvi falar que em algumas entrevistas, eu já ouvi falar que, por exemplo, policiais já teriam sido pegos transportando droga para a máfia russa, enfim dentro do estado do Pará. Eu gostaria de saber se o senhor já ouviu falar de alguma outra relação entre policiais ou milicianos com outras máfias do Pará.

Entrevistado 1. Não.

M. Tá bom. Então, a gente vai terminar a entrevista e aí eu queria saber algumas coisas. Gostaria que o senhor se pudesse indicasse outras pessoas para a gente continuar a fazer as entrevistas.

Entrevistado 1. O secretário para entrevista é o _.

M. A?

Entrevistado 1. O secretário para entrevista é uma pessoa que eu acho que ele pode aprofundar um pouco mais nessa questão. O secretário para nós é uma inteligência mais importante, chefiando, que tem trabalhado no [...], é uma inteligência muito grande e gostar do pessoal que pode ajudar.

M. É. Há algum assunto que o senhor acha que seria relevante para a nossa pesquisa e a gente acabou não mencionando ou não conversando a respeito dele? O senhor gostaria de comentar?

Entrevistado 1. Não, não acho.

M. E o senhor teria algum material, por exemplo? O senhor falou muito da operação Anonymous, né? Teria algum material nessa operação que a gente pudesse...

Entrevistado 1. Não, não. [...] Deve encontrar notícias do lado do senhor, por exemplo, mas o André, conversando com ele, ele pode ajudar

M. Aham. Mas tem algum outro material que o senhor acha que poderia passar para a gente? Que a gente poderia... Seria importante para a gente?

Entrevistado 1. Não é. Pode ser que o _ possa saber.

M. Tá bom. Bem, no geral, eu agradeço. Gostaria de agradecer a participação do senhor mais uma vez. Acho que foi ótimo. Agradeço bastante. No que o senhor puder nos ajudar, a gente. No que a gente puder contribuir também, a gente está à disposição.

Entrevistado 1. Até mais.

ENTREVISTA 2 COM ENTREVISTADO 2

Arquivo: A 2 - Tempo de gravação: 56 minutos e 1 segundo Realizada em 25 de Abril de 2024

Identificação: Entrevistado 2. M. I.

Matheus. Tá bom. Bem, hoje é dia 25 do 4 de 2024, às 16 horas. Então, agradeço pela sua disponibilidade em participar e estar aqui com a gente. Já havíamos conversado previamente, nessa uma oportunidade, tentaremos aprofundar algumas coisas. Então, é aquela mesma pesquisa sobre milícias, mas, essencialmente, como o modelo de milícias que surge no Rio de Janeiro, se ele teria migrado ou transplantado para outras regiões do Brasil. E aí, especialmente, no caso agora, para a região do Pará. Então, antes de mais nada, eu gostaria que o senhor se apresentasse, por favor. E aí, a gente vai entrar nos temas sobre a questão do modelo de milícia.

Entrevistado 2. Perfeito. Me chamo Entrevistado 2, sou delegado da Polícia Civil do Estado do Pará e, desde 2018, estou como secretário adjunto de inteligência criminal do Pará.

M. O que eu queria, em primeiro lugar, é lhe perguntar sobre o que a vinda das milícias, ou pelo menos o surgimento das milícias, de que forma ela impactou a cena criminal da região, né, o que que alterou, essencialmente, a presença desse modelo de milícias?

Entrevistado 2. A gente, aqui no Estado do Pará, a gente começa a falar em milícia urbana há uns 7 anos atrás, 2017, 2016, a gente começa a ter essa notícia muito mais comum nos meios policiais, em razão de investigações, em razão dos levantamentos de inteligência, a gente começa a identificar alguns grupos que dominam o território e, em cima desse território, acabam tendo um benefício pecuniário de alguma atividade comercial, seja na vigilância, seja no transporte alternativo, principalmente o trânsito clandestino, seja no tráfico de drogas, seja na moradia urbana e conjuntos residenciais. Então, antes disso, a gente falava em milícia, mas era milícia rural, que eram aqueles policiais, ex-policiais, ex-militares que serviram às forças armadas, que trabalhavam como jagunços nas fazendas pelo interior do Estado do Pará. Eram essas milícias que nós tínhamos de modelo aqui no Pará. A partir de 2017, 2016, essas células começam a se implantar na região metropolitana de Belém, principalmente na parte mais antiga da cidade, que é a parte da cidade velha, parte do Camargo, Jurunas, em que eles dominam principalmente a atividade de contrabando, atividade de transporte alternativo e vigilância, aquela segurança privada. E aí eles começam a explorar e entrar em conflito com os criminosos locais.

E aí a gente começa a perceber esse espraiamento nos demais bairros. E aí nós temos policiais envolvidos, guardas municipais envolvidos, bombeiros envolvidos, ou seja, é uma gama da área de segurança pública que acaba sendo cooptada por essa modalidade criminosa.

M. Aí o senhor falou, chegou a falar da exploração do mercado imobiliário. Essas gangues, já nesse início, utilizavam o mercado, ou esse grupo de milicianos, mais na região urbana, eles nesse período já usavam, já exploravam o mercado imobiliário, assim como no Rio de Janeiro, por exemplo?

Entrevistado 2. Não, a gente começa a ver a questão dos conjuntos residenciais, já nos últimos cinco anos. Inicialmente era mais na parte do contrabando, do transporte alternativo e da vigilância privada, segurança privada. Aí, como eu falei, começa, como esse ramo criminoso

começou a ser lucrativo para eles, começaram a ampliar as suas atuações. Os tentáculos da milícia começaram também a avançar, inclusive, para a questão da moradia, para domínio territorial de alguns bairros periféricos aqui da região metropolitana de Belém.

M. E esse, vamos dizer assim, o senhor está falando, já existia o que a gente comumente chama de coronelismo, ou seja, a presença de jagunços que são contratados por grandes proprietários de terra, enfim, e isso foi, esse fenômeno passou a existir nas áreas urbanas. A que se deve a presença, de onde que veio esse modelo de milícia urbana? Veio do campo para a cidade ou veio, assim, eu já ouvi três hipóteses, na verdade, mas eu gostaria de ouvir o senhor e depois eu volto a falar dessas três hipóteses.

Entrevistado 2. Aqui a gente tem um consenso, principalmente aqui na rede de inteligência, que as milícias surgiram ali numa crise de segurança pública, principalmente com relação ao fortalecimento e instalação do Comando Vermelho aqui na região metropolitana. O Comando Vermelho, ele tem uma natureza muito mais belicosa, ou seja, muito mais de enfrentamento, muito mais de confronto, e isso levou a essa possibilidade de grupos ligados a ex-policiais, a ex-militares, a criarem células em alguns bairros primeiramente para proteger os empresários, aí vem a vigilância privada, proteger os contrabandistas, já faziam uma certa segurança para o contrabando, pagavam propina para fazerem transporte de contrabando, até entre eles mesmo, os contrabandistas, existia essa possibilidade de um roubar do outro, esse produto, e também do transporte alternativo. E aí, com essa capitalização que vem de forma exponencial para essas pessoas que estavam acostumadas a ganhar apenas um pequeno salário, verificam uma oportunidade de ganho maior, verificam que há adeptos, principalmente na sociedade mais leiga, de que a milícia não é ruim, a milícia combate bandido, eles começam a ganhar uma certa legitimidade perante parcelas da sociedade, e isso acaba dando a eles um fortalecimento para que eles pudessem expandir as suas ações. Então, ele começa a se expandir não somente no território, mas também nas práticas comerciais, nas práticas onde tem o dinheiro. Por exemplo, no tráfico de drogas, a gente começa a perceber em 2016, 2017, no bairro da Pedreira, uma milícia que é dedicada a fazer a distribuição da droga naquele bairro, tanto que eles pegavam droga de outros bairros e levavam para os traficantes de lá vender para eles.

Então, a gente começa a identificar a oportunidade de capitalização do grupo diante de uma certa inércia ou uma não percepção do Estado na sua instalação. Então, na clandestinidade e na certa legitimidade por parte da sociedade comum, eles começam a verificar que eles têm um campo a conquistar e eles vão assim, que eu posso colocar, eles vão sendo fortalecidos nessas ações. Tivemos casos aqui que até pessoas mais informadas ficavam comentando nas postagens de prisões milicianas que a gente estava fazendo desfavor para a sociedade, porque a milícia era a última barreira que o crime organizado enfrentava na região metropolitana de Belém, ou seja, não tinha noção.

Mas aí, com reportagens, principalmente com artigos acadêmicos que depois transformaram-se em séries, transformaram-se em séries de reportagens e documentários, a gente percebeu que a sociedade foi se inteirando que realmente era milícia. Ela saiu daquele momento ali, talvez lá atrás, por novelas de emissoras de TV, onde o miliciano era tido como o paizão do bairro, um cuidador, um tutor da comunidade, ela começou a enxergar de uma outra forma. Ela começou a verificar que, na verdade, existia ali uma transição de dominância.

Sai o crime organizado comum ali, do traficante, do assaltante, do contrabandista e vem o miliciano.

M. É, eu já tinha ouvido falar dessa hipótese sim, ou seja, especialmente da presença do Comando Vermelho no Estado do Pará e especialmente devido ao sistema prisional federal, que aí leva, permite, em certa medida, o contato entre traficantes locais, com traficantes, com membros do Comando Vermelho. Mas também já ouvi falar uma outra, mais duas hipóteses. Uma segunda hipótese é em relação ao jogo do bicho. O Luizinho Drummond, famoso bicheiro do Rio de Janeiro, foi preso aí. Aí eu gostaria de saber se há ainda, ou houve, pelo menos durante um certo período, poderia ter sido pelos bicheiros do Rio de Janeiro terem colocado negócios aí na região. Já ouvi falar também que o Rogério Andrade tem negócios aí, não sei se é verdade, o senhor deve conhecer, mas já ouvi falar. E aí eu queria saber se essa hipótese também teria alguma força.

Entrevistado 2. Sim, a gente tem a influência do jogo do bicho muito forte aqui na região metropolitana de Belém, a RMB, e aí o jogo do bicho tem essa proximidade com as forças policiais, principalmente nas seguranças. A segurança de seus patronos, a segurança dos seus familiares, dos seus empreendimentos, das suas residências. O Luizinho Andrade foi preso aqui, o Rogério, o Luizinho Drummond já foi preso aqui, o Rogério Andrade possui algumas, principalmente na parte de imobiliária, tem então os negócios aqui no Pará, mais para a região de Belém. Mas com relação à milícia, a milícia de avançar, de tomar conta, ela vem diante do Comando Vermelho.

É como se o Comando Vermelho criasse um cenário positivo para a implementação de um, como se o Comando Vermelho fosse o vilão da história e a milícia surgisse como um anti-herói. Um herói ali com suas práticas não muito éticas, morais, e acaba sendo aceito por uma parcela da sociedade. Eu digo porque o jogo do bicho, aqui no Pará principalmente, a gente tem algumas brigas pontuais, similares à do Rio de Janeiro, mas, por exemplo, com relação à dominância de território, não era assim.

O jogo do bicho é bem antigo e o Pará tem realmente uma proximidade muito grande com o Rio de Janeiro. Escolas de samba, jogo do bicho, e é principalmente quando a gente tem a volta do Moisés Poeta, que era um criminoso, assaltante de banco, traficante do Estado do Pará, de Belém. Ele é preso na mesma cela, ou na cela ao lado de um **membro do CV** Quando ele volta em 2013, ele já volta com a doutrina pronta de implantação do Comando Vermelho aqui na região metropolitana. Tanto que a gente tinha guerra entre os traficantes de bairro aqui, e aí ele vem com a ideologia de unir os irmãos contra a opressão. E a opressão seria quem? Seria o Estado e a milícia. E a nossa milícia aqui, como eu falei, era uma milícia muito simples, muito singela, até frágil, de certa forma. Não era uma milícia forte. E aí, com essa oportunidade, a gente viu uma milícia crescendo, uma milícia se legitimando, como eu falei, forças policiais, órgãos da sociedade civil organizada, tentando dar um aspecto de legitimidade para essas ações, o que era muito complicado para a gente.

M. E a última hipótese, também ouvi de algumas pessoas que eu entrevistei, é relacionado ao... Eu sei que o senhor é policial e tudo mais, mas o que eles relatam é que... E minha função não é avaliar a segurança pública. Não é essa a função. A minha função é entender como é que se deu o processo. Então, o que eu ouvi dizer é que, especialmente o intercâmbio de policiais militares do Pará com o BOPE no Rio de Janeiro, ele teria tido uma certa influência na vinda desse modelo de milícia do Rio de Janeiro para a região. Tem o caso emblemático do Cabo Pet de outros milicianos, mas o caso do Cabo Pet é bem emblemático e ficou bem conhecido na época. Então, o senhor acha que teve alguma influência? Lógico, mal os policiais, a minoria.

Mas, infelizmente, algumas pessoas dizem que teria tido uma influência.

Entrevistado 2. Eu concordo, eu acredito que sim. Eu acho que possa haver essa influência, mas não que haja uma relação direta para a implementação da milícia aqui ao que acontecia no Rio de Janeiro. A gente não tem aqui, por exemplo, em Belém do Pará, na região metropolitana de Belém, vínculos tão fortalecidos das relações de milicianos com as forças policiais. Apesar de termos exemplos como o Cabo Pet, o Cilinho, ambos já foram mortos, e outros, a gente verifica que isso é depois. Depois, como eu falei, depois que é criada essa celeuma da segurança pública com relação ao Comando Vermelho, o Estado não sabendo que isso é um discurso. Eu recordo que o Estado tinha uma certa precaução em reconhecer a instalação do Comando Vermelho no Pará, e o Comando Vermelho se fortalecendo com relação ao tráfico de drogas, com relação a lavagem de dinheiro, com relação à aquisição de armas de fogo, com relação à criação de paióis nos bairros de Belém. E aí a gente tomou conta, quando a gente realmente tomou ciência do que estava acontecendo, a gente já tinha Comando Vermelho e a milícia se defrontando, disputando áreas aqui na região metropolitana. Hoje nós temos Comando Vermelho buscando conquistar o Estado inteiro.

Nós temos regiões que antes não se falava de Comando Vermelho, que hoje está lá, o núcleo, uma célula do Comando Vermelho disputando. Por exemplo, em Altamira, que disputa com o CCA. Nós temos em Parauapebas, disputando com o PCC.

Então a gente percebe que o Comando Vermelho está controlado, de certa forma, aqui no Estado. A gente tem combatido bastante, realizado várias prisões, vários enfrentamentos, apreensões de contas bancárias, apreensões de patrimônio. Mas mesmo assim, são muitas pessoas que a cada dia acabam se cadastrando no Comando Vermelho.

Isso tem dificultado para a gente o nosso trabalho. Mas com relação ao jogo do bicho, como você falou, tem uma influência. Tem influência, mas o que eu vejo, o que a gente trabalhou, o que a gente tem, é muito mais local.

São policiais locais que perceberam uma certa oportunidade e tomaram conta. A gente não tem contato, por exemplo, de policiais do Rio de Janeiro, que iriam vir aqui ajudar a implementar uma milícia. A gente não tem essa informação. Apesar de existir contato de alguns policiais com os colegas que fizeram curso fora, no BOPE, por exemplo, mas a gente não tem essa imigração, essa vinda direta para a implementação de uma milícia, como se fosse uma exportação da milícia do Rio de Janeiro para o Pará.

M. Não, é mais um modelo. É mais a ideia do modelo.

O que eu ouvi dizer, por exemplo, policiais, maus policiais, que acabaram fazendo o intercâmbio, voltaram para o Pará e levaram o modelo a partir do contato que eles tiveram com milicianos que pertenciam ao BOPE no Rio de Janeiro. É mais essa ideia. Por exemplo, o Cabo Pete, que teve na Força Nacional e possivelmente teve contato com policiais que pertenciam à milícia e voltou com esse modelo.

Mas acho que a ideia é essa. Esses três fatores meio que reforçam, participam da vinda, da levada do modelo de milícias para o Pará.

Entrevistado 2. Professor, olha só como é interessante. Nos mesmos cursos que têm policiais do Pará participando no Rio de Janeiro, nós temos policiais, por exemplo, do Ceará, do Tocantins. Eles também participaram de lá. E a gente não tem essa mesma influência da milícia que nós temos aqui na região metropolitana de Belém, que nós temos no Tocantins, nós temos no Ceará.

Mas a gente percebe que onde o Comando Vermelho chega, ele acaba atraindo muito mais a atenção dessas oportunidades de grupo de extermínio, de justiceiros. E aí sim, é aquele embrião para a criação de uma milícia.

M. Sim, interessante essa colocação que o senhor fez. Faz sentido. Na próxima pergunta...

Ian. Matheus, só para complementar nessas três hipóteses que você falou, é tido que parece que em 2018 teve um número alto de mortes de policiais fora de serviço do Pará.

Entrevistado 2. Sim.

I. Se sim, isso para o senhor estaria mais relacionado à questão do Comando Vermelho, ao enfrentamento do Comando Vermelho, ou de alguma forma relacionada à questão das milícias?

Entrevistado 2. A gente não teve aqui a disputa entre milícias. A gente não tinha miliciano matando miliciano. Em 2018 nós tínhamos principalmente a questão do Comando Vermelho atentando contra a vida de milicianos e pessoas ligadas aos milicianos.

Então tinha policiais que nem eram milicianos, mas por pertencerem a algum grupo, digamos, de futebol, algum grupo de, sei lá, nós tivemos um policial que era parente de miliciano, ele foi morto, parente, ele não tinha nenhum envolvimento com milícia. Mas como ele era fragilizado e porque ele ficava, ele achava que ele não corria risco, porque ele não participava de nenhum tipo de atividade ilegal, achava que ele era um alvo, ele acabou sendo morto pelo Comando Vermelho. E nessa época, o Comando Vermelho emitia salves, que eram ordens para ataques aleatórios, ou seja, pegava quem estivesse na rua dando bobeira. Os milicianos se cuidavam muito, os milicianos andavam em grupo, os milicianos sempre estavam armados, os milicianos sempre estavam de frente para a rua, sem algum olheiro, qualquer moto estranha, carro estranho, eles estavam atentos. Então a gente passou por 2017, 2018, com uma onda de ataque muito grande e isso foi principalmente em razão do combate, do enfrentamento entre Comando Vermelho e milícias. A gente já veio ter enfrentamento entre milicianos em 2022, mas principalmente não era por domínio de território, mas era por questão de dívidas que um contraia com o outro.

Vou te dar dois exemplos aqui. Nós tivemos um evento no bairro da Pratinha, em que um miliciano, que é ligado ao contrabando, recebeu a parte da escolta e não repassou aos colegas. E aí eles foram cobrar e houve um enfrentamento entre eles, ninguém morreu.

No outro evento, um miliciano entregou que a escolta que estava sendo feita cobrou o dobro do que era realmente cobrado. E aí ele foi vitimado, só que ele não morreu, ele pegou tiro, o carro dele foi metralhado dentro de Belém. E a ação foi filmada, a gente percebe claramente que quem faz ação são pessoas com capacidade técnica para tanto, de desembarcar numa moto, com fuzil empunhado.

Aquela pessoa não foi uma pessoa leiga, é uma pessoa que teve treinamento, tem postura. Então a gente percebe que aquilo ali foi uma ação direcionada por integrantes de milícia. E aí na investigação a gente descobre as circunstâncias e as causas por que aquilo ocorreu.

Mas não temos aqui na RMB essa disputa entre milicianos, mas principalmente entre Comando Vermelho e milícia. E hoje há uma situação muito interessante, que o Comando Vermelho não está atacando miliciano. Em alguns locais eles estão inclusive fazendo colúdio, e aí vem a similitude com o Rio de Janeiro.

Nós já temos aqui, e aí pode ser questão de doutrina, do Comando Vermelho, não da milícia. Nós já temos aqui no Pará, por exemplo, alguns locais em que o Comando Vermelho toma conta do conjunto habitacional e a milícia toma conta, por exemplo, do gás. Em um local a

milícia toma conta do transporte nativo de moto, o Comando Vermelho toma conta das vãs. Existe ali como se fosse um pacto entre eles já de convivência. Hoje o Comando Vermelho ataca quem? Os policiais penais, em razão, segundo eles, de estarem sofrendo maus tratos dentro da cadeia. Então hoje nós não temos milicianos morrendo. São atualidades que, assim, são interessantes a gente ficar acompanhando.

M. Mas e o caso do Cilinho? Foi em 2021, né? Que ele foi assassinado. O caso dele não foi enfrentado?

Entrevistado 2. O Cilinho foi ano passado, logo depois da morte do L41 Olha como é interessante. O Comando Vermelho começou a solicitar propina, extorsão, para o jogo do bicho. O Cilinho fazia segurança para o jogo do bicho.

M. Tem o nome do bicheiro ou não?

Entrevistado 2. Luizinho Drummond. Aí o Luizinho Drummond propôs um acordo entre os bicheiros aqui, que ele seria o interlocutor com o Comando Vermelho, que todos eles pagariam para ele uma certa quantia e ele faria distribuição para o Comando Vermelho. E assim não haveria mais ataques às bancas, nem aos funcionários das bancas apostadoras.

Alguns não aceitaram. Mas aí quem era o porta-voz nas ruas? Era o Cilinho. E aí houve esse acordo, os bicheiros pagavam para o Comando Vermelho, foi selada uma paz entre eles, que é mais interessante.

Alguns integrantes do Comando Vermelho não gostaram desse acordo, porque privilegiava o pessoal do Rio de Janeiro, os integrantes do Comando Vermelho que estavam nas favelas do Rio de Janeiro. E aí acontece, quando em 2023, março do ano passado, o L41 tomba no confronto com a polícia do Rio de Janeiro, acho que 20 dias ou 30 dias depois, o Comando Vermelho mata o Cilinho aqui no Guamá. Ou seja, aquele pacto se encerra com a morte do L41. Foi no ano passado também.

I. O Comando Vermelho age de maneira diferente no Pará do que em outros estados. Isso também seria algo verdadeiro para você? Você tem como comentar algo sobre isso?

Entrevistado 2. Olha, aqui o Comando Vermelho tem, agora, não falei, de uns anos para cá, atuando também na mesma esteira que atua a milícia, fazendo extorsões. Hoje, desde o ano passado, desde agosto, eu acho, do ano passado, eles intensificaram as extorsões a comerciantes e empresários aqui da região metropolitana de Belém.

E aí eles, para se manter, porque o tráfico de drogas aqui tem um domínio da milícia, com relação à distribuição, pagamento de propina, eles começaram a se capitalizar através da extorsão. Extorsão e estelionato. A extorsão, eles mandam alguém lá fisicamente fazer a extorsão, identificam quem é o comerciante, se identificam com o Comando Vermelho, dão a informação para quem tem que pagar e o valor, para poder fazer a negociação, do comerciante, do empresário.

Caso não seja feito isso, eles tocam fogo no empreendimento. Nós tivemos quatro estabelecimentos aqui que foram alvos de incêndio. Pessoas foram presas, envolvidas, algumas tombaram em confronto conosco. Mas aí, o que é interessante, a milícia nunca fez isso. Nunca tocou fogo, nunca ameaçou o empresário de pagamento. O Comando Vermelho não, ele é muito mais belicoso, muito mais violento.

E aí, aqui, eles começaram a perder a mão. Tanto é que nós temos informação que o pessoal do Rio de Janeiro, ou seja, a liderança, mandou eles frearem as ações aqui na região metropolitana de Belém. Por quê? Porque o Comando Vermelho estava se tornando aquilo que eles pregam

contra. Estavam se tornando uma entidade opressora. É uma questão de ideologia e, aí, a preocupação da liderança do Rio de Janeiro. Por quê? Aqui, a situação está dando tanto dinheiro para eles, que eles pararam de traficar, pararam de roubar, não tem mais roubar bancos, roubar lotéricas, roubar empresas. A capitalização ficou direcionada, simplesmente, para a extorsão, que era uma atividade típica antes da milícia, por exemplo. Então, o que a gente vê aqui no Pará, aqui em Belém, principalmente aqui no Grande Centro, é que o Comando Vermelho deu essa migrada, ele migrou da sua ação típica de roubos, homicídios e tráfico de drogas, para a extorsão e estelionato.

M. Aí, o senhor falou bastante do enfrentamento da milícia com outras organizações, com outras facções, com o CV, enfim. Qual é esse confronto? Só se dá na região metropolitana?

Entrevistado 2. Tá bom.

M. Ele está ou está em outras regiões do Estado?

Entrevistado 2. Não, nós já temos as regiões aqui do Nordeste, nós temos regiões aqui do Baixo Tocantins, Igarapé Miri, por exemplo, é um polo muito forte do Comando Vermelho, fui lá onde começaram as extorsões, os sequestros. Práticas que não acontecem, por exemplo, aqui na região metropolitana de Belém, aconteceram lá em Igarapé Miri. É como se fosse uma manjedoura das ações do Comando Vermelho. Igarapé Miri inicia algumas ações, porque lá eles têm um polo muito forte de arrecadação, extorsão a produtores de açaí, extorsão de políticos, inclusive. O Comando Vermelho tentou entrar no poder público no município de Igarapé Miri, forçando a Prefeitura a fazer contratos com empresas que eram adeptas a pagamento de propinas altas para o Comando Vermelho. Conseguimos identificar isso, fizemos duas operações muito fortes, muito exitosas em Igarapé Miri e conseguimos controlar. Percebemos que aquelas práticas começaram a migrar para outros municípios, do Nordeste do Estado, para Castanhal, para Mãe do Rio, para Curuçá. Começamos a identificar alguns pontos que começaram a saltar nossos olhos. Começamos a fazer o trabalho de formiguinha, em contato com os colegas locais para poder identificar quem eram as lideranças, quais eram as práticas, quem eram as vítimas e assim fazer as operações.

M. O Comando Vermelho agindo em conluio com milicianos nessas regiões?

Entrevistado 2. Não, não. O Comando Vermelho lá em Igarapé Miri não tem conluio com milícia. Lá ele é bem isolado. Tanto que houve um racha, você falou de briga do convívio com outras facções, houve um racha no Comando Vermelho porque a liderança local lá começou a perceber que ela mandava muito dinheiro para o Rio de Janeiro e não voltava nada em benefício dos integrantes do Igarapé Miri. Ele criou o ponto do 57, que atuava mais na área rural, onde fica a maior riqueza da cidade, que é os produtores de açaí. Então ele começou a atuar nessa área. E na cidade, na sede urbana, ficou o Comando Vermelho, que ficava só com o tráfico de drogas. Em Igarapé Miri a gente não tinha milícia identificada. E aí o que aconteceu? Eles começaram a se defrontar. Isso a gente identificou, a gente teve que fazer um levantamento muito arriscado porque a gente colocou agentes nossos lá junto à população, junto aos produtores de açaí para poder identificar o modus operandi, quem eram as pessoas, porque o medo era instaurado lá na região, na zona rural de Igarapé Miri. Quem controlava lá era um criminoso chamado Sanguinário. Então a gente conseguiu neutralizar essa liderança e o Igarapé Miri deu uma segurada. Só que, como eu falei, como lá parece que é um projeto piloto de algumas ações do Comando Vermelho, as extorsões, os sequestros começaram a migrar para outros municípios. Como eu falei, Mãe do Rio, Castanhal, Curuçá, Mojú, Tailândia, a gente

começou a identificar também as mesmas práticas que estavam sendo realizadas lá em Igarapé Miri.

M. Esse caso do Cilinho, o senhor comentou uma coisa bem interessante, da relação do CV com o jogo do bicho e com o miliciano conhecido Cilinho. A relação, quer dizer, a gente está falando de três grupos, vamos dizer assim, uma facção, contraventores e milicianos. Esse conluio se liga com políticos ou com membros políticos do Estado? Há relato disso também nesse conluio?

Entrevistado 2. A gente não conseguiu ainda chegar na identificação de algum político do Estado que tenha sido eleito, mas a gente sabe que algumas pessoas com intenções eleitorais buscam sim se candidatar, buscam ser eleitas para poder, aliás, sobre o véu de cuidar da comunidade, mas por trás eles estão sendo financiados pelo Comando Vermelho. Conseguimos na eleição de 2020, em 2022 conseguimos neutralizar algum desses candidatos. A Polícia Federal atuou em conjunto conosco, a Polícia Civil atuou em conjunto conosco, nós conseguimos, inclusive, fazer operações de identificar e prender traficantes e pessoas ligadas a traficantes que estavam buscando ali, junto à comunidade, uma representatividade partidária e eleitoral.

M. Eu queria só conversar um pouco agora sobre a questão das atividades das milícias. Eu já ouvi, algumas pessoas já relataram, por exemplo, o que as milícias fazem, esse transporte para o Comando Vermelho, de drogas. Já ouvi falar, já ouvi pessoas narrarem que a milícia... A pergunta que eu ia fazer em relação às atividades, eu já ouvi falar, por exemplo, de... acho que a própria Operação Euterpe mostra isso, de policiais ou de grupos de policiais fazendo transporte de drogas para o exterior, até acho que teve um, se não me engano, um policial militar que foi preso lá em Portugal, já ouvi falar de alguns grupos de maus policiais fazendo, tendo relação com a máfia russa, também já ouvi falar de alguns milicianos fazerem o transporte de minérios da região de Carajás ilegalmente para o porto de Barcarena. Eu gostaria que o senhor falasse dessas atividades ou dessas relações que esses grupos de policiais têm com ou máfias internacionais ou com atividades do contrabando internacional, que eu também já ouvi, por exemplo.

Entrevistado 2. Nós temos grupos aqui, professor, que atuam no tráfico internacional. E a gente tem uma dificuldade muito grande em identificá-los e prendê-los, porque eles conhecem as nossas técnicas de investigação e são pessoas que não pegam a droga. Eles fazem todo o trabalho de escolta, de guarda, de transbordo e envio para a Europa, principalmente para a África, sem tocar em uma grama dessa droga. Eles usam terceiros, usam pessoas que às vezes a gente não conhece, a gente nunca ouviu falar, para fazer isso. Nós temos informações que o tráfico internacional da droga que vem principalmente ali pelo Solimões, que vem de Tabatinga, de Letícia, essa droga é... Nós temos três modais aqui da droga. Nós temos o rio, nós temos as estradas e temos a parte aérea. A milícia, principalmente ela atua nessa parte do rio, onde ela tem um contato ali próximo do porto de Vila do Conde, em Barcarena, e algumas áreas rurais lá eles compraram, eles alugam, arrendam sítios temporariamente para fazer o esconderijo dessa droga. E essa droga depois é embarcada no meio do pescado, no meio do minério, no meio da madeira. E muitas das vezes tem participação de fiscais aduaneiros, que facilitam o ingresso dessa droga em contêineres e caçambas que não são fiscalizadas. E aí um ponto de fragilidade do nosso porto aqui, de Vila do Conde, é que nós não temos a tecnologia a nosso favor, não temos um raio-x, não temos aqui... Scanner, né? Não temos um scanner portátil, não temos

aquele raio-x, que é o raio-x maior de fazer a verificação de contêineres. Então isso acaba deixando aqui nosso porto aqui muito mais vulnerável para esse tipo de tráfico. E com relação a essas milícias, elas têm contato principalmente com setores internacionais. Por exemplo, essa droga não fica aqui. O que fica aqui, que a milícia acaba comercializando aqui, é a pedra do ópio e o skunk. Mas o que interessa para o mercado internacional é o cloridrato da cocaína. E essa passa direto, ela não para aqui. Então como pagamento, muitas das vezes, dessa droga... E aí a gente tem um ponto interessante, é que o CV e o PCC não têm conflito na dominância dessa rota.

M. Não? Aí não?

Entrevistado 2. Não, a gente não tem disputa morte de PCC contra vermelho pela rota do Solimões aqui no Pará.

M. Talvez no Amazonas, né? Mas é porque é bem... Assim, na literatura é bem debatida essa ideia da... Mas é interessante esse ponto, se o senhor puder comentar um pouco mais da sua experiência sobre essa relação.

Entrevistado 2. Porque a gente tem o quê? Que o CV, ele comercializa muito mais o skunk e a pedra do ópio para comercialização nacional. Então a droga que vem para o CV, ela vem... Fica uma parte aqui em Belém, na região metropolitana, no Estado, uma parte vai para o Nordeste e a outra parte vai para o Rio de Janeiro, ou via terrestre. O PCC, o contato dele é que essa droga aqui, na verdade, ela nem seja desembarcada. Ela só, na verdade, faz um transbordo da carga dela para um outro navio. Às vezes, como eu já falei, se ela vier pelo Suriname, ela nem entra aqui no Brasil. Os barquinhos daqui de Abaitetuba, principalmente, saem daqui, barcos pesqueiros, eles têm autonomia marítima, eles vão até ali, próximo do alto mar, encontram esses navios, fazem o transbordo desse produto ilegal, principalmente da droga, e de lá eles vão margeando o país ali Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, e depois fazem a travessia para a África do Sul, principalmente. Inclusive, nós temos alguns barcos que já foram apreendidos com droga no Maranhão, no Ceará, em Pernambuco, na África do Sul e na África do Norte. Então, a rota, essa rota, ela é dominada pela... Então, o contato que eles têm com as máfias da droga, por exemplo, eles são responsáveis de fazer... Eles não vão comprar droga lá no Peru, lá na Bolívia e na Colômbia, mas eles são responsáveis por essas cotas a partir do momento que elas adentrem no nosso Estado. A gente não tem aqui registro de miliciano paraense sendo preso na Amazonas. A gente não tem registro de miliciano paraense sendo preso nesses países que eu acabei de citar. A gente tem miliciano paraense sendo preso em Portugal, sendo preso na África, sendo preso ali em Pernambuco, em Recife, preso em Fortaleza, preso no Maranhão. Um deles que a gente pode citar é o Marcelo da Sucata, que era miliciano do contrabando puro ali de eletroeletrônicos, principalmente do cigarro, e está vinculado agora ao clássico de drogas. E ele era uma pessoa que era um dos principais alvos do Comando Vermelho em 2018, por exemplo, porque era ele quem patrocinava a milícia aqui. Ele era amigo do Silvinho, amigo do Pet, amigo de toda essa turma aí. Como falei, de um tempo para cá, a gente não percebe mais esse enfrentamento entre eles. Não tem mais essa rivalidade. Há um certo impacto de convivência. Você atua na sua área para cá e é para cá. Sendo que as ordens do Comando Vermelho para mortes são muito pontuais. Alguma pessoa que esteja, por exemplo, ameaçando alguma liderança do Comando Vermelho, que esteja atrapalhando o convívio ali entre o Comando Vermelho e a milícia, ela é atacada.

M. Só que essa é a parte, vamos dizer assim, uma das partes mais lucrativas é fazer essa escolta

e esse transporte, porque é onde a droga mais valoriza.

Entrevistado 2. Justamente.

M. Faz sentido.

C. O que nós tivemos aqui, professor, nos últimos três anos, são ações da milícia contra o PCC. E isso resultou em dois ataques aqui na região metropolitana de Belém contra milicianos, que eram responsáveis pela escolta e deixaram... Aí eu vou colocar uma coisa aqui, porque a gente percebe que alguns milicianos, como eu falei ainda há pouco, de dois casos, do Montanha e do... Esqueci o nome do sargento que foi... E do carro metralhado aqui. Eles enganaram o próprio grupo. E isso pode acontecer. Eu tenho um grupo de escolta, e se o valor, por exemplo, de escolta seja lá, 200 mil reais, mas o valor da droga é de 3 bilhões de reais, eu posso desviar essa droga e dizer que eu fui roubado aqui por um grupo que eu mesmo entreguei informação. Por exemplo, a droga que vem muitas vezes de lancha é uma droga de consórcio. Se juntam quatro, cinco grandes traficantes para pagar essa escolta, para trazer esse transporte. Então, eles compram lá duas toneladas, 500 quilos para cada um, por exemplo, e um deles acaba traindo o grupo. Só que ele se coloca como vítima lá na frente. E a gente tem identificado essa prática. Ou seja, a milícia, ela acaba se locupletando da própria desorganização do pessoal do tráfico. Só que com relação à máfia, aí eu lhe digo internacional, porque esse é o pessoal daqui, que faz o consórcio, é muito diferente. A logística é diferente, o grupo que faz a escolta é diferente, é mais fechado. Não há comunicação com novatos. As informações não fluem. É um corpo muito mais, digamos, blindado desse grupo.

M. E esses grupos seriam quais? Que talvez passem por aí ou utilizem a Rota dos Solimões, enfim, não sei.

Entrevistado 2. Nós temos a Rota Aérea, que vem da Bolívia, passa pelo Acre, Novo Progresso, Acará, vai até Paragominas. Esse grupo é um grupo do PCC, que traz a droga, volta com dinheiro, e vai até o Paraná, depois chega em São Paulo. Inclusive, nós já fizemos a apreensão em 2021, se não me engano, ou em 2020, de um avião que fez esse percurso. Na volta de Paragominas, nós conseguimos interceptá-lo em São Félix de Xingu. Dentro dele tinha um milhão de dólares. É moeda internacional. Ou seja, a droga chega em Paragominas para ganhar o Nordeste, aquilo que a gente conversou, e na volta dele, ele acabou parando numa fazenda, não conseguiu abastecer numa fazenda, teve que parar numa pista, e aí foi abordado. Dentro dele tinha um milhão de dólares. E o piloto, era um piloto que já tinha sido preso por vínculo com o PCC. E aí nós temos, aqui no Pará, um problema sério que o secretário Waller me tem chamado a atenção, que é para o narco garimpo. São os garimpeiros traficantes. O PCC, principalmente, lavando dinheiro com ouro aqui na região oeste do estado, ali pra Jacareacanga, Castelo dos Sonhos, Novo Progresso. A gente tem identificado também. Inclusive, já tem duas operações da PF em cima disso aí, dedicando-se às pessoas. O que é interessante, ano passado, em 2022, dois policiais paraenses foram presos em São Paulo com ouro no Progresso.

M. Eu me lembro desse caso, foi bem conhecido esse caso.

Entrevistado 2. Então, a gente tem também esses vínculos. Mas, como falei, são milícias rurais. Essas milícias são mais, como falei, trabalhavam mais para donos de fazendas, produtores agrícolas. E agora estão nessa veia aí do narcotráfico e do narco garimpo.

M. Tem algum assunto que o senhor acha... A gente já está encerrando. Tem algum assunto que a gente não entrou, a gente não entrou nesse assunto ou não conversou, que o senhor acha que seria importante e a gente acabou não falando muito dele?

Entrevistado 2. Eu acredito assim, que a gente pode... Com relação aos grupos milicianos, a gente não possui um trabalho da... Principalmente a nível nacional de identificação das redes de relacionamento. E aí a gente nunca vai chegar, por exemplo, de quem são as pessoas mais beneficiadas por esses grupos. Quem são políticos, grandes empresários, principalmente do mercado imobiliário, mercado de ações, bitcoins, que a gente tem conhecimento que há um investimento nessa parte na lavagem de dinheiro, a gente não consegue chegar. A gente não tem um avanço, por exemplo, com relação à celeridade dos processos de investigação, de ocultação de bens, lavagem de dinheiro, relacionamento com o COAF, relacionamento com as outras forças estaduais. Então a gente tem um pouco de isolamento com relação... Quando você toca em milícia, você fala em combater o Comando Vermelho e todo mundo ajuda. Vamos combater milícia? Parece que... “Vamos ver, vamos . Está bom, vamos lá. Te ajudo, mas, por enquanto, não tenho nada.” Então a gente acaba dando uma patinada com relação a essa temática de milícia.

M. Teria alguma pessoa que o senhor me indicaria? Por exemplo, eu não consegui entrevistar ninguém lá do Porto de Barcarena, ou alguém que tenha um bom conhecimento de lá, de como são os procedimentos. Eu também não consegui encontrar nenhuma pessoa para entrevistar. Ou outra pessoa que o senhor acha que a gente poderia entrevistar?

Entrevistado 2. Mas vocês querem da mesma... Seja um delegado, seja um policial...

M. Não, pode ser a pessoa que o senhor fala. Bem, essa pessoa não é da Secretaria de Segurança, mas é uma pessoa que entende, é uma pessoa que tem uma vivência, sei lá.

Entrevistado 2. Tem uma pessoa que eu admiro muito aqui, que é o professor B.

Ele tem feito... Como ele tem coorientado muitos colegas nossos do Mestrado de Segurança Pública, ou seja, o mestrado profissional, então ele tem acompanhado e está atualizado em alguns dados. Seria interessante. Ele tem uma visão bastante acadêmica, porque ele já é doutor, se eu não me engano.

M. Sim. O B, eu já entrevistei ele. Eu até perguntei se ele... Ele até pensou em me passar, mas eu não sei se ele ficou de entrar em contato com a pessoa, alguma coisa assim, mas eu já entrevistei ele. Realmente, ele é bem estudioso do assunto. Enfim, ele me passou a tese de doutorado dele. Enfim, a gente está sempre em contato. Ele até participou das defesas de duas alunas minhas, então quero falar um pouco sobre essa questão da milícia aí. Mas se o senhor conhecer... E outra coisa, o senhor teria algum... Onde o senhor acha que eu poderia ter... Teria algum material que eu pudesse me aprofundar também? Talvez algum documento, alguma coisa? Ainda que seja de forma sigilosa, eu me comprometo a assinar, se focar, se o senhor achar que pode. Também não quero atrapalhar nenhum tipo de investigação da parte de vocês, mas...

Entrevistado 2. Olha, acho que a melhor fonte humana para poder pesquisar, entrevistar, seria o diretor da inteligência da Polícia Civil, hoje que é o Entrevistado 3

Não sei se vocês já tiveram contato com ele. Não. Mas é um cara sério, é um cara honesto, é um cara muito inteligente, e ele tem acompanhado, assim como eu, essa ascensão do Comando Vermelho, da milícia.

Entrevistado 2. O Entrevistado 3, ele é um cara correto, é um cara muito íntegro, e ele acompanhou a ascensão do Comando Vermelho, da milícia, e essa mudança de comportamento, da atuação dessas duas facções. Acho que seria interessante também ter uma perspectiva dele, porque ele trabalha na investigação. Eu estou mais na inteligência. Eu trabalhei na investigação

quando eu estava na divisão de homicídios e na divisão de repressão criminal organizada. De 2018 para cá, eu estou na inteligência. Então, tem uma visão muito mais, digamos, olímpica, muito mais geral, muito mais superficial. É abrangente de tudo. Ele está na direção muito mais específica. Então, ele pode, inclusive, pontuar.

M. Ele trabalhou na Operação... Euterpia?

Entrevistado 2. Operação Farinha. Não, Operação Farinha, que é uma operação maravilhosa, que foi derrubada em Brasília, no tribunal, porque o ministro entendeu que a abordagem que iniciou a operação, ela não tinha um fundo legal, porque houve apenas uma desconfiança do policial onde encontrou droga e arma de fogo. E aquilo não serviria para iniciar uma operação. Então, são coisas interessantes que ele pode passar. Então, acho que pode enriquecer bastante a pesquisa de vocês.

M. O senhor poderia intermediar esse contato com ele?

Entrevistado 2. Posso, sim.

M. Por favor.

Entrevistado 2. Eu aviso ele e passo o contato. Por favor.

I. Eu converso com você sobre esse contato. Sobre o contato do porto de Barcarena, ou do porto da Vila do Conde, o senhor...

Entrevistado 2. Não tem. Não tem. A Barcarena, a gente não tem muito contato.

M. Não, então? É interessante essa questão do porto, porque vejo que não só a milícia, o crime organizado, de maneira geral, tem procurado esses portos menores. Por exemplo, o porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, o porto de Barcarena. Eles estão saindo um pouco dos portos maiores, que estão muito visados para esses portos, que, em certa medida, teriam uma maior facilidade. Não sei. É a impressão que eu tenho.

Entrevistado 2. É. Seria assim. O ideal é falar com alguém da Polícia Federal, porque a Polícia Federal tem um posto avançado lá em Barcarena. Então, a gente tem uma produção de conhecimento muito interessante.

M. Mas o senhor não conhece ninguém da PF lá?

Entrevistado 2. Conheço o _, que era da DRE, mas eu tenho que falar com ele para ver se ele autoriza.

M. Está certo. Se o senhor puder intermediar, então, o nosso contato com o Entrevistado 3 e com o _, a gente agradece demais. Já seria fantástico.

Entrevistado 2. Posso sim. Posso sim, sem problema.

M. Está bom, então. Está bom. É isso. Agradeço muito a participação novamente do senhor. Enfim, no que a gente puder contribuir também, enfim, com os artigos a gente pode passar, ou as coisas que a gente tiver de publicação dessa pesquisa, a gente também passa sem nenhum problema ou qualquer outra forma de contribuição. Está bom? Está ótimo.

Entrevistado 2. A gente agradece aqui. Qualquer material que você mande para a gente é sempre enriquecedor. Está bom.

ENTREVISTA 3 COM ENTREVISTADO 3

Arquivo: A 3 - Tempo de gravação: 1 hora 3 minutos e 40 segundos Realizada em 04 de Maio de 2024

Obs.

Identificação: Entrevistado 3. I. M.

Ian. A gravação, o que você permitiu, está gravando. Para começar, a gente queria só que você se apresentasse mesmo e a gente dá seguimento. Certo. Você pode se apresentar e a gente dá seguimento.

Entrevistado 3. Entrevistado 3, delegado de Polícia Civil da Polícia Civil do Estado do Pará.

I. Perfeito. A primeira pergunta, Entrevistado 3 é o seguinte. Hoje é dia 03/05/2024, são 5h36Pm. O nosso projeto de pesquisa está visando tentar entender a implementação do modelo de milícias que se iniciou no Rio de Janeiro no Pará. A ideia basicamente da pesquisa é tentar entender as semelhanças, as divergências entre os dois modelos de como que isso está afetando o Pará hoje. Então, como primeira pergunta, que eu acho que você conseguiria colaborar, seria o seguinte. Para você, como que se deu essa implementação do modelo de milícias no Pará e como que ela afetou a região como um todo?

Entrevistado 3. Eu acho que a primeira coisa que a gente tem que procurar compreender seria a questão do conceito exatamente do que seria essas milícias no Estado do Pará e no Estado do Rio também. Porque quando a gente fala em Milícias, é algo relacionado a agentes de segurança, agentes do Estado, agentes de segurança pública relacionados. O que a gente visualiza nesse intercâmbio de atuação criminosa nesse sentido do Rio de Janeiro com Pará, acaba que até foge de certa forma esse conceito tradicional da milícia. Por quê? O que eu quero dizer com isso? A milícia aqui no Pará, tradicionalmente, não tem aquela organização central de uma grande organização criminosa como é no Rio de Janeiro, que tem aquelas grandes milícias. Claro que eu nunca participei diretamente de investigações de milícia no Rio para saber exatamente como elas funcionam, mas assim, até por literatura, por troca de informações com os colegas, a gente tem algumas informações nesse sentido de que existe uma milícia no Estado do Rio de Janeiro, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, aquelas milícias com uma quantidade de pessoas relacionadas também à segurança pública, etc. No Pará, o que a gente tem ali até mais ou menos 2019, 2020, é essa composição dessa milícia tradicional, que na verdade seria mais como grupos de extermínio, começam como grupos de extermínio. Agentes do Estado, agentes de segurança pública do Estado, que atuam em repressão a uma criminalidade só que muito local, muito bairro. Ou seja, eu não sei se você conhece aqui o Estado do Pará, mas pela sua pesquisa imagino que sim, principalmente a região metropolitana em Belém. Nós temos o bairro do Guamá, o bairro da Pedreira, então esses grupos de extermínio, eles não são ligados entre si, eles acabam atuando nessa questão muito bairrista, muito local. Primeiro inicia como um grupo de extermínio e depois acabam, de certa forma, partindo para essa formatação de milícia onde eles vendem a segurança, vamos dizer assim. Pronto, esse é uma conta do bairro, até mesmo alguns serviços. Beleza, isso nós temos ali no Pará até 2018, 2019, uma diferenciação. E aí é que acaba surgindo uma espécie de simbiose do crime organizado mais diretamente as facções com as organizações das milícias.

Ali em 2019, quando em 2020 começa a pandemia, alguns dos nossos líderes de facções criminosas, em especial o Comando Vermelho, em destaque o L41, Leonardo Araújo, que era o presidente do Comando Vermelho na época, ele vai para o Rio de Janeiro, ele se estabelece nas comunidades conflagradas no Rio de Janeiro e começa a vivenciar aquela realidade criminosa de lá, onde na verdade nós temos uma espécie de narcomilícia, não necessariamente pessoas ligadas à segurança pública, agentes do Estado, mas podem sim se correlacionar com eles, mas aí é voltado para todo tipo de atividade. Eles pegam não só mais como grupo de extermínio para eliminar criminosos e vender segurança, mas sim para cobrar por serviços. Transporte público, principalmente aqueles alternativos de carro, de moto, paga-se uma taxa. Qualquer comércio que abre, uma hamburgueria que seja, paga-se uma taxa. E aí não é uma taxa de segurança, é uma taxa para colaborar, uma espécie de caixinha para aquela facção criminosa que está atuando como uma narcomilícia, porque até então as facções criminosas atuavam aqui no Pará, a briga era por território para a venda de droga, então somente isso. O grupo de extermínio que a gente pode chamar e batizar de milícia, trabalhava vendendo a segurança que na verdade era para ser oferecida pelo Estado, já que eles eram da segurança pública, então eles vendiam de forma particular. Isso meio que se mistura e essa visão vem do Rio, onde as duas coisas são feitas de maneira conjunta. Eles tomam conta daquela comunidade como um todo, vendem a segurança, vendem os serviços, dominam o tráfico e aí a coisa acaba se misturando. Então a própria milícia tradicional de Belém, que seria essa do grupo de extermínio que vende segurança, a facção criminosa se aproxima, eles meio que se misturam, entram num acordo e a gente passa a ter mais ou menos um modelo de narcomilícia que o Rio exerce nas comunidades conflagradas lá, aqui. Eles tentam trazer isso para cá e isso realmente se intensificou, eu não digo nem se intensificou, talvez tenha começado de fato com a ida das principais lideranças do Comando Vermelho do Pará para o Rio de Janeiro, em especial o L41, Leonardo Araújo, que vê esse modelo de criminalidade, um modelo muito lucrativo, e exporta do Rio de Janeiro para cá, implementando isso aqui também. Primeiro na região metropolitana e depois inclusive em alguns interiores que têm lideranças fortes ligadas a ele e que ele pode exercer esse tipo de comando. Não sei se eu me fiz entender, né?

I. Não, sim, perfeito. Você inclusive entrou na sua fala, na próxima pergunta inclusive, que a questão é a seguinte, a gente tem hoje, pela literatura, três dadas origens, três dados do porquê as milícias foram se instaurando no Pará. Todas as três, na minha opinião, sempre em volta de um cenário positivo para a criação desse fenômeno. Podemos discutir sobre isso, mas a gente tem uma teoria que coloca que com a chegada do jogo do bicho no Pará, exportado ali do Rio também, cria-se cenários para que milicianos passam a atender os jogos do bicho. Tem também a questão do intercâmbio policial entre policiais do Pará com policiais do BOP. E, por fim, o que eu acho que é o que você estava mais comentando, é a questão do fortalecimento do Comando Vermelho dentro da cidade, criando, e nessa linha, inclusive gostaria que, junto com a fala que você teve, comentasse também sobre isso, tem-se que quando há um crescimento do crime, principalmente do crime organizado, de facções, etc., isso facilita, cria um cenário favorável para que grupos milicianos passem a surgir para lidar com aquele problema que, digamos assim, o Estado não estava lidando da maneira devida. Inclusive em outras entrevistas, pessoas que a gente entrevistou ao longo desses meses, dizem que o Estado do Pará demorou demais para realizar, para poder, vamos dizer, aceitar que o Comando Vermelho havia se instaurado dentro do Estado, e isso pode ter levado a esse fortalecimento. Dessas três teorias,

vamos colocar assim, a do intercâmbio, a do jogo do bicho e a das facções criminosas, para você, qual a mais forte?

Entrevistado 3. Assim, se eu fosse te colocar para o cenário atual, eu acho que esse intercâmbio dos criminosos faccionados com o Rio de Janeiro foi o mais determinante para chegar no modelo de hoje. Mas é aquela coisa que eu falei, a gente tem que entender o cenário em dois momentos, pré-2019 e 2020, e pós-2019 e 2020. Nesse cenário pré, o que a gente tem? O jogo do bicho aqui no Pará, porém, pré-2019 e 2020, esse era um trabalho, entre aspas, que apenas se ocupava com os contraventores, e aonde eles chegavam, eles procuravam o abrigo da segurança pública estatal, e aí, de fato, as forças de segurança pública, claro, não oficiais, mas regionais ali pontualmente, eles procuravam para ter essa proteção, para ter esse livre exercício, e até então, lembre, facção criminosa era rival e totalmente apartado dessa turma da segurança pública que está fazendo, de certa forma, a segurança do bicho. Isso aí está totalmente apartado até 2019 e 2020. Então, setorialmente, sem se comunicar, não era uma grande milícia organizada, mas uma em cada bairro ou cidade davam o abrigo para o comando do bicho, claro, em contraprestação pecuniária, vendiam aquela solução de segurança pública eliminando grandes problemas, os caras que estavam roubando muito na área, e aí surge uma espécie de grupo de extermínio, mas não tem uma organização econômica muito grande, é como uma contraprestação mesmo. Você passa a vender a solução paralela, a solução legal, vende a solução mais rápida e prática aos olhos de quem quer resolver o problema, comerciantes e etc., recebe também contraprestação pecuniária do jogo do bicho, dos contraventores, e nada se relaciona com a facção, a facção até esse ponto é seu inimigo, aos olhos dessa turma aí, a facção criminosa é inimiga. Efeito, quando chega lá em 2019 e 2020, que há essa migração para o Rio de Janeiro, eles passam a ver esse modelo de domínio territorial por completo por parte da facção e inclusive aqui no Pará eles tentam fazer extorsões ao jogo do bicho, e as informações que nós temos é a seguinte, que o que criou o primeiro passo para essa simbiose entre facção criminosa e esses milicianos, mas ainda sem a estrutura real de uma milícia, muito mais para um grupo de extermínio do que para uma milícia tradicional, parte inclusive lá do Rio de Janeiro numa intermediação do jogo do bicho com eles. Então aqueles caras que a princípio eram inimigos, através da extorsão que o Comando Vermelho tenta exercer no jogo do bicho, o jogo do bicho como tem a cobertura de alguns agentes do Estado, ele faz a intermediação para ter a segurança dos dois, e aí a gente tem essa simbiose e se implanta meio que a narcomilícia aqui no Estado do Pará, onde eles passam a atuar em todos os setores, inclusive dando essa segurança ao jogo do bicho, e não mais tendo aquela extorsão forte e violenta por parte do Comando Vermelho que queria queimar a banca de apostas e etc. Então tudo isso acontece nesses dois momentos, pré-2019 e 2020 e pós-2019 e 2020.

I. É muito interessante a sua fala, porque justamente bate com outras entrevistas que a gente estava tendo que justamente tentar entender, até mesmo atualmente, qual a relação das facções com os milicianos, porque há esse enfrentamento, por vezes, onde eles são inimigos, e aí eu não sei se eu estou errado na fala, eu gostaria que você me corrigisse, parece que eles estão com conluios a mais hoje, estão com mais aproximações, estão colaborando ao invés de fazer enfrentamento.

Entrevistado 3. Nesses bairros que a milícia iniciou pré-2020, ainda com esses grupos de extermínio, e que eles passam realmente a ter mais essa cara de milícia um pouco mais

organizada, com uma estrutura econômica um pouco melhor, ela sofre essa simbiose. A gente ainda tem esse enfrentamento naqueles poucos, e aí não é milícia, não é milícia mesmo, é aquele grupo de extermínio mesmo, não tem uma organização, não tem uma cabeça pensante, não tem onde eles tratam o faccionado como inimigo. Aí tem esse enfrentamento e os faccionados aí eles chamam esses caras de milicianos. Entende? Mas na verdade não tem essa organização, porque aqui no estado do Pará a gente tem essa cultura criminosa, e isso vem bem desde antes, do enfrentamento no sentido do comando vermelho atentar contra a vida de policiais. Isso já é uma cultura criminosa muito antiga, muito mais antiga do que, por exemplo, as extorsões por bairro. Isso pra gente é novo, mas essa morte dos policiais, aí os caras que não são ligados a eles, que não tem essa estrutura de milícia, eles passam a tratar ainda os faccionados como inimigos. Então a gente tem que diferenciar aí esse conceito tradicional de milícia, que seria aqueles agentes do estado e tal, do que um grupo de extermínio, que é menos organizado, não tem uma cabeça central pensante, mas atuam pulverizados e muitas vezes até sem esse viés econômico. É de enfrentamento a esses criminosos, porque os criminosos matam policiais, aí vira aquele ciclo de extermínio. Agora, uma coisa que você falou antes, que de fato aconteceu, o estado do Pará demorou, até 2017, por ali, demorou a enfrentar esse problema de facção criminosa de fato existente. Não se tinha esse reconhecimento amplo de que de fato era facção criminosa. Uma facção organizada, que tinha uma estrutura, apesar de se ter notícia disso, isso não foi tratado de maneira sistêmica como de fato existindo, isso demorou. Isso a gente consegue perceber de maneira mais evidente a partir do momento que se reconhece o problema, de 2019 pra frente. Principalmente quando se tem o episódio do massacre em Altamira, dentro da cadeia.

I. Perfeito. O Matheus, meu orientador, ele entrou aí. Olá, Matheus, bom estar com a gente.

Matheus. Boa tarde, delegado Entrevistado 3. Obrigado pela sua contribuição.

Entrevistado 3. Boa tarde, Matheus, tranquilo.

I. Nessa linha ainda das facções criminosas, pra gente inclusive fechar essa parte mais densa sobre isso especificamente, uma coisa que eu vi recorrente nas nossas entrevistas é que as facções criminosas, principalmente o Comando Vermelho, eles atuam de uma maneira divergente como em outros estados, que existe uma atuação meio mais violenta dessa facção dentro do Pará. Você poderia comentar mais sobre isso?

Entrevistado 3. É, nós temos hoje aqui no estado do Pará três facções criminosas atuantes. O Comando Vermelho, que predomina em quase todo o estado, na verdade com presença em todo o estado, onde ele ainda tem um foco de enfrentamento com o PCC, é na região Sul, Sudeste, Aguiarabá, Redenção, Parauapebas, mas ainda assim com presença também do Comando Vermelho, é onde a gente tem o PCC, ali naquela área. Nós temos o CCA, que é uma facção local que surgiu no Sul do Pará, mais precisamente em Altamira, e que em determinado momento se associa ao PCC. Quando o CCA se associa ao PCC em junho de 2019, acontece aquele massacre dentro da cadeia de Altamira, onde os faccionados do CV foram mortos pelo do CCA, que a partir de então passaram a ser associados ao PCC também. Então são as três facções que nós temos. O PCC não tem uma atuação muito violenta aqui, ele passa muito fora do radar. Ali em Parauapebas, Marabá, que eu disse que eles são presentes, e ali onde tem o CCA, que é a Altamira, eles têm um enfrentamento, e aí você tem um aumento dos índices de homicídio e da criminalidade realmente violenta, nesse enfrentamento de PCC [...] Você vê aqui, de fato tem essa cultura, já é antiga, desde esse momento pretérito de 2019 e 2020 já

existia essa cultura. A gente até percebe, de certa forma, que o pessoal que está no Rio de Janeiro, que é daqui, que são as nossas lideranças, porque as nossas lideranças permanecem na comunidade do Rio, eles à distância comandam a criminalidade aqui. Eles lá não acham interessante esse tipo de atuação mais. Apesar deles terem saído daqui com essa cultura criminosa, eles não acham que essa cultura criminosa seja interessante, porque chama demais a atenção e atrapalha os lucros. Hoje, para eles lá, eles preferem que o pessoal aqui se dedique às extorsões de comércio, de provedor de internet, de motor Uber, de transporte alternativo, seja de moto, seja de carro ou de van, enfim, lucro, empresa. Lá eles têm essa visão, já têm essa visão hoje. Aqui ainda tem muito... Eles lá sofrem pressão daqui para liberarem os ataques, porque essa é uma cultura criminosa daqui. Então, de fato, o Comando Vermelho tem, já tradicionalmente, já há muito tempo, essa cultura muito pédica, muito da guerra mesmo. Você comentou muito sobre a questão da diferenciação de um grupo de extermínio, que seria uma milícia desorganizada, e não daria nem para se chamar de milícia, seria um grupo de extermínio. A falta de uma liderança, a falta de uma cabeça.

I. Você diferenciou falando que a diferenciação para uma milícia é a organização e o financiamento. Hoje, você tem, então, na sua visão, essas milícias mais organizadas e financiadas no Estado?

Entrevistado 3. Onde a gente percebe essa atuação mais de milícia, por isso que eu chamo de narcomilícia, é justamente onde houve essa simbiose, essa aproximação entre esses grupos de extermínio local e os mais organizados que já estavam caminhando para se tornar uma milícia, como no Guamá, como na Pedreira, como em Kuaraci. Eles, através do jogo do bicho, quando o Comando Vermelho tenta extorquir o jogo do bicho, o jogo do bicho intermedia uma aproximação entre esses dois polos, que até então eram inimigos, e eles se juntam e torna-se uma simbiose. E aí sim passa-se a ter uma organização central muito mais por parte do Comando Vermelho do que pelas milícias que existiam. Mas aí passa-se a ter essa configuração de narcomilícia porque eles centralizam todo o poder de comando e a arrecadação, como eu disse, do próprio jogo do bicho, dos provedores de internet, enfim. Eles dominam toda aquela área como é no Rio de Janeiro. Você tem uma briga por território, e nessa briga por território você vai desde o tráfico de drogas até o provedor da internet, que antes a facção atuava só no tráfico de drogas. Os grupos de extermínio barra milícias atuavam na segurança privada, e a coisa toda se mistura e você domina o território inteiro e oferece tudo. A segurança privada, o tráfico de drogas é seu também, e fica tudo dominado ali dentro daquela comunidade, daquela área, daquele bairro. Essas são as formas de financiamento desses grupos.

M. Só fazer uma pergunta. Eu já entrevistei outras pessoas, e algumas pessoas chegaram a mencionar, por exemplo, o fato de... Talvez seja a colusão entre o Comando Vermelho e esses grupos milicianos, mas efetivamente eles colocaram um termo de milícia mesmo, de que alguns grupos milicianos, por exemplo, estavam fazendo escolta de drogas, especialmente de grupos internacionais, tipo máfia russa. Teve a Operação Euterpe, e na Operação Euterpe pegaram alguns policiais, maus policiais daí. Obviamente eu não estou generalizando, é uma minoria.

Entrevistado 3. Não, sim, sim.

M. E aí eu queria saber se esses grupos... Já ouvi falar também de alguns milicianos aí intermediando droga da Índia, da África, especialmente... O que a gente ouviu falar foi do Marcelo da Sucata, entre outros.

Entrevistado 3. Sim. Inclusive o Marcelo da Sucata, em 2018, na época em que eu era

superintendente em Castanhal, ele e o Fabinho da Vipcel, que deve ter sido citado também, porque é um dos principais parceiros dele, praticaram uma tentativa de homicídio contra um casal, em razão de desentendimento por contrabando. E nós conseguimos uma prisão, tanto para o Marcelo da Sucata, como para o Fabinho. A do Fabinho a gente conseguiu cumprir. Eu fui na prisão dele, inclusive, na busca na casa dele, na prisão. E o Marcelo fugiu na época para Fortaleza, ficou um tempão para lá, foi preso já por lá, por Fortaleza, e depois quebrou a preventiva, enfim, aquela coisa toda. Mas, enfim, eu entendi a tua pergunta. Só que aí a gente foge um pouco daquela milícia urbana que a gente está tentando correlacionar com o Rio de Janeiro. Essa milícia existe, essa que você mencionou, mas ela tem uma função e um trabalho muito específico. É muito específico. Eles tanto dão o apoio para a escolta da droga, como, por vezes, eles, entre aspas, roubam a droga de outros traficantes que estão trazendo. Essa milícia, ela existe, ela é organizada, mas ela tem essa função específica. Foge um pouco daquela milícia urbana, territorial, de atuação na criminalidade, em várias frentes, dentro de uma comunidade, como acontece no Rio de Janeiro. Porque a gente começou a nossa conversa fazendo uma correlação das milícias daqui com as do Rio, nesse tipo de atuação. E isso se vê muito mais fortemente, como eu disse, desde 2020, porque até então era até demais a gente batizá-los, seria um status muito grande para eles, batizá-los de milícia até então, por essa falta de coordenação. Alguns bairros caminhavam para isso, como Guamá, como Pedreira, como Iguaraci. Eles começavam a caminhar para ter uma liderança, uma cabeça pensante, uma organização financeira, com braços dentro da segurança pública do Estado, etc. Aí é meio que interrompido esse processo, em 2019 e 2020, quando vem essa simbiose com o Comando Vermelho, intermediado pelo jogo do bicho. Essa milícia urbana, nos moldes da atuação do Rio de Janeiro, que a gente estava debatendo. Agora, de fato, existem esses grupos criminosos com agentes do Estado que fazem tanto a escolta de grandes quantidades de drogas, que vêm principalmente por parte fluvial, por água, como esses grupos criminosos que, inclusive, chegam a subtrair essas drogas para vender diretamente, seja para fora ou para o público interno no Brasil, para Nordeste, enfim, ou até mesmo aqui na região metropolitana. Então, existe, sim, também esse foco. Mas é de um trabalho, entre aspas, um trabalho muito específico, muito próprio com esse objetivo mesmo.

M. É interessante isso que ele está falando, Ian, porque outras pessoas já mencionaram esse vínculo com o Rio de Janeiro, que vocês estavam conversando anteriormente, mas falaram de alguma outra milícia, mas não chegavam a falar desses dois tipos de milícia. Então, o primeiro tipo, que é mais urbano, o senhor diz que é o que mais se assemelhou, talvez o modelo tenha vindo do Rio de Janeiro. E esse segundo tipo de milícia, o senhor acha que ele chegou aí, é algo daí ou veio como uma ideia? É algo daí. Algo que começou aí, não veio transplantado ou como ideia de modelo de milícia?

Entrevistado 3. É, não. Ele vem muito por essa questão da rota. O que a gente percebe? Vou dar um dado interessante para vocês em relação a isso. Até 2020, a gente considerava uma grandíssima apreensão de drogas, 100 quilos de droga aqui no Pará. Com a intensificação da fiscalização da rota terrestre, da rota caipira, do tráfego, com o fortalecimento da PRF, a gente vê uma intensificação muito grande da rota Solimões, que é essa rota por água, aonde eles percebem que o custo-benefício vale mais a pena, porque você traz de toneladas, de 5, de 6, de 3. A gente vê muitas apreensões acontecendo em tonelada no Amazonas até então, e posteriormente, de 2020 para cá, foi a primeira vez que teve uma apreensão de tonelada aqui

no Pará. Em 2020 mesmo, nós tivemos logo no início 2,5 toneladas em Mosqueiro, depois 2,5 toneladas na região de Abaitetuba, que já é o porto de Vila do Conde, e a gente vem escalonando. Por exemplo, as equipes do Núcleo de Inteligência, de 2021 para cá, a gente estava fazendo as contas, a gente já apreendeu aproximadamente 7 toneladas, só essa equipe. A última que nós fizemos agora, 3 semanas atrás, foi a maior apreensão da história do Estado, 3 toneladas e 200. Então, essa rota se intensifica muito e aí surge essa questão dessa milícia, vamos batizar assim, voltada para o tráfico. Eles conhecem as rotas através do Marcelo da Sucata e dessa turma, porque eles antes mexiam com contrabando. O contrabando já utilizava essa rota aquática há muito tempo, para trazer, a gente em 2018, quando ainda estava lá em Castanhal, a gente fez uma apreensão em Beira de Rio de 10 toneladas de contrabando. E aí eu estou falando de tênis, de óculos, de brinquedo, então se entra 10 toneladas de contrabando, vai entrar droga também. Então lá por 2019, quando se intensifica a fiscalização da PRF, tem vários concursos, a rota caipira, a rota terrestre se torna muito perigosa, eles optam pela rota aquática, que é muito mais difícil de fazer a fiscalização, você traz uma quantidade tão grande quanto, ou até maior, de uma vez só, a gente percebe que nessas drogas que a gente apreende em grande quantidade, a organização criminosa que traz, o pessoal de fora do Brasil, faz a intermediação com quem está aqui dentro, a gente chama de consórcios do tráfico, então dessas 3 toneladas, 700 é de um, 800 é de outro, eles não são ligados entre si, mas se conversam, eventualmente se associam para facilitar e financiar essa entrada de uma vez. E aí vem de tonelada em barcos pesqueiros, que passam despercebidos, por exemplo, essa de 3 toneladas e 200, tinha 5 toneladas de pescado e gelo em cima dela. São embarcações para 12 toneladas, então é muito difícil fazer essa fiscalização, se realmente não for uma investigação apurada, ver a certeza que aquela droga vai estar ali enxertada, dificilmente a gente vai encontrar de uma fiscalização normal. E aí, com toda essa movimentação de droga, lembrando que um quilo dessa droga, mais ou menos no mercado inteiro, para você fazê-la rodar rápido, vai custar 20 mil reais, surge o interesse de quem quer fazer o desvio dessa droga, ou fazer a escolta para ganhar em cima disso, ou fazer até mesmo o desvio. Eu acho que, na verdade, a gente está falando aqui dessa milícia que faz esse trabalho, mais uma vez esse trabalho entre aspas, mas elas, mais do que escoltam, elas tentam interceptar essas cargas para assumir a droga e redistribuir. E isso tem participação direta de agentes do Estado, tá?

M. Pode continuar, Ian.

I. Eu ia justamente comentar qual era a percepção da atuação das milícias dentro disso, mas você acabou respondendo, mas eu aproveito a fala para... Dessa forma, a gente tem uma interligação internacional. De alguma forma, tem países vinculados a isso. Você poderia comentar sobre, se souber, os vínculos internacionais dessas rotas e tudo mais?

Entrevistado 3. Só que aí, esses vínculos internacionais, eles fogem um pouco da milícia. Porque, na verdade, o que acontece? O que é a milícia definindo milícia? Esses agentes do Estado que tentam monitorar essas cargas de droga para interceptar fazem. Eles tentam se infiltrar nesses empresários do tráfico, nessas eventuais associações. Porque, lembra, na verdade, quem tem essa conexão internacional são esses empresários do tráfico. Eles que conhecem o pessoal que está fora do Brasil. E aí a gente pode destacar, por exemplo, um deles. Está fora do Brasil o fundador do CCAA, que eu falei que começou em Altamira. O Lucenildo está na Bolívia. Talvez tenha surgido nas entrevistas de vocês o nome do Edmundo, que é um cara que é de Abaidê Tumba e circula ali pelo Peru, Venezuela, Bolívia,

Colômbia, que ele também é daqui do Brasil, mas está fora e faz esse intermédio com os produtores da cocaína. Então, quem tem um contato com esses caras não são os milicianos que vão roubar droga no transporte. Quem tem um contato com esses caras são os empresários do tráfico aqui. Alguns, notadamente, já autuados. A gente apreendeu meia tonelada, mais de meia tonelada, por exemplo, do Nego da Bandoleira. Não sei se vocês já ouviram falar desse nome, já mencionaram com vocês. Foi uma operação que nós fizemos aqui em 2021, a Operação Farinha. Esse cara já foi investigado em homicídio, em tráfico, em várias situações. Outros empresários do tráfico que também são, de fato, os donos dessa droga. Aí, o que o pessoal da milícia, que são esses agentes do Estado, fazem? Eles tentam encontrar o pessoal da logística. É o pessoal que vai pegar essa droga que vem de fora, lá no Amazonas, porque os estrangeiros levam até o Amazonas. Eles vão ter que arrumar o transporte de lá para cá. Eles tentam se infiltrar, compram esses caras e os caras entregam, meio que entregam a droga para eles. E dizem que foram roubados depois. Então, essa milícia, ela não tem esses contatos internacionais. Surgiu uma situação, uma situação específica de um policial militar que foi preso em Portugal. Vocês devem ter também tido acesso a essa situação. Que uma dessas drogas que foi desviada, que foi roubada, um policial militar chegando em Portugal foi preso tentando adentrar com essa droga lá. Então, na verdade, já não seria essa... As conexões internacionais deles não seriam para essa entrada dessa droga. A droga, quando está entrando, eles vão e roubam e essas conexões deles são locais. E posteriormente, sim, eles têm alguma conexão que surgiu já por agora. Foi em 2022 para dar vazão para isso na Europa.

I. Perfeito.

Entrevistado 3. Não sei se essa situação do policial militar que foi preso em Portugal foi mencionada para vocês alguma vez.

I. Foi. Em outras entrevistas que a gente estava fazendo, sim. Me chamou a atenção uma fala sua que foi um pouco atrás, mas eu fiquei pensando aqui. Você falou com muita clareza sobre a questão dessa transformação dessa milícia desorganizada para uma milícia organizada com modos operantes conhecidos. Enfim, a partir de uma ligação com uma intermediação do jogo do bicho, interligando as milícias com facções e fazendo eles, em vez de terem um enfrentamento, passaram a ter um conluio. Ao falar de uma maneira tão... Você falou... Em outras entrevistas eu não tinha ouvido falar dessa situação. De alguma forma, a gente tem algum tipo de documento, qualquer tipo de coisa que consiga corroborar com isso? Porque realmente eu achei bem específico quando você comentou sobre isso. Parece algo que tem algo prévio. Essa questão...

Entrevistado 3. Nós não temos isso materializado em um inquérito policial. Há algo documentado sobre isso. De fato, são dados de inteligência. São informações que foram levantadas. A gente tem essas informações de que de fato houve esse intermédio e essa intervenção veio muito lá do Rio de Janeiro, realmente, onde há a ligação do jogo do bicho daqui com o de lá. E aí houve essa aproximação e acabou tendo um intermédio onde os milicianos, esses grupos de extermínio mais organizados que estavam caminhando para uma milícia e tinham essa aproximação com o jogo do bicho, passaram a ter uma interlocução com o Comando Vermelho e as lideranças que lá estavam no Rio de Janeiro. E aí eu posso destacar até uma situação mais exemplificativa, mais concreta. Talvez você já tenha ouvido falar do Cilinho. Cilinho que era da milícia do Guamá. O Cilinho foi preso e o Cilinho foi morto. As informações que nós temos é que na verdade o Cilinho foi morto pelos milicianos, não pelos

faccionados. Porque naquele ponto ele já tinha um acordo do L41 com o Cilinho intermediado pelo jogo do bicho para que aquela área ficasse entre aspas mais especificada entre eles. Cada um com uma parte do serviço, mas sem ter esse enfrentamento. Isso é um exemplo concreto bem forte do que aconteceu entre eles. Essa aproximação do Comando Vermelho e os grupos de extermínio que estavam caminhando para uma milícia. Porque, por exemplo, o grupo do Cilinho era o que estava mais avançado, mas ainda assim era um grupo muito restrito ali no Guamá, dos bairros adjacentes ali do Guamá. Não era aquela milícia organizada forte já com entranhas no poder político como tem lá no Rio de Janeiro. Até caminharia para isso. Hoje ela caminha, mas já de mãos dadas com o Comando Vermelho.

M. Só aproveitar essa resposta para perguntar uma coisa. Não sei se já foi perguntado em relação a grupos políticos ou a pessoas ligadas ao político como acontece no Rio de Janeiro. Teria algum vínculo? Ou seja, esses três grupos que o senhor mencionou, teriam algum vínculo com algum grupo político ou algum político?

Entrevistado 3. Nós passamos a perceber essa aproximação nas últimas eleições. Nas últimas eleições, foi de deputado, a gente já viu alguns bairros onde o Comando Vermelho, nessa configuração de narcomilícia, que domina a comunidade como um todo, aquela milícia urbana mesmo que domina tudo, domina o transporte público, o transporte alternativo, que domina os provedores de internet, a gente já percebeu isso na eleição passada, em 1941, que era o presidente judicial. Ele fala o seguinte, a gente já foi para esse enfrentamento, a gente já matou policial penal, porque até então, o que eles estão querendo? A partir do momento que tem a intervenção federal nos presídios, lá em 2019, após o massacre de Altamira, a partir de 2020, quando a intervenção federal vai embora, mas fica o protocolo da intervenção federal com a criação da Secretaria de Administração Penitenciária, onde de fato houve um choque de gestão na realidade carcerária do Estado do Pará, eles querem que volte para o status quo anterior. Eles querem isso, eles querem que volte aquela liberdade de acesso de telefone, festa no presídio, fugas constantes, eles querem que volte daquilo, porque até então, o Comando Vermelho, naquela ocasião, eles comandavam a criminalidade dentro do presídio. Pós intervenção federal, pós 2019, eles já não conseguem fazer isso. A liderança, necessariamente, para ter poder de articulação, ela tem que estar fora do presídio. Então, o L41, ele pega e fala o seguinte, olha, a gente já tentou matar policial penal, já fizemos enfrentamento ao Estado, não é esse o caminho, a gente tem que botar alguém por nós lá. A gente tem que entrar lá. Lá, o que ele diz, é no mundo político mesmo, ali naquele ambiente, alguém para eles terem voz, de alguma maneira. Então, isso a gente percebe claramente a partir da eleição passada. E aí você vê, o L41 estava onde? Rio de Janeiro. Então, todo esse modelo vem de lá, realmente. Toda essa visão criminoso vem de lá.

I. Dentro dessa linha da política, em outras entrevistas, falaram que conseguiram, a inteligência conseguiu intervir e, não sei como, mas retirou algumas candidaturas, algum processo assim aconteceu, de alguma forma?

Entrevistado 3. Olha, efetivamente, eu não sei te apontar uma intervenção que a gente conseguiu retirar uma candidatura, não. A gente, de fato, identificou quais eram os candidatos em que eles estavam direcionando esse apoio e acabou não ganhando, mas ficando, inclusive, como suplente. Mas, de fato, não assumiram, mas porque não ganharam a eleição. Da nossa parte, do núcleo de inteligência da Polícia Civil, a gente não conseguiu efetivar nenhuma suspensão de candidatura com base nisso, não.

M. E isso é só em relatório de inteligência ou tem algum inquérito, algum outro tipo de documento judicial? Não. Ficou em relatório de inteligência.

Entrevistado 3. [...] Isso daí foi dentro de umas reuniões em que colaboradores repassaram...

M. Perfeito.

I. A gente já está indo para o final. Só quero fazer um...

M. Como cortou um pouco a sua fala, eu não entendi se o senhor não chegou a mencionar alguma figura política. O senhor falou que tem, mas não mencionou. E aí, eu não sei se foi porque cortou ou porque o senhor não pode falar mesmo.

Entrevistado 3. Não, eu não mencionei. Eu prefiro não falar. Porque, inclusive, há um embate dentro do Estado hoje político, com as eleições que se aproximam, em que a própria gestão estadual atual já era anunciado que eles iriam entrar em rota de colisão, mas até então eram aliados. Mas desde esse episódio em que houve essa proibição de campanha de outros candidatos nas áreas em que esses candidatos estavam, já era anunciado ali em 2022 que haveria esse rompimento. Mas esse rompimento de fato só está acontecendo agora e eles estão em rota de colisão. Então, até por uma questão deles lá, que eu não me envolvo muito com isso, eu prefiro não mencionar.

M. Não, perfeito.

Entrevistado 3. Mas não foram eleitos também, como eu disse, ficaram em condição de suplente, etc.

I. Nessa área política, era basicamente a das últimas partes da entrevista. Está indo para 50 minutos mais, não quero que seja muito extensa e cansativa para você, mas tem algumas últimas coisas. Você acha que, de tudo isso que a gente conversou aqui, existe alguma coisa que a gente deveria ver, algum assunto, algum tópico em volta de milícias, no Pará, principalmente, que a gente diz está pecando, né? Às vezes a gente não está olhando para algum lado que você acha que deveria ser observado melhor, alguma coisa que você gostaria de comentar também sobre?

Entrevistado 3. Não, acho que a verdade está bem interessante. Eu acho que, na verdade, esse tópico político é o próximo passo natural diante do modelo que o Rio de Janeiro exporta para cá. A gente sabe que a partir do momento em que eles saem apenas do tráfico de drogas, que já é uma atividade lucrativa, passam a exercer toda essa parte da segurança. Imaginem, cada comércio, R\$ 200, cada provedor de internet, eles pedem por usuário R\$ 5, eles pedem inclusive a planilha, a conversa deles, a primeira abordagem é essa. Me passem a planilha aí dos clientes de vocês. A polícia não está no pé do poste para garantir a segurança de vocês. Comando Vermelho falando isso. Reparem que o discurso é de segurança, aquele que seria o anterior do grupo de extermínio que está com embrião de milícia. Então, a gente não quer quebrar vocês, a gente quer que vocês funcionem. Me manda tua planilha para a gente fazer uma verificação e um cálculo para a gente cobrar algo que seja palpável para vocês funcionarem e vocês somarem com o nosso movimento. Então, imagina isso em quase todos os bairros de Belém, em várias cidades do interior, a maneira que eles passaram a capitalizar de forma financeira tudo isso, além do tráfico de drogas. Então, é muito dinheiro que passa a entrar, dinheiro é poder, dinheiro é poder médico, que eles podem se equipar com fuzis, como já foram apreendidos alguns aqui no estado do Pará, que coisa que não existia. Dinheiro é poder político, para financiar a campanha e depois cobrar favores. Enfim, o próximo passo, de fato, é tentar se infiltrar na política. Isso já é um movimento que aconteceu na eleição passada e que, com certeza, nessa eleição agora, principalmente municipal, que vai ter vereadores e etc., eles vão

começar a dar esses passos nesse sentido, sem dúvida nenhuma.

I. Nesse lado político, uma última pergunta, você sente que eles estão mais escondidos? Ou estão meio que... Porque sempre teve essa questão da milícia no Rio, o Matheus, inclusive, pode me ajudar a comentar sobre, que existe essa diferença de um período para o outro, onde hoje parece que as milícias, principalmente no voltado para o lado político, eles estão mais... A palavra certa não é tímido, não estou encontrando a palavra certa aqui, mas eles não estão se mostrando muito.

Entrevistado 3. É muito velado. Esse movimento é muito velado. Muito velado. A gente, por exemplo, essa candidata, a deputada estadual que eles apoiaram na eleição passada, por exemplo, ela tinha uma ONG. Uma ONG que dava apoio à família dos presos. Então, aí vem a coisa de maneira muito velada através dessas ações sociais, mas que, na verdade, tem um fundo de interesse da facção criminosa em si. É justamente para brigar pelos direitos que, para eles, na verdade, seriam travestis de direitos, só que, na verdade, tentar mudar e retornar à realidade carcerária que tinha antigamente. Até um dado interessante, muito pessoal, que eu posso passar para vocês. Acredito que a gente já está caminhando para o final. Em 2019, em setembro de 2019, eu passei três meses em Brasília fazendo um curso. O curso chamava Academia Nacional de Polícia. Ele foi baseado no curso americano que tem no FBI, onde os Estados Unidos pegam um policial de cada estado e levam para a agência central, para o FBI, para fazer um nivelamento com as metodologias operacionais, de inteligência, de investigação que eles aplicam no FBI para ser replicado nos estados. Esse curso foi idealizado, na época, pelo ex-ministro Sérgio Moro. Ele pegou esse modelo americano e levou para lá. Isso foi em setembro de 2019. A confusão no presídio de Altamira, o massacre, aconteceu em junho de 2019. Uma das aulas que nós tivemos foi justamente com o Sérgio Moro na ocasião ministro da Justiça. Ele fez uma pergunta dentro de sala de aula. Lá nós tínhamos um policial de cada estado, todos nós reunidos lá. Ele perguntou, vocês sabem qual é a cadeia mais bagunçada do Brasil? Ele não perguntou a mais violenta, tipo pedrinhas que arranca a cabeça, balança para fora, não é isso? Era a mais bagunçada. Claro que todos se inquietaram na cadeira. Ninguém queria que fosse no seu estado. E aí ele responde, ele mesmo responde, complexo de americano em Santo Isabel, no estado do Pará. Onde o preso fica com a chave da carceragem, ele sai de dia para roubar do regime e volta à noite. Festa com prostituta em churrasco, bebida alcoólica, fugas constantes, enfim. Realmente era uma bagunça. E eu te digo o que era, porque naquela ocasião, até 2018, eu era superintendente da regional de Castanhal. E Santo Isabel fica a 27 quilômetros de Castanhal. Então o maior complexo penitenciário do estado ficava na minha regional de polícia. Então eu tive que lidar com situações de fuga onde a força não vinha de fora para dentro para resgatar os presos, mas sim entrou um freezer dentro do bloco de segurança máxima embaixo do freezer. Tinha granada, fuzil, pistola dentro do bloco. Então assim, era realmente uma confusão. Metade dos canais de interceptação telefônica do núcleo de inteligência ficavam ocupados com números da cadeia. Hoje nós não temos nem 5% disso. Porque após a intervenção federal, de fato, houve uma padronização. Deixou de ser uma superintendência ligada à segurança pública e passou a ser uma secretaria própria. Pararam de contratar e passaram a fazer concursos para policiais penais e a instituição da carreira, planos de cargos e salários, carreira garantida, não é mais contrato de dois anos que daqui a pouco o cara vai perder o contrato, sabe lá quanto tempo ele vai ficar desempregado, então ele tem que garantir o futuro dele. Então tudo isso realmente mudou para que a realidade carcerária do

estado do Pará não permitisse mais que alguém que estivesse preso comandasse a criminalidade de fora. Então esses dados eu digo para vocês que são muito pessoais porque eu vivenciei isso. Como lá em Castanhal nós fazíamos muitas investigações de roubo à residência, mais uma informação para vocês, o cara de dentro da cadeia fazia o seguinte, ele ligava para o Matheus, Matheus, é o seguinte, eu tenho uma informação que o Ian deu lá de Castanhal, isso é uma situação real, da operação Casa de Vidro, roubo à residência. Eu tenho uma casa que fica um pouco isolada, no final de semana todo o dinheiro do comércio vai para lá e só fica um casal de idosos. O Ian sabe onde é, só que a gente não tem equipe para ir lá. O Ian não conhecia o Matheus. Aí ele falava, o Ian falava, eu vou, mas eu preciso de carro, preciso de arma. Aí o cara de dentro da cadeia, o Entrevistado 3 falava, não, peraí que eu vou ligar para o Matheus, Matheus, o Ian está lá te esperando, ele vai te esperar em tal lugar. Aí o Matheus falava, olha, eu tenho mais um aqui comigo, os dois têm arma, mas a gente não tem carro. Peraí que eu vou ligar para o terceiro. Repara que o terceiro, o Matheus e o Ian nem se conheciam, toda a cabeça pensante do crime vinha de dentro da cadeia, porque era livre o acesso. A partir de 2019, com a intervenção federal e posteriormente, mesmo com a saída da intervenção, mas a criação da secretaria, a instituição da polícia penal, os concursos públicos, a qualificação, essa realidade carcerária, ela muda. E o cara que vai para a cadeia, ele sai de fato de sintonia, ele não consegue mais coordenar o crime. E aí a gente tem esse enclausuramento, porque querendo ou não, dentro da cadeia o cara está protegido, né? Com ele não vai acontecer de nada. Aí vem a pandemia, vem aquela posição do STF de não operação no Rio de Janeiro, onde já era complicado as comunidades conflagradas, toda a cadeia, para se sentir protegida, vai para o Rio de Janeiro, para de lá, seguros, poderem comandar a criminalidade aqui, que antes faziam de dentro das cadeias. E o que eles querem, a partir de então, quebrar essa realidade carcerária daqui. E aí começam os ataques aos policiais penais, etc. Todo esse modelo de criminalidade que nós conversamos durante mais de uma hora, se tornou simbiótico entre milícia e facção criminosa.

I. Muito obrigado pelas informações, essas foram pessoais também, da sua vivência. Obrigado mesmo. Para finalizar, Entrevistado 3, você teria algum contato de alguma pessoa, não precisa ser, pode ser policial, pode ser, como não precisa ser necessariamente, que poderia corroborar com a pesquisa de alguma forma? Por exemplo, a gente tem o porto de barcarena, que a gente está procurando bastante informação sobre, tem um posto da PF lá, e a gente está sem conseguir informações diretamente de lá, por exemplo, a lacuna que a gente está tendo, se tivesse alguém para indicar que poderia falar mais sobre o dia-a-dia do porto, enfim, tudo quanto é tipo de coisa ligada à questão de narcotráfico, milícia, etc., como também de outras áreas, se você vir assim e falar, nossa, tem uma pessoa que eu conheço que acho que seria muito interessante a gente entrevistar.

Entrevistado 3. Cara, na verdade, assim, teria, mas é mais relacionado também à polícia civil, que são os colegas de trabalho que eu sei que têm conhecimento por vivência, até por terem vivido a mesma realidade, muito próxima de junto comigo durante esses anos, nesse tipo de trabalho, entendeu? Aí, assim, se for de outros órgãos, já fica mais difícil.

M. Não, mas pode ser também outros policiais, sem, assim, acho que tem muito a contribuir. Acho que pode ser, sim, essas pessoas. E aí, uma outra coisa que eu queria, e aí o senhor pode, se possível, passar para a gente, e aí uma outra coisa que talvez o senhor também possa contribuir, é se tem algum material, alguma coisa documentada, sem ser os relatórios evidentemente de inteligência, mas que o senhor acha que a gente poderia consultar ou repassar

para a gente.

Entrevistado 3. Tem tanto as matérias jornalísticas, algumas delas bem completas, como também até inquéritos policiais que já viraram processo, e aí já são de domínio público, que podem ser acessados e corroborar muito do que foi dito, principalmente esses inquéritos mais novos, relacionados já às extorsões de comércios, de provedores de internet, que seria essa atuação de milícia muito assemelhada à do Rio.

M. Assim, eu imagino que os números, o senhor teria os números dos processos, ou talvez pelo nome da operação, não sei exatamente.

Entrevistado 3. É, eu posso conseguir, teria que sentar e olhar isso com calma, porque nem todos foram dentro da minha unidade, né? Apesar da gente ter conhecimento dos colegas que a gente trabalha muito em apoio também a eles. Mas teria como conseguir.

M. Se o senhor puder, por favor, vai ser de uma enorme ajuda, enorme. Eu consegui alguns processos, mas assim, processos mais antigos, do cabo Rosivandro, até do Cilinho, não da morte dele. Ou do que ele foi... Ele foi preso, né?

Entrevistado 3. Foi preso, isso.

M. Eu consegui parte do processo, não o processo inteiro. Então, assim, se o senhor tiver acesso a esses processos e a gente puder repassar pra gente, seria de uma ajuda enorme.

Entrevistado 3. Eu tenho assim, quando vocês me perguntaram sobre pessoas, eu só peço pra vocês que eu possa conversar com eles antes. Se eu posso passar o contato deles pra vocês.

I. Claro, por favor.

Entrevistado 3. Lá me veio à cabeça quatro pessoas, dois que poderiam dar essa visão muito assemelhada à minha. Desse caminho todo, relacionado principalmente pós-2019 nessa simbiose com o Comando Vermelho. Que seria o _, que trabalha comigo no NIP, no Núcleo de Inteligência, no Grupo de Trabalho de Facções. E o Entrevistado 4., que trabalhou no Grupo de Trabalho de Facções antes do _, e também tem conhecimento disso. E duas pessoas que podem dar uma visão bem dessa questão ainda dos grupos de extermínio, caminhando pra milícia, ali antes de 2019. Que é O Entrevistada 5, que trabalhou na Homicídios, inclusive com esses alvos, nas investigações dele. E o _ que também trabalhou junto com o Entrevistado 5, nessa parte, bem da parte embrionária, que tava caminhando ali de um grupo de extermínio pra milícia, sabe? Então, como eu dividi e segmentei nesses dois períodos, antes e pós, tem essas duas duplas que podem contribuir muito pra cada um desses períodos, sabe como é?

I. Nossa, perfeito.

Entrevistado 3. Eu converso com eles primeiro, explicando qual é o objetivo, e aí depois eu passo o contato deles, se eles me autorizarem, pra que vocês façam contato com eles.

I. Perfeito, a gente agradece demais, viu? E eu não vou... é difícil nem ficar mandando mensagem, porque eu sei que você é muito ocupado, então eu vou, talvez, deixar um tempo, e aí eu vou mandar lá na frente, só caso você... porque eu sei que na correria a gente esquece, é complicado.

Entrevistado 3. Não, mas eu falo com eles, porque os quatro são bem próximos, eu converso com os quatro, explico qual é o objetivo, e se eles me autorizarem eu passo o contato pra vocês.

M. Perfeito. E a questão dos processos também, esses aí também seriam bem importantes.

I. Perfeito. A gente agradece demais, Entrevistado 3. a gente agradece também, se você tiver alguma... a gente manda a pesquisa pra você, quando a gente terminar, caso você queira, a gente deixa também tudo em aberto, e a sua contribuição foi, assim, enorme. Tem muita coisa aqui

pra gente passar pro texto depois.

Entrevistado 3. Perfeito. Eu ainda não assinei ali o termo, mas assim que eu conseguir parar, eu pego, assino digitalmente e te mando.

I. A gente agradece demais, muito obrigado mesmo, viu?

Entrevistado 3. Nada, meu irmão, tranquilo.

M. Muito obrigado, seu delegado Entrevistado 3.. Obrigado pelo seu tempo.

T. Nada, Matheus, nada, qualquer coisa dão por aqui.

ENTREVISTA 4 COM O ENTREVISTADO 4

Arquivo: A 4 - Tempo de gravação: 35 minutos e 26 segundos Realizada em 18 de Junho de 2024

Obs.

Identificação: Entrevistado 4. M. I.

Ian. Eu me chamo Ian, eu sou mestrando em Ciência Política aqui pelo FG, em Goiânia, Goiás. Meu orientador é o Matheus Hoffmann, ele estuda milícias há muitos anos, e o tema da minha pesquisa é as milícias no Pará, né? Uma espécie de simbiose que as milícias estão realizando nos últimos anos no Pará, e a ideia da pesquisa, né, de mestrado, é tentar entender como que se dá, como se deu esse processo e diversos aspectos específicos.

O Entrevistado 3 indicou o seu nome, ele indicou principalmente falando que você poderia somar a entrevista, né, a pesquisa, em volta do tema mais atual, né, nos últimos dois anos pra cá. Se você quiser começar se apresentando, falando qual o seu cargo e tudo mais, eu agradeço. Hoje é 18 do 6, 13 da tarde.

Entrevistado 4. Certo. Meu nome é Entrevistado 4, delegado de Polícia Civil do Estado do Pará, e hoje estou lotado na Força Integrada de Combate ao Crime Organizado, FICO. Sobre a temática aí do seu trabalho, milícia, eu não tenho muita experiência nesse tipo de investigação. Já trabalhei em algumas delegacias especializadas, como a DRCO, onde eu trabalhei com polvos e furtos de veículos. Eu trabalhei no Núcleo de Inteligência Policial, no qual existia e ainda existe um grupo de trabalho sobre milícias, mas eu não fui integrante desse grupo, trabalhava mais com facção criminosa. Trabalhei na Divisão Estadual de Narcóticos, onde também não atuei diretamente com milícias. E antes de vir para cá, eu estava na Delegacia de Homicídios de Castanhal. Então, o conhecimento que eu vou ter sobre milícia é um conhecimento bem superficial. Entendido.

I. Não tem problema, você pode falar sobre suas percepções dentro do seu cargo, isso não tem nenhum problema. E no final, se você inclusive tiver alguma indicação de outras pessoas, é o que a gente sempre faz no final. Eu vou fazer as perguntas e caso você fale assim, não consigo responder ou não faz sentido responder, não tem problema. Você pode só... A primeira pergunta que a gente faz geralmente é... No Rio de Janeiro, tem as milícias de uma maneira bem consolidada e o que a gente viu nos últimos 10 anos, e é isso que a gente está analisando no trabalho, as milícias começaram a se instaurar mais no Pará, em Belém especificamente. E a pergunta seria mais ou menos de volta assim. Se existem tipos de... Se na sua percepção, no seu conhecimento, se existem diversos tipos de milícia e não apenas um tipo de milícia. Se elas se dividem em categorias.

Entrevistado 4. Nesse período em que eu trabalhei na inteligência, sendo núcleo de inteligência policial, que foi entre 2019 e o início de 2020, eu cheguei a tomar conhecimento sobre uma divisão que existia entre as milícias em Belém. O que ficou mais evidente até depois de um homicídio de repercussão aqui no Estado, que era um líder comunitário, que também era vereador, cito como Gordo do Aurá. Então, a partir daquele momento, passou a ser priorizada essa investigação sobre as milícias. E naquele momento existiam três milícias, uma que atuava junto ao transporte clandestino, principalmente de vão, uma milícia ligada ao tráfico de drogas

e outra ao contrabando. Todas elas, obviamente, com participação de policiais, de ex-policiais e pessoas cooptadas por esses grupos.

I. Perfeito. Na sua percepção, a gente estuda hoje três modelos que permitiram as milícias encontrarem esse lugar em Belém, um lugar, como diz assim, propício a receber elas. A gente analisa a crescente das facções criminosas, como o Comando Vermelho dentro do Estado e a leniência do Estado ao longo de vários anos em reconhecer a chegada dessas facções criminosas. E isso fez uma onda de crime começar a crescer em Belém e no Pará como um todo e as milícias vão ter esse meio de ser uma maneira alternativa de combate a esse crime e isso começou a fazer um cenário mais propício ao surgimento das milícias. No segundo ano, segunda linha, a gente analisa o Jogo do Bicho no Pará e como o Jogo do Bicho é um fornecedor de serviços para as milícias, principalmente de segurança, etc. E, por fim, na terceira linha, a gente analisa através de um intercâmbio entre forças policiais de Belém com forças policiais do Rio de Janeiro e, através de um contato, a gente analisa o caso do Cabo Pet como um possível intercâmbio. Hoje, depois de estudar há alguns anos esse tema, a gente chega a achar que é os três ao mesmo tempo. Seriam os três movimentos ao mesmo tempo que acabaram criando um cenário no Estado propício às milícias começarem a se instaurar. Mas, na sua percepção, você diria que está correta essa ideia de que essas três coisas realmente fazem sentido para um fomento das milícias ou, para você, alguma delas não faz sentido? Qual seria a sua opinião em relação a isso? Quais seriam esses três fatores que contribuiriam? Chegada das facções criminosas, como o CV, o jogo do bicho no Estado e o intercâmbio entre policiais do Pará com policiais do Rio de Janeiro.

Entrevistado 4. Realmente, a questão das facções seria uma justificativa teoricamente legítima de atuação das milícias. E realmente tem essa relação entre o surgimento e a atuação das milícias com a presença das facções criminosas que dominam partes do território, principalmente periferia. E nessas áreas dominadas pelas facções, a população de bem acaba se submetendo às regras impostas por esses grupos. Entre elas, a lei do silêncio, também uma regulação própria imposta pelas facções no sentido de códigos de conduta e punições. Então, essa população acaba se submetendo a isso. E a milícia surge como uma forma de livrar essa população do domínio das facções, mas acaba impondo um domínio próprio, com regras próprias também, muitas vezes semelhantes às das facções. Então, essa é uma dinâmica que realmente a gente observa na prática. Dentro desse... A questão do jogo não está de certo. Pode só fazer o seu tempo.

I. Você observa hoje um maior conluio, hoje, né? Tipo, vamos supor, né? Passou alguns anos desde dessas primeiras interações. Hoje, para você, haveria mais um conluio das milícias com as próprias facções ou um enfrentamento dentro desses dois?

Entrevistado 4. Pois é. Eu tinha mais informações na época em que eu trabalhava no núcleo de inteligência. Hoje, como eu fiquei durante três anos no interior, quase quatro anos, eu me distanciei um pouco desses acontecimentos, né? Mas, pelo que eu ouço falar, hoje em dia há, sim, a gente tem ouvido falar de alianças entre milícia e facções, que acaba sendo uma decisão mais empresarial, né? No sentido de garantir um lucro maior para ambas as partes, evitando homicídios, né? Disputas violentas por determinadas áreas. Então, a gente tem notícia, sim, dessa nova configuração. Mas parece que é um fenômeno que está iniciando, né? Ainda existe essa guerra entre as facções e as milícias em disputa desses territórios, né? Distribuição de droga, distribuição de serviços em determinadas áreas. Então, seria isso.

I. O seu conhecimento do passado, né? Que você já trabalhou, que você falou, né? Tipo, que antigamente você estava em outras áreas. O seu conhecimento, na verdade, é extremamente válido, caso você tenha informações mais ou menos da época que você estava mais envolvido nisso, porque como o trabalho tem um recorte de mais de 14 anos, mais ou menos lá de 2010 para cá, na sua época você via esse conluio não acontecendo, então? Era mais enfrentamento? Antigamente não tinha, não. Era cada um para o seu lado e uma relação de guerra mesmo. Então, existiam casos de milícias enfrentando diretamente facções e vice-versa?

Entrevistado 4. É. Não era uma constante, assim, atentados mútuos. Eram casos pontuais. Mas era mais uma questão de oportunidade, né? Se um lado percebesse algum alvo mais fácil em relação ao outro lado, eles acabavam aproveitando e praticando esses atentados. Entendi. Em relação às milícias contra as facções, acabava incidindo mais nesses atos violentos por conta do envolvimento de policiais que muitas vezes praticavam esses atos em meio à sua atividade mesmo legítima do dia-a-dia, né? Perfeito. Então, acabava levando vantagem. Isso nos contribuiu também para gerar aqui no Estado essa questão peculiar aí que é de constantes atentados contra agências da segurança pública, praticados pelas facções criminosas. E eu acredito que possa ter sido criado esse costume a partir dessas atuações aí da milícia contra esses integrantes de facção criminosa. A gente escutou em outras entrevistas que as facções aí no Pará atuam até mesmo de uma maneira divergente como as mesmas facções em outros Estados. Parece que são mais violentas e estão mais dispostas a fazer ataques diretos a esses agentes de segurança pública. Perfeito. Ainda então, vou repetindo, você pode dar todo o seu conhecimento da época que você estava mais envolvido. Dessa época que você estava mais envolvido, você teve alguma vislumbre sobre a questão do jogo do bicho, as milícias e as próprias facções criminosas? A gente, considerando que as milícias são formadas, é muito presente nas milícias os policiais, policiais civis, militares, e considerando que esses policiais também prestam serviço para o jogo do bicho, então eu não diria que seria uma relação direta, mas até por conta dessa atuação paralela na milícia e no jogo do bicho, acaba que cria essa identidade entre jogo do bicho e milícia. Mas eu não tenho conhecimento de que isso seja uma questão deliberada, articulada, no sentido de bicheiros serem também milicianos. Eu acredito que seja mais uma coincidência em relação à prestação de serviço. Acredito que seja uma prestação de serviço, o jogo do bicho poderia ser um cliente dos milicianos, aproveitar desse serviço de segurança. Até porque, recentemente, o Comando Vermelho passou a extorquir quem explora jogo de azar, seja jogo do bicho, essas apostas chamadas de bets, que também são exploradas com maquininhas em pontos comerciais, nas periferias. Também os caçaníqueis. O jogo do bicho, as milícias, existe essa dinâmica de clientela em outras entrevistas.

I. A gente chegou a uma novidade, isso pode ser interessante para você escutar, que esse conluio que passou a existir entre facções criminosas e as milícias é tido que, no Pará, o jogo do bicho meio que foi um... Ele patrocinou que aparasse esse enfrentamento entre facções e milícias, contínuo, onde elas se enfrentavam o tempo todo. E, por os dois prestarem serviços ao jogo do bicho, serviços de segurança, e eles estavam, inclusive, entrando em conflito por conta de estarem prestando serviço para o mesmo cliente, digamos assim, o jogo do bicho intermediou reuniões. Isso são informações de inteligência que, por entrevistas, deram para a gente. O jogo do bicho intermediou reuniões, uma certa conversa, um certo diálogo entre as milícias e as facções criminosas para que eles entendessem que, em vez de se enfrentar, eles poderiam ganhar muito mais se entrassem em conluio. Isso a gente está falando de 2019, 2020, pelo

menos é o que nos falaram. Inclusive, esse é um dos pontos mais acima do trabalho que a gente está tentando investigar. Mas a falta de documentos, mais uma questão de entrevista, a falta de documentos dificulta esse processo. Então, esse processo de simbiose das milícias com as facções, que hoje, você mesmo falou que está muito mais de conluio do que de enfrentamento, aparentemente, em 2019, 2020, aconteceu alguma coisa em volta do próprio jogo do bicho. É por isso que a gente está batendo tanto na tecla do jogo do bicho. Mas, de ligação de policiais paraenses, e nesse caso a gente coloca maus agentes, porque são as melhorias dentro disso, com ligações com maus agentes lá do Rio de Janeiro, você não tem nenhum tipo de ligação, de entendimento.

Entrevistado 4. Em relação à milícia, não. Em relação à facção, no caso específico do Comando Vermelho, sim. Milícia, não. Você diz de ligação do Comando Vermelho com o Rio, do Pará.

I. Isso.

Entrevistado 4. De líderes, no caso. Eles têm uma relação de apoio mútuo, porque o Comando Vermelho, diferentemente do PCC, ele atua como se fosse franquia. O Comando Pará tem total autonomia em relação ao do Rio, o que tem é uma aliança, no sentido de acolher as lideranças um acolher as lideranças do outro lado, mas que é muito mais frequente as lideranças do Pará se abrigarem nos morros cariocas. E também em relação a fornecimento de entorpecentes, de armamento, no caso aqui o Pará é uma porta de entrada de entorpecentes que provavelmente são remetidos para o Rio também e para outros estados. E já as armas, especialmente os fuzis, armas de calibre maior, são enviadas do Rio para cá. Então tem esse intercâmbio mais de parceria, do que de vinculação mesmo, de hierarquia. Entrando nesse, na questão do internacional, já entrando em outros temas, o narcotráfico, e você pelo que me disse, tem você está dentro mais ou menos dessa área de atuação.

I. Você conseguiria afirmar que as milícias estão ligadas de alguma forma com o narcotráfico? Isso cresceu muito de uns quatro anos para cá.

Entrevistado 4. Eles atuam, eles têm equipes especializadas em roubo de entorpecentes, atuando principalmente no rio, nos rios por água. Eles conseguem abordar barcos com carregamentos de entorpecentes, eles roubam essa carga e vendem para traficantes. São chamados de piratas. Então eles têm equipes, tanto em água, quanto em terra também, que são compostos por informantes, pessoas infiltradas no mundo do crime, que passam informações sobre carregamentos e depois recebem parte desse carregamento como pagamento. No caso, esses roubos acontecem... Nesse sentido, inclusive a Polícia Civil tinha informantes que também prestavam esse tipo de informação, de carregamentos. Em troca, eles recebiam recompensa em dinheiro, mas de uns tempos para cá, esses informantes migraram para o lado das milícias, porque lá a rentabilidade é maior, eles recebem parte da carga e aí o lucro é muito maior.

I. Esse roubo que você diz, das cargas e tudo o mais, acontece das milícias roubando cargas de facções? Não entendi bem. Cargas de traficantes, tem entre eles alguns vinculados a facções criminosas. Fora do, vamos colocar assim, enfrentamento, que eles estão roubando das facções, também tem ligação das milícias exercendo, por exemplo, serviços de segurança para as facções, para esse tipo de narcotráfico? Existe algum tipo de conluio entre milícias e facções?

Entrevistado 4. Sim. É isso aí, eu nunca soube disso ter acontecido. Tem? Os colegas aqui estão dizendo que tem. Estão prestando segurança para carregamento de facções criminosas?

Sim. Aqui, tem em Belém também? Eu não sei, mas está de jeito nenhum. Em Santarém tem milícia? Sim. Os colegas aqui estão dizendo que na região de Santarém, Carajás e Parauapebas, tem milícias também que fazem esse tipo de parceria aí com as facções. O que pra gente ver hoje é um tipo de consórcio do tráfico, né? As milícias, elas prestam o serviço de segurança? Eles acabam percebendo que se unindo, eles vão ter mais lucro do que se enfrentando, né? Perfeito.

I. A gente precisa bater as informações, em outras entrevistas a gente conseguiu também essa informação, então isso tudo é muito positivo pra pesquisa. Você consegue informar essa droga saindo do Brasil, ela vai pra que regiões? Se ela vai pra outras regiões que não o Brasil?

Entrevistado 4. Essa droga, ela abastece principalmente o Nordeste, depende do tipo da droga, né? O oxi, por exemplo, costuma ir pro Nordeste, cocaína vai muito pra Europa, maconha vai pro Nordeste e Sudeste, então, o número de apreensões de uns quatro anos pra cá, de grandes carregamentos de cocaína com destino à Europa, a gente tem conhecimento também de que está sendo enviada pra África, em barcos pesqueiros, com novas técnicas de ocultação de drogas sob os cascos dos navios, né? Então, com a passagem, o uso do território paranaense pra remessa de entorpecentes pra outros países e pra outros estados do Brasil, realmente, a impressão que dá é que é crescente, né?

I. Perfeito. A gente já está chegando, inclusive, no final, é bem rapidinho mesmo. A gente também tem um aspecto de tentar entender como que essas milhas se financiam, né? E aí, o narcotráfico hoje parece um dos caminhos bem mais rentáveis e tudo mais. Porém, existem outros tipos de poderes, que não o poder de dinheiro, mas sim o poder político. E aí, através disso, as milícias no Rio de Janeiro são claras nisso, mas as do Pará parece que elas ainda estão no processo de se ligarem à política, etc e tal. A gente, nas entrevistas, conseguiu a informação de um possível caso de uma candidata em 2019, a deputada, que ela era ligada a uma ONG que ajudava presos, e aí isso tinha uma certa ligação com esses processos. Você mesmo citou o Gordo do Aurá, o David Galvão, que foi preso por tráfico. Na sua percepção, tem mais alguma ligação com a política, necessariamente? Você sente que isso hoje está crescendo? Que estão tentando começar a participar mais? Ou não?

Entrevistado 4. Você fala das milícias ou das facções?

I. Pode responder dos dois. Tanto das facções como das milícias. Você sente que, no Pará, eles estão tentando se embrenhar na política ou não?

Entrevistado 4. Olha, o... A milícia, ela... Em relação à milícia, tem políticos aí, até mesmo deputados federais, que eles têm um histórico de, se não participação, pelo menos afinidade com a milícia. No caso do Eder Mauro, do Nio, coronel Nio, eles tinham uma atuação bem no perfil das milícias. Envolvimento com algumas atividades criminosas, como comercialização de peças de veículos, de procedência criminosa. Mas, na época deles, acho que a milícia era mais aquela de... mais voltada para um grupo de extermínio. Seria ali essa milícia de hoje que ocupa áreas, domina áreas e explora atividades econômicas. Agora, atualmente, atualmente, eu não tenho conhecimento de políticos ligados à milícia. Em relação a facções criminosas, a gente tem conhecimento de políticos ligados a grandes esquemas de tráfico de entorpecentes que, por sua vez, são suspeitos de participação do PCC, não do Comando Vermelho. Então, o PCC, ele atua de maneira muito mais velada. Mas, há informações de que políticos do Estado de alta envergadura têm relações com tráfico de drogas internacional e com... nesse contexto, atuando aí também o PCC.

I. Perfeito. Você acha que a gente deixou de falar alguma coisa que, para você, é muito importante sobre esse tema?

Entrevistado 4. Olha, uma coisa que eu considero fundamental para todo o trabalho que trate de crime organizado é a necessidade de evolução da legislação criminal relativa a esse tipo de trabalho de combate à organização criminoso. A nossa legislação, principalmente a processual, ela dificulta muito o trabalho da polícia, ela burocratiza muito o trabalho da polícia. Toda diligência, toda... a maioria dos instrumentos de investigação, o delegado fica sujeito a uma autorização judicial que, muitas vezes, é burocrática e lenta e sujeita a interpretações hipergarantistas que acabam atrasando a investigação e a celeridade é fundamental para o sucesso do trabalho de investigação. Quanto em relação à adoção de entendimentos jurídicos muito garantistas e restritivos em relação aos meios de investigação. Então, uma boa ideia seria uma reforma da legislação processual para que o delegado pudesse determinar de ofício medidas como busca e apreensão, interceptação telefônica telemática, quebra de sigilo e sujeito a esses atos a um controle posterior do judiciário. Isso aí ganharia muita celeridade. Outra questão é a falta de garantias para o exercício da função de delegado de polícia. O delegado de polícia, diferentemente do Ministério Público, do Judiciário, não tem vitaliciedade, não tem a mobilidade retentibilidade de vencimentos, não tem um órgão comandado por representantes eleitos e por lista tríplice. São indicações políticas, o que coloca a polícia civil muitas vezes subjulgada a interesses políticos de governo e não de Estado. A falta de um Jus Postulandi por parte do delegado, ou seja, o delegado ele representa às vezes por uma medida cautelar necessária para dar uma investigação e se o juiz negar, ele não tem condições de recorrer, ele não tem o Jus Postulandi para isso, então são uma série de medidas, uma série de instrumentos e de garantias que precisariam ser conferidas para o delegado de polícia e essas melhorias no processo penal também, para que a persecução penal tivesse mais efetividade. Então esses são temas que raramente são tratados nos trabalhos que tem como tema o crime organizado. Sim, a gente inclusive esbarrou nessas questões das burocracias e no combate efetivo a esse tipo de processo, tanto de facções como as próprias milícias.

I. Dentro disso então, eu notei tudo aqui, você teria indicação de algum contato de algum colega, pode ser dentro da área de polícia ou qualquer pessoa que você ache que...

Entrevistado 4. Só ver aqui com a minha equipe se eles têm alguma consideração para fazer, vocês ouviram aí gente, vocês têm algum apontamento para fazer, alguma coisa que vocês consideram que eu falei que não procede ou quiser... É porque é uma entrevista que faz parte do trabalho de mestrado e sobre a situação da milícia no estado do Pará. Ian, o entrevistado 5 já foi ouvido?

I. Pelo meu orientador, mas eu gostaria de entrevista-lo

Entrevistado 4. Ele na minha época era o maior especialista do estado em milícia.

I. Você tem o contato dele?

Entrevistado 4. Tenho. Isso seria muito útil, porque eu tô... Vou te mostrar o contato dele.

I. Seria muito bom para eu conseguir estar entrevistando ele assim, eu acho que seria positivo.

Entrevistado 4. O delegado _ também atuou, na época que eu trabalhei no NIP atuou com a milícia, ele ficou no NIP até ano passado, talvez ele possa contribuir também. Que aí eu vou lembrar de te pedir.

I. Qualquer pessoa, não precisa ser necessariamente ligada à polícia, mas se você for... Esse cara aqui entende, essa pessoa aqui entende, seria interessante para a gente entrevistar.

Entrevistado 4. Rapaz, eu tenho um informante que me passa informação da milícia, ele mora lá no quartel general da milícia, se quiser eu te passo o contato dele.

I. Seria muito interessante, seria muito interessante.

Entrevistado 4. Inclusive no caso da chacina do Guamá, ele que foi o cara que clareou as investigações, ele passou onde um dos envolvidos estava descaracterizando o carro, e esse cara foi encontrado lá na oficina mudando as características do carro, e esse cara acabou revelando muitas informações que direcionaram as investigações.

I. Nossa, seria excelente, se você puder desses contatos todos que você vai me passar, e a gente agradece demais, você fala com eles, fala assim, vai entrar uma pessoa em contato para isso e isso, e aí você me passa o contato que eu entro em contato, que aí a pessoa não se assusta, que às vezes do nada chega um privado para ela e tudo mais. Então sim, se você lembrar de mais alguém, eu vou te mandar lá no privado, e aí você pode me indicar e passar o contato.

Entrevistado 4. Tá bom.

I. E eu te remando também o termo para você me mandar assinado. Vou botar uma assinatura eletrônica aqui, é rapidinho que eu faço. Sim, aí você lembra de marcar lá todas as coisas que você aceitou ou não, porque tem um negocinho de marcar lá, pode ser digital mesmo, não tem problema não. Tá bom. Muito obrigado, Entrevistado 4, eu sei que foi corrido, mas foi ótimo, eu vou passar tudo isso aqui para o campo, e bom trabalho aí, muito obrigado mesmo pelo seu tempo.

Entrevistado 4. Beleza, bom trabalho para você também, espero que você consiga concluir aí o seu trabalho com louvor, e o seu trabalho possa contribuir aí para que outros trabalhos sejam feitos também, né, e que se torne conhecido dos estudiosos e do grande público, essa forma como as organizações criminosas atuam, né, e que isso contribua de alguma forma em melhorias no combate ao crime organizado.

ENTREVISTA 5 COM ENTREVISTADO 5

Arquivo: A 5 - Tempo de gravação: 46 minutos Realizada em 19 de Julho de 2024

Identificação: Entrevistado 5. I.

Ian. Aqui são 19 do 07, 16h30. E aí se você puder se apresentar, a gente agradece. **Entrevistado 5.** Meu nome é Entrevistado 5. Sou delegado de Polícia Civil aqui no Estado do Pará há dez anos. E aí eu atuei pela Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de 2014 até 2018. Período de 2018 a 2019 eu estive trabalhando na Delegacia de Homicídios Metropolitana aqui em Belém, em que a gente assumia a circunscrição de Ananideu, Marituba, Benevides e outros municípios da região metropolitana, que não Belém. E desde 2019, em dezembro de 2019, eu estou no Núcleo de Inteligência Policial, trabalhando precisamente com análise de sinais e dados. E lá também, tanto nos homicídios quanto na inteligência, tive a oportunidade de lidar um pouco com o estouro de milícias privadas e grupos de extermínio que atuam aqui, precisamente na região metropolitana de Belém. Não sou especialista nessa área, expert em nada, mas o pouco que eu sei é da minha experiência como policial. E fiz uma especialização também que eu trabalhei essa temática de milícia, um estudo de casos que ocorreu lá em Marituba. E atualmente sou mestranda também na Universidade Estadual do Pará, cuja temática também está voltada para a questão da milícia aqui na Amazônia, à luz da ODS-16. E é isso.

I. Muito obrigado, Então, o seu trabalho, inclusive ele está sendo citado dentro do nosso projeto aqui. O projeto nosso tem o intuito de tentar entender como é que se deu o transplante, o modelo de transplante das milícias do Rio de Janeiro ao Pará, numa ideia de tentar estabelecer algum tipo de padrão e parâmetros que poderiam ter feito um ambiente propício à criação de milícias dentro do Estado do Pará. A nossa ideia é fazer várias entrevistas e a partir dessas entrevistas com pessoas que estão envolvidas direto ou indiretamente na questão, conseguir fazer um trabalho de interesse público em relação a isso. Então, como primeira pergunta, eu pergunto para você. Existem, dentro desse modelo de implementação e dentro do Pará, falando aqui necessariamente só do Pará, existem tipos de milícias diferentes?

Entrevistado 5. Olha, no Estado do Pará, pelo que eu visualizo, pelo que eu já li também sobre as milícias que os especialistas vêm produzindo, os pesquisadores, sobre milícias no Brasil, eu vejo muitas semelhanças. Na verdade, o Estado do Pará, quando você compara o Pará com o Rio de Janeiro, a gente vê semelhanças gritantes e é até engraçado isso.

Se você for comparar, por exemplo, o sotaque de quem é de Belém, é muito semelhante ao sotaque do carioca. Os belenenses falam xiano, por exemplo. E aqui o que a gente vê também? A questão do jogo do bicho. Aqui o jogo do bicho é muito forte e você vê um comprometimento de agentes do Estado com bicheiros, tanto que vira e mexe tem a operação da Polícia Civil e vira e mexe nós temos agentes públicos envolvidos diretamente com o jogo do bicho, com esses jogos que são proibidos ainda por lei. E aí quando a gente olha para a realidade do Rio, a gente sabe da influência do jogo do bicho no fortalecimento e expansão das milícias. A gente consegue visualizar uma semelhança muito grande em relação às milícias. Não é diferente. Você lê no relatório da CPI que foi instaurada aqui pela Alepa, pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, você vê que os parlamentares falam, por exemplo, da experiência que o cabo Pet, que é um cabo da Polícia Militar aqui do Estado do Pará, que ele trouxe do Rio de Janeiro para cá, que ele teria trazido a experiência que ele visualizou no Rio de Janeiro e teria trazido para cá, para o Estado do Pará. Então ele trabalhou por um tempo na Força Nacional, ele foi cedido para a Força Nacional, e aí ele viu como é que agentes públicos conseguiam lucrar sendo agentes, representando o Estado, pelo conhecimento técnico que eles tinham, e é como se ele utilizasse aquilo para ganhar dinheiro aqui também no Estado do Pará. Tanto que a época que ele faleceu, que ele foi assassinado, que deu a ensejo a uma série de chacinas, a época parece que ele já estava na reserva, reformado, e tinha uma empresa de vigilância eletrônica, vigilância

eletrônica que na verdade a gente sabe que é segurança armada mesmo, que eles utilizam esse termo de vigilância eletrônica para tentar despistar e desviar o foco da polícia. Então eu consigo visualizar essas semelhanças. Aqui no Estado do Pará, infelizmente, a gente ainda investiga muito pouco, eu entendo assim, eu falo como integrante da Polícia Civil, como delegada de Polícia Verde, que a gente investiga muito pouco, e a gente não está atentando ainda para a gravidade da expansão das milícias no nosso território, algo que lá no Rio já aconteceu, mas também porque a realidade lá é terrível, mas lá no Rio também quando você vai visualizar lá e estudar as operações, você vê que as grandes operações de combate à milícia, elas são deflagradas pelo GAPEO, que é o grupo do Ministério Público, você não vê a Polícia Civil à frente de grandes operações. E aqui também eu não vejo, infelizmente.

I. Dentro do próprio Pará, você consegue visualizar que as milícias se diferem umas das outras? Porque hoje, pelo menos nos nossos estudos, a gente consegue observar uma milícia que é uma milícia mais rural e uma milícia mais urbana. Na sua percepção, isso seria certo? Existe um terceiro tipo que eu não citei? Dentro das próprias milícias existe essa diferenciação entre milícias? Sim, é porque é algo muito difuso.

Entrevistado 5 As milícias não são como as facções, o Comando Vermelho, o primeiro comando da capital, a gente vê que é algo muito difuso, que é até difícil para você fazer um estudo e falar qual é o modo operante da milícia no Brasil, porque são vários modos operantes, dependendo do tipo de atividade a qual aquela milícia se dedica. Então, no Pará, o que acontece? Pelo meu estudo agora no mestrado, a gente coletou todas as ocorrências policiais registradas entre 2019 e 2023 do Estado e do Estado, que no corpo da milícia houvesse alusão, ou no corpo do relato da ocorrência, houvesse alusão ao termo milícia. Por quê? Porque, inicialmente, a gente não conseguiu filtrar as ocorrências que tinham lá, a capitulação penal, o tipo penal com a milícia privada, porque é muito raro na polícia você já registrar uma ocorrência e enquadrar aquele relato com a milícia privada, e eu vejo que existe um temor muito grande por parte dos colegas. Então, a gente pegou todas as ocorrências, nós pegamos cerca de 500 e poucas ocorrências para tentar traçar o modo operante das milícias que atuam no Estado do Pará. Só que a gente está tendo uma dificuldade muito grande porque a gente vê nessas ocorrências, são muitos relatos irrelevantes de pessoas que usaram a fama das milícias de violentas, de que aquele que não segue as regras da milícia paga com a vida, para ameaçar, para atormentar, para amedrontar um desafeto. Então, nessas ocorrências, a gente tem muitos desses relatos burros. Mas aí a gente conseguiu visualizar nessas ocorrências também relatos importantes que até então eu, por exemplo, não tinha ainda vislumbrado. Como, por exemplo, milícias que atuam, como você disse, na zona rural do Estado do Pará e que são pagas por fazendeiros para promover a reintegração de posse, para expulsar pessoas que estão ali legalmente naquele território para fim de reforma agrária. Então, tem situações que a gente visualizou nessas ocorrências de oficiais que vieram de outros estados com o seu grupo para reintegrar uma posse a mando de um fazendeiro. Nós temos também relatos, mas aí a gente precisa se aprofundar, de milícias privadas envolvidas com extração ilegal de minério, comercialização ilegal de minério, com a questão do garimpo, mas é algo que a gente precisa aprofundar muito e que eu vejo que ainda não existe. Existe uma missão muito grande por parte do Estado, por parte dos próprios colegas que trabalham diretamente com investigação. Na região metropolitana, o que a gente tem visualizado? Muito a milícia envolvida com o tráfico ilícito de entorpecentes, inclusive se associando às facções criminosas, se fortalecendo. Milícia também envolvida com licitações, ganhando com licitações, investindo nesse tipo de crime, desenvolvendo corrupção, transporte público e contrabando. Contrabando é algo bem marcante aqui no Estado do Pará. Nós temos uma milícia aqui muito forte que infelizmente conta com a integração de muitos agentes públicos, agentes políticos, que é aquela história que todo mundo sabe, mas aí você não consegue produzir provas contra essas pessoas. É a grande diferença. Como se na zona rural fosse mais voltado para a reintegração de posse, extração

ilegal de minério, e aqui a gente consegue visualizar de forma mais marcante as milícias envolvidas com o tráfico ilícito de entorpecentes, casos de milícias que estão roubando carregamentos de grupos criminosos, de associações criminosas e revendendo esses carregamentos de drogas, envolvendo oficiais, a polícia militar e praças. Enfim, essa é a nossa realidade, que eu consigo comprovar, porque a gente vem monitorando.

I. Muito bom, muito bom. Falando ainda, continuando sobre isso, a gente tem uma ideia no trabalho de entender o surgimento das milícias no Pará em três cenários possíveis que trouxeram ao Pará um terreno fértil para que milícias pudessem se transplantar do Rio de Janeiro para o Pará. E o que significa transplantar nessa questão? O modelo ter sido copiado, ter sido olhado e aí trazido para o Estado. E eu queria ver se você concorda com as três ou se você discorda de alguma ou se você quer somar em relação a alguma. A primeira é justamente com o cenário de crimes violentos e de crescimento violento trazido pelas facções criminosas, como o Comando Vermelho, e que houve uma demora do Estado em reconhecer a chegada das facções criminosas no Pará. Então, por ter deixado acontecer e demorar anos para começar um combate efetivo, o número de criminalidade cresceu e, a partir disso, policiais começaram a fazer trabalho por conta própria em seus bairros e começaram a fazer redes de monitoramento e, a partir disso, começa uma ideia de milícias urbanas. A segunda maneira, a segunda origem que a gente analisa é a que você, inclusive, já citou, que é a questão do jogo do bicho. E, a partir do jogo do bicho, o jogo do bicho ele traz um cenário também fértil para a questão das milícias, uma vez que muitos milicianos encontram uma maneira de ganhar dinheiro com o jogo do bicho, fornecendo serviços e fazendo uma espécie de conluio. E o jogo do bicho no Pará, você mesmo já citou e, se quiser falar mais sobre, aparentemente, no Pará, ele não tem nem uma data de começar, ele parece que sempre existiu e a gente, inclusive, escutou em outras entrevistas que é quase como algo naturalizado. E, terceiro, você também citou o próprio intercâmbio, que o Cabo Pet, ou policiais, mal policiais aposentados, ou não, acabaram se inspirando nos modelos do Rio de Janeiro e trouxeram para o Estado. Então, a gente trabalha com essas três hipóteses, ao mesmo tempo que a gente acredita que são as três ao mesmo tempo. A gente acredita que as três se colaboraram, elas fizeram um cenário fértil para que isso acontecesse. Se você discorda de alguma, ou se você concorda com alguma, ou se você, inclusive, gostaria de adicionar alguma dentro dessas três, é o que eu gostaria nessa pergunta.

Entrevistado 5. Eu concordo plenamente com as três. Eu acho que a gente não pode fechar, não. Mas só existe aí uma origem, só existe aí uma causa, que seja o surgimento e a expansão das milícias no Estado do Pará. Eu acho que isso que você falou está certíssimo mesmo. Quanto ao jogo do bicho, o que a gente vê? Eu sou do Maranhão, eu vim para cá em 2014, Estado do Pará, e, quando eu caminhava pelas ruas de Belém, eu ficava espantada com bancas de jogo do bicho, a luz do dia, em frente a prédios públicos, em frente a farmácias, em frente, inclusive, a delegacia de polícia civil, e ninguém se importava com aquilo. Eu falava, não, não é possível. Como assim uma banca de jogo do bicho? Eu ficava me questionando o jogo do bicho, mas não é uma contravenção penal, não é uma infração penal. Por que tem uma banca de jogo do bicho em frente a uma delegacia de polícia civil? Então, eu ficava me questionando. Então, o que eu vejo? Que aqui, o Estado do Pará, ele se tornou um terreno fértil muito grande para esse tipo de delitos, inclusive, para arbitrariedade de agentes públicos. Então, quando você tem um agente público que ele mata, um desafeto seu, e aí, quando esse agente público, ele é investigado e não dá em nada, ou ele sequer é investigado, ou o nome dele sequer é citado no inquérito policial, ou ele sequer é incomodado, intimado para ser ouvido, eu acho que ele ganha forças para progredir no crime. Então, por exemplo, aqui em Belém, eu participei de uma operação chamada Anonymous, que a gente prendeu um policial militar que ele falava por aí, para quem quisesse ouvir, que ele já tinha matado 20 pessoas. Mas esse policial nunca tinha sido chamado para ser ouvido dentro de um inquérito policial. Havia vários inquéritos policiais que vários testemunhas citavam ele, o apelido dele, as características físicas

dele, mas nenhum delegado de polícia foi lá e chamou ele para ser ouvido, para ser sequer incomodado. Então, esse cara, ele se sentiu muito à vontade para continuar matando, para continuar extorquindo traficantes, para continuar vendendo droga, para continuar envolvido ali num contrabando. Enfim, o Estado do Pará infelizmente se tornou um terreno muito fértil e que se você também for fazer uma coleta de notícias publicadas, de reportagens verificadas na imprensa nacional nos últimos 10 anos, 11, 12 anos, você vê que o Estado do Pará já tem uma certa notoriedade em relação à violência policial. No Pará, o carro prata, desceram agentes encapuzados e mataram três, mataram quatro. E aí, essas pessoas, esses crimes, eles foram resolvidos, eles foram solucionados? Não foram. Então, acho que essa é uma missão do Estado aqui, que é uma missão marcante aqui no Estado da gente, assim como é no Estado do Rio de Janeiro, que é uma semelhança muito grande, que obviamente não deixa de existir em outros estados, mas parece que aqui é algo muito mais contundente. Eu acho que isso criou um terreno fértil para o surgimento e a expansão das milícias no Estado do Pará. Então, por exemplo, quando o Cabo pet morre, e os policiais se sentem confortáveis para se juntar e matar 10, 14 pessoas que eles entendem que são envolvidas com crime, que provavelmente não tem nada a ver com a morte do Cabo Pet, ou que são desafetos deles por, sei lá, por serem envolvidos com tráfico, por não ter pagado uma extorsão, daí o Estado vai lá e não punha esses indivíduos, eu acho que você favorece.

I. Você hoje analisa na sua visão. Hoje você vê as milícias ligadas às facções criminosas, como o Comando Vermelho, como o PCC, tendo mais um enfrentamento contra essas facções ou um conluio?

Entrevistado 5 Conluio. Eu não sei se você teve acesso, mas recentemente um policial, tenente aqui da Polícia Militar do Estado do Pará, ele foi condenado a 12 anos de prisão em Portugal. Ele foi preso, ele mais dois indivíduos, inclusive indivíduos conhecidos nacionalmente por envolvimento com narcotráfico. Ele foi preso lá porque eles estavam transportando cocaína em carregamento de açaí. Ele foi condenado a 12 anos. O que a polícia portuguesa, junto com a Polícia Federal, descobriram? Que esse policial, que integra uma milícia envolvida com narcotráfico, estava vinculado ao PCC, ao 1º Comando da Capital. Nós temos informação de que as milícias mais atuantes aqui, envolvidas, por exemplo, com contrabando, com tráfico de armas, têm vínculo com o PCC. O 1º Comando da Capital está agindo no Estado do Pará, mas ele age de forma bem velada, assim como a milícia também age. E, infelizmente, o que a gente vê aqui? No Estado do Pará, a gente vê uma delegacia especializada voltada ao combate a facções, mas, precisamente, se você chegar nessa delegacia e questionar os policiais, o que eles estão investigando? O 1º Comando Vermelho, integrante do Comando Vermelho. As operações de deflagração em combate ao Comando Vermelho. Você não vê um trabalho voltado ao combate ao PCC. Você não vê um trabalho voltado ao combate às milícias privadas. Então, aqui, nós temos um grupo de trabalho de enfrentamento às facções, mas nós não temos... Temos uma especializada voltada a esse combate, mas nós não temos um grupo e uma delegacia especializada voltadas ao combate à atuação das milícias no Estado do Pará. Então, a gente... A omissão prevalece e, enfim, não sei onde é que a gente vai chegar.

I. Eu vou te falar uma informação que a gente teve em outras entrevistas, e aí, pelo bem da questão metodológica, eu quero que você responda se você já ouviu falar sobre isso ou se você não ouviu, está tudo bem. É porque, realmente, é uma informação que a gente não encontrou outras além de entrevistas. Então, a gente precisa, realmente, tentar ir buscar a fundo se isso, de alguma forma, tem colaboração com a realidade. É tido que um dos grandes marcos, através de entrevistas, que a gente conseguiu isso, que um dos grandes marcos para a mudança de enfrentamento das milícias para com as facções criminosas, e que antes existia mais enfrentamento, e hoje existe mais esse conluio, e é de 2019 para cá, a gente escutou que o Jogo do Bicho teve papel essencial nisso. Por quê? Tanto as milícias quanto as facções criminosas prestavam e prestam serviço para o Jogo do Bicho, e aí começou um enfrentamento entre as

duas por uma questão de as duas estarem tentando extorquir o Jogo do Bicho e isso não estava dando certo. O Jogo do Bicho colocou todo mundo para sentar em uma mesa, conversar, e a partir disso, em vez de ter a proteção das milícias ou das facções, o Jogo do Bicho fez que as duas, ambas, prestassem esse serviço de proteção, e a partir disso, as milícias começaram a ter mais desenvoltura, mais jogo político para poder conversar com as facções criminosas, e o conluio foi aumentando a partir disso, e essa colaboração que hoje a gente observa nasceu disso. Você já ouviu falar de alguma coisa em relação a isso, algum relatório, algum negócio de inteligência, ou é algo completamente novo para você, essa informação?

Entrevistado 5. Olha, eu não posso te afirmar que essa situação, que o Jogo do Bicho tenha promovido esse laço, fortalecido esse laço entre as milícias e as facções. Por que que acontece? Qual é a nossa realidade? As facções criminosas, quando eu falo de facções criminosas, a gente vai falar da que a gente mais conhece um pouquinho, conhece mais um pouco, que é o Comando Vermelho. O Comando Vermelho, o que ele viu aqui no estado do Pará? Eu não sei se é a realidade do Rio de Janeiro, mas ele viu que o *modus operandi* da milícia trazia muito lucro, até mais vezes do que o tráfico, do que outras atividades ilícitas que eles praticavam. Então, o Comando Vermelho começou a extorquir, assim como as milícias, comerciantes, cobrar taxas. Aí o chefe do Comando Vermelho, que estava lá na Penha, no Rio de Janeiro, entrava em contato com comerciantes daqui da região metropolitana, mas em todo o estado do Pará isso está acontecendo, e exigia o pagamento de determinado valor por mês para que a segurança do seu estabelecimento comercial fosse preservada. Caso o comerciante não pagasse, eles iriam ser obrigados a fechar o comércio, ou então iriam incendiar o comércio, roubar, um *modus operandi* muito semelhante ao das milícias privadas. Em relação às bancas de jogo do bicho, em relação a jogos, inclusive aqueles jogos que passam todo domingo na televisão, eles começaram a pressionar esse pessoal e a cobrar. Ah, não vai pagar a taxa que a gente quer, o valor que nós estamos exigindo? O bicheiro aqui não vai vender. Aí tirava o empregado lá do bicheiro e tal, quebrava a banca, e aí isso começou a ser rotineiro. Então eu acredito que com certeza o jogo do bicho sentou tanto com a milícia quanto com o Comando Vermelho. Agora, se isso gerou um laço entre eles ou fortaleceu, aí eu já não posso te afirmar, eu já não posso te afirmar, eu só sei que eles conversaram com ambas as partes para que eles conseguissem continuar com essas atividades ilícitas com uma certa tranquilidade, porque até então o que a gente via? Milícias prestando segurança a bicheiros. Inclusive a gente teve caso de policiais militares que foram mortos enquanto faziam segurança e transportavam dinheiro de bicheiro aqui no Pará, aqui em Belém, na região metropolitana. Agora, não dá para eu te afirmar que não, eles promoveram essa integração, esse orgulho fortalecido, isso aí eu já não posso afirmar.

I. Perfeito. Entrando nos últimos tópicos, ligação internacional. De alguma forma você consegue relacionar as atividades das milícias hoje em dia com ligações internacionais, como tráfico internacional, contrabando internacional e qualquer outro tipo de atividade, e a gente tem casos concretos disso, você citou mesmo, preso em Portugal, um tenente, a gente teve acesso sim a esse caso, mas também tem a questão do Solimões, onde existe basicamente um consórcio do tráfico, onde existe uma escolta feita por parte das milícias e a partir disso também existe uma divisão de drogas em relação às facções criminosas. A gente queria aprofundar mais nessa parte, afinal o meu mestrado é em ciência política com foco em relações internacionais. Então a ideia principal também é jogar um pouco de segurança internacional em cima do trabalho. Então qualquer tipo de ligação internacional que a gente consiga em relação à atuação das milícias e casos concretos, é muito bem-vindo para a questão do trabalho.

Entrevistado 5. Nós temos, como eu te falei, você tem agora o caso de Portugal, Espanha, tem até a costa da África, mas o que acontece? O grande problema da gente, por início, é que a gente não consegue se aprofundar tanto, porque quando a gente parte para o âmbito internacional, aí já entra a atribuição da Polícia Federal. Então a gente fica, o nosso trabalho fica muito limitado aqui ao Estado do Pará e ao Brasil mesmo, o território brasileiro. Mas o que a gente tem de

informação? É isso, que as milícias disputam sim a Rota Solimões com facções, com os piratas da vida, existe o conflito constante, tem vínculo com traficantes que estão na Colômbia, na Colômbia, no Peru, na Bolívia, especialmente na Colômbia. E aí, enfim, estão envolvidos com narcotráfico e aí o porto daqui de Vila do Conde, em Barca Arena, é o local estratégico para eles, para a distribuição dessa droga, seja por terra, seja por mar. E aí, com essa investigação, por exemplo, o que ficou claro é que parte desse carregamento ia para Portugal, ia para Espanha, tanto que inúmeras pessoas foram presas lá, nesses dois países. Nós também temos, em relação ao contrabando, ao narcotráfico também, ao tráfico de armas, a gente vê um vínculo muito forte entre o Estado do Pará e o Suriname, Estado do Pará, Suriname e Iamapá. Então existe ali uma rota que vira e mexe, nós recebemos informações de balsas que saem daqui do Pará e vão até o Suriname para pegar entorpecentes, drogas sintéticas, armas, fuzis e contrabando, e trazem para cá para o Estado do Pará. E esses produtos conseguem uma parte deles, ficam aqui na nossa capital e o resto vão sendo distribuídos aí de acordo com o consórcio que paga por esses produtos ilegais. Enfim, mas a gente precisa aprofundar bastante e a gente já se deparou com várias investigações que a gente viu, vislumbrou em investigações, aviões traficantes que caíram na Guiana, que passavam por Rondônia, números internacionais da Colômbia, que a gente estava falando da Colômbia, do Peru, só que como eu estou te falando, as nossas mãos ficam meio atadas porque aí já foge a nossa atribuição e quando foge a nossa atribuição, a gente já fica impedido de atuar.

I. Perfeito, super entendido. Uma última pergunta e depois dessa eu vou ter só algumas perguntas pontuais de dúvidas que eu anotei enquanto você falava, mas essa é a última grande. A questão do envolvimento deles, das milícias com atividades políticas. No Rio de Janeiro a gente até, como diz, é até culturalmente conhecido, mas aqui, aí no Pará, a gente tem uma sensação de que ainda não chegaram a esse passo, que seria um dos passos mais, um dos mais, um dos passos evolutivos mais importantes das milícias, que é começar a se entranhar dentro do Estado e a partir disso ter candidatos eleitos e tudo mais. A gente teve relatos em algumas entrevistas através de, que é muito mais contido hoje em dia, não que eles não façam, mas que eles se escondem mais e que eles tentam, por exemplo, colocar uma candidata que às vezes não tem nada a ver com a questão de milícia, mas aí ela já está lá, por exemplo, financiando uma ONG que de alguma forma beneficia milicianos e que ajuda também em facções criminosas e coisas desse tipo. No seu entendimento e tudo mais, como você sente a atuação miliciano com relação à política hoje em dia, envolvimento com política e não só com política, mas como se entranha no Estado?

Entrevistado 5. Nós temos sim aquele Estado do Pará, agentes políticos envolvidos, milicianos, na verdade, envolvidos na atividade política, como agentes políticos, ou que tem um vínculo direto ou indireto com agentes políticos, só que, como você mesmo disse aí, são agentes que ficam ali meio discretos, que são discretos, que ficam camuflados, porque não é interessante a eles serem taxados de milicianos. Então, a gente tem informação de, por exemplo, deputados, vereadores que integram-se em milícia, que estão envolvidos com o narcotráfico, só que, obviamente, eles não vão escancarar que eles são milicianos ou que eles defendem a milícia, porque isso não é mais interessante e porque, principalmente após as comissões, CPIs e a morte da Marielle Franco, não é nenhum pinga inteligente você ostentar essa fama de miliciano, ainda que tentando se eleger. Mas nós temos, sim, informação, inclusive, de agentes políticos que, para entrar no território, eles se sentaram com milicianos e se sentaram, inclusive, com facções criminosas para conversar com a população daquele espaço, território inclusive, pessoas, moradores de determinado bairro teriam sido coagidos, né, por esses grupos a votarem no candidato que foi até lá fazer a campanha eleitoral. Então, aqui, infelizmente, nós temos, nós temos sim essa informação de prefeito que se elegeu e que foi em determinado bairro periférico, né? Porque a facção autorizou, por exemplo, autorizou a entrada dele lá e meio que obrigou a população a votar nele. Interessantíssimo.

I. Já entrando, inclusive, nessas questões, né, que eu queria tirar dúvida com você e tem a ver também com isso daí. E aí é uma dúvida, assim, de quem tá fazendo mestrado pra quem tá fazendo mestrado. Eu encontrei informações que me deixam confuso em relação a algumas leituras e eu acho que o tema que a gente estuda é muito abstrato. E, de vez em quando, tem algumas coisas que a gente precisa de um, de um duplo, de uma dupla confirmação, né? Sobre a equipe Rex, né, que tinha envolvimento, inclusive, com o Cabo Pet, etc e tal, eu vi em tanto notícias de jornais quanto artigos acadêmicos uma hora falando que era milícia, aí uma hora fala que era um braço do Comando Vermelho e não sei se você se deparou com as mesmas, com os mesmos problemas. Quando a gente passa por isso, qual que é a sua atitude, né, na questão de que você também escreve sobre o tema? Então, se você fosse hoje escrever Equipe Rex e fazer, né, tipo, uma descrição de quem eles são, você... Essas informações que eu encontrei, por exemplo, aqui mesmo no UOL, né, que é um dos portais de notícias lá que eu encontrei, né, tá até falando assim. Em 2014, nesses dois bairros, existia uma disputa entre facções Equipe Rex e Liga da Justiça, apesar de ambas serem ramificações do CV no Pará. Eu nunca vi essa informação em nenhum outro lugar que não fosse nessa notícia específica do UOL, sabe? Será se isso daqui é um erro ou será se é porque a gente que não tá tendo informação suficiente pra entender a situação toda, sabe? Não sei se você entendeu a minha...

Entrevistado 5 Na verdade, eu acho que a gente não tem informação suficiente, as informações lançadas são muito superficiais e confusas, tanto no relatado da CPI quanto nas notícias. É como se as pessoas estivessem falando muito sobre algo que elas não entendem, né? Então, tipo assim, foi uma coisa que eu tive muita dificuldade quando eu entrei na Homicídios, porque, pô, a gente tá investigando milícia, tá investigando milícia, tá, mas o que é milícia, né? Lá em 2018, nós tínhamos poucos estudos, eu comecei a ler e eu vi que havia uma escassez. Aí vem o Bruno Manso, né, com a República das Milícias e parece que ele veio aqui começar a incentivar, motivar a galera a escrever. Então, eu tinha uma dificuldade muito grande, mesmo lendo ali o relatório da CPI daqui, pra mim não fica claro e eu acho que é preciso aprofundar pra gente conseguir definir. Pô, a Equipe Rex realmente era uma milícia? A Equipe Rex não, né? Era uma dissidente de alguma facção criminosa? Ou era somente um grupo de extermínio, né? É muito confuso, é muito superficial, né? E eu acho, assim, que os parlamentares fizeram muita confusão mesmo, acho que até mesmo por conta desse ter sido poucos trabalhos sobre a temática.

I. Perfeito, muito obrigado. Clareou bastante aqui a atitude também que eu tenho que tomar na hora de escrever. Você comentou três, quatro coisas, né, ao longo da sua fala e eu gostaria muito que, se de alguma forma você tivesse como ter algum acesso a algum documento, alguma informação, qualquer coisa que corrobora com isso, seria muito bom pra eu conseguir usar, né? Você falou que de 2019 a 2023 você tá fazendo, né, tipo, outros estudos também sobre o caso e tudo mais, então qualquer coisa que você tenha, que você acha que poderia ser legal pra questão do meu trabalho, e você, e provavelmente eu não tenho acesso a essas coisas de 2019 pra cá, eu ficaria muito feliz com isso. Você também disse que você tava dentro da Anonymous, né, que é uma operação bem importante pra todo esse estudo, na verdade, então qualquer tipo de acesso de informações disso, de material que você pudesse me mandar, eu ficaria também bastante feliz. Por fim, você citou o caso de um policial que foi morto, policiais que foram mortos transportando coisas pra... Foi, tipo, o caso de policial morto transportando coisas pro... Acho que foi pro Jogo do Bicho, ou foi pra questão de... Agora eu me perdi um pouco aqui nessa parte.

Entrevistado 5. Foi Jogo do Bicho.

I. Foi Jogo do Bicho. De Valores e Referências, Jogo do Bicho. Perfeito. E se você tivesse algo de concreto sobre isso também, seria somado pro meu estudo. E por fim, você citou aí, eu sei que essa é a parte mais delicada, a parte de agentes políticos, né, que podem estar aí envolvidos, né, sejam vereadores, prefeitos e tudo mais. Se tivesse alguma notícia ou algum... Em resumo,

se tiver algum inquérito policial que é possível ter acesso e não fosse problema, ou qualquer coisa do tipo, eu ficaria...

Entrevistado 5. Em relação a essas duas últimas situações, são, na verdade, informações diferentes, informações de inteligência, né. Então, por exemplo, o agente público foi assassinado transportando valores de bicheiros. Mas, por exemplo, quando você vai colocar na ocorrência, quando o familiar ou a própria VTR vai colocar isso, vai narrar o crime na ocorrência, ele jamais vão falar disso, né, porque ele pode, inclusive, ali a família pode deixar de ganhar a pensão e tal, né, porque ele estaria ali fora do serviço, fora do serviço, utilizando uma arma do Estado pra fins ilícitos. Então, isso não vai pro papel. Então, a gente não vai ter inquérito sobre isso, né. São informações mais a título de inteligência. Em relação a essa última situação também, são informações a título de inteligência, porque ninguém coloca isso no papel, né. Pô, o prefeito, que hoje é prefeito, vai entrar no bairro X, ele sentou e conversou com a facção criminosa, e aí a facção foi lá e forçou a população, né, a votar, né. Enfim, o pessoal não vai colocar isso no papel. Em relação às ocorrências, nós temos aqui a Secretaria de Inteligência e Análise Criminal, que ela é vinculada à SEGUP, nossa SEGUP aqui. E aí, em relação a ela, eu posso te passar o e-mail, o contato, e você mandando o e-mail pra eles, né, informando sobre a sua pesquisa e tal, eles te cedem essas ocorrências pra tu fazer o estudo.

I. Seria incrível mesmo, porque assim, a gente tá tendo muita informação em entrevista, muita informação boa, mas meu próprio orientador também às vezes cobra pra gente ter material, né, tipo de material, papel, enquete, qualquer coisa do tipo que tivesse ocorrências e tudo mais. O seu trabalho agora no mestrado, você ainda tá em desenvolvimento, né? Você não publicou?

Entrevistado 5. Não, não tô em desenvolvimento ainda.

I. Não, perfeito.

Entrevistado 5. Tô em desenvolvimento porque eu tô tendo muita dificuldade justamente por isso, porque a minha ideia era, pô, vamos ver se na condição a gente consegue descrever o modo operando das misses que atuam no estado do Pará, né, quais são as cidades de maior incidência, né. Enfim, mas aí a gente tá tendo muita dificuldade justamente por isso, porque são ocorrências, quando a gente vai ler as ocorrências, são besteiras, são o que a gente chama de picuinhas, né, em relação à milícia mesmo, são pouquíssimos fatos.

I. Perfeito.

Se de alguma forma eu também puder colaborar, quando eu terminar minha pesquisa, eu posso mandar ela pra você também, que você pode também pegar as fontes que eu também tô usando. Outras entrevistas que eu fiz também, você me cobra, que eu te envio, que pode te ajudar também, né.

Entrevistado 5. Perfeito

I. Por fim, você acha que a gente deixou de falar algum tema importante ao longo desses minutos de entrevista aqui? Tipo, algum ponto assim, ah, nossa, a gente não falou sobre isso, isso é muito importante sobre milícia, a gente deveria ter conversado, ou pra você a gente foi bem completo, assim, na entrevista?

Entrevistado 5. Não, a gente foi bem completo. O que eu sinto é que a gente, assim, a polícia investigativa, a polícia ostensiva, tanto a polícia e a polícia militar, que bem são as integrantes, né, fazendo parte desse tipo de organização criminosa, a gente precisa atuar mais, a gente precisa abrir os olhos e fechar os olhos, deixar de ser omisso, porque é um problema muito sério, né. E pra mim, a milícia é um problema muito mais sério do que até as facções criminosas. Por quê? Porque são agentes do Estado que estão ali utilizando um treinamento promovido pelo Estado, armas do Estado, se fazendo valer do Estado de servidor público a praticar as maiores atrocidades, né. E eu também acredito que a gente, quanto policial, a gente precisa bater mais no financeiro desses grupos criminosos. Porque, por exemplo, nós temos o caso desse agente público que abre a boca pra falar que matou mais de 80 pessoas. A gente sabe que ele foi envolvido com tráfico ilícito de drogas, com tráfico de armas, com contrabando. Ele saiu agora

do presídio e, pô, tá tendo uma vida tranquila, né, tem um patrimônio totalmente compatível com o que ele ganha como cabo da polícia militar, né. E, infelizmente, parece que a polícia investigativa tá de braços atados. A polícia militar, sua corregedoria também não investiga os seus. E a partir do momento em que a gente deixa passar, deixa passar, a gente vai fortalecendo e promovendo aí uma progressão criminosa.

I. Essa parte do financeiro é muito importante mesmo, né. A gente pegou até citações em criptomoedas, né, bitcoins, coisas que estão sendo utilizadas hoje em dia. E assim, tá começando até a sair do possível, do que não é possível combater, né. Ou seja, já estão deixando crescer tanto. Estão deixando, tipo, ir tanto pra frente.

Entrevistado 5. Aqui teve um tempo também, só pra destacar, que a gente tava fazendo um monitoramento de um grupo miliciano que a gente viu aqui no bairro da periferia de Belém, é que eles estavam invadindo já esses condomínios de Minha Casa Minha Vida, né. Eles estavam invadindo e, aí, quem quisesse morar tinha que pagar valores a eles. Então, eles eram como se fossem o síndico do condomínio, aquele que descumprisse as regras deles, eles iam lá, ameaçavam, agrediam, né. Nós tivemos algumas situações como essa, inclusive, de ocorrências registradas apontando um policial militar envolvido nesse tipo de ação. Que é semelhante lá do Rio, né, no Rio de Janeiro, acontece muito isso.

I. Em relação a contatos pra gente entrevistar, você acha que teria alguém que você conhece que também seria legal a gente fazer essa entrevista? Algum colega? Não precisa ser necessariamente da polícia.

Entrevistado 5. Não sei se você já chegou a conversar com o delegado.

I. Não.

Entrevistado 5. Tem um delegado que ele participou da Anonymous.

I. Da Anonymous? Não existe nenhum tipo de documento que você consegue ceder, né. Eu não sei como que funcionaria esse tipo de coisa, né, que você que participou de dentro, porque eu só tenho acesso a notícias, pra ser bem claro, assim, e a parte acadêmica.

Entrevistado 5. É, a Anonymous, ela reuniu vários inquéritos policiais. Aí tem que ver se eles estão sob segredo de justiça ou não, se você tem ou não como ter acesso. Aí tem que verificar a situação de cada um deles.

Que são vários, são vários, né. Ela teve várias fases, então foi uma operação muito grande. Que teve até busca num quartel em Castanhal e tudo.

Então, aí tem que ver as suas notícias de cada inquérito desse.

I. Esses inquéritos, é um site, alguma coisa assim, que eu consigo olhar? Eu sou bem leigo nessa questão.

Entrevistado 5.. É, o site do TJ Pará, tem um site do... Tem um que é pelo PJE, né.

Conhece o professor B? Eu vou te passar, porque o professor Bob, ele é um cara muito bom. Ele terminou agora o doutorado dele. E eu acho que, inclusive, ele fala de rotas de tráfico, né. Ele fala da rota Sulimão, ele fala de rotas de tráfico aqui na Amazônia. E eu acho que ele pode ajudar muito na tua pesquisa. Não sei se talvez interesse pra ti. E ele saca muito de facções, de ministros. Ele é muito bom. Inclusive, ele vai participar na minha banca e ele me dá vários esclarecimentos. Ele me traz, me auxilia.

I. Eu adoraria o contato do __, do __ do __.

Se você puder me enviar isso. O __ e o __ são delegados.

M. B, ele é pesquisador, ele é oficial de justiça. E ele escreve bastante sobre isso. E eu tenho um delegado que é coordenador do grupo de trabalho de combate a facções. Não sei se vai interessar pra ti. Pra ver se existe algum vínculo entre facções e milícias.

I. Interessa sim. Esse coordenador, qual o nome dele? Delegado __.

M. Não sei se chegou a falar com ele. __. Eu vou mandar lembrando você, do __, do __, do __ e do __.

I. E aí, geralmente a gente pede pra você falar com eles. Falar, vai entrar uma pessoa em contato

e tal. E aí eu converso com eles. Se você me lembrar, eu te envio, tá? Assim, terminado. Na verdade, eu tô correndo contra o tempo. Eu consegui extensões a mais do prazo meu. Só porque enrolou o Conselho de Ética pra eu fazer essas entrevistas. O Conselho de Ética enrolou uns 6 meses. Aí eu consegui mais uns 3 meses na UFG. Então eu tenho até o mês 10 pra terminar tudo. Então, quanto mais entrevistas eu conseguir nesse processo aqui, vai ser, bom... A parte escrita tá basicamente pronta. Só que aí eu tô agregando as entrevistas no meio, entendeu?

Entrevistado 5. Ah, joia.

Perfeito. Muito bom. Eu penso se você, se puder compartilhar comigo pra eu dar uma lida no teu trabalho. Ou talvez me ajudar também no meu.

I. O pior é que eu acho que vai demais. Porque a gente tá pegando pontos diferentes, né? Você tá tentando analisar justamente como que elas operam, né? E eu tô tentando analisar como que elas vieram, né? Então eu acho que pode ser muito interessante mesmo. Assim que eu terminar, eu te envio sim. Eu vou tentar lembrar. Mas eu acho que provavelmente eu lembro. Mas se você também me cobrar, não tem problema, tá? Eu espero em um mês estar tudo pronto, na verdade. Porque eu já tenho que estar defendendo, né? Agora ainda. Por isso que eu vou ver se eu consigo entrevistar o __, o __, o __ e o __. Tipo agora, semana que vem. Daqui duas semanas eu vou conversar com eles, tá bom? **Entrevistado 5.** Ah, joia, só me passa direitinho a temática do seu trabalho pra eu falar com eles. Já pedi pra eles autorizarem que eu passe o seu contato deles pra ti.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: “A expansão das milícias no Pará: o paralelo com o Rio de Janeiro e o tráfico internacional de drogas”

Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor de Relações Internacionais, Universidade Federal de Goiás, matheuspfrimer@ufg.br

Ian Nunes Dias Lopes, Mestrando em Ciência Política, Universidade Federal de Goiás, ian.nunes@discente.ufg.br

Este Termo de Consentimento, do qual uma cópia foi dada a você, é apenas parte do processo de consentimento informado. Se você quiser mais detalhes sobre algo mencionado aqui, ou informações não incluídas, fique à vontade para perguntar. Por favor, reserve um tempo para lê-lo cuidadosamente e entender todas as informações que o acompanham.

Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é entender o processo de estabilização das milícias no Pará, suas semelhanças com as do Rio de Janeiro e ligações com o tráfico internacional de drogas, partindo de uma abordagem sobre segurança pública e segurança internacional.

O que lhe pediremos para fazer?

Participar de uma conversa com os pesquisadores desta pesquisa. Iremos lhe fazer perguntas abertas sobre suas experiências e reflexões sobre o tema. As entrevistas geralmente duram entre 30 e 60 minutos. Com sua permissão, as entrevistas serão gravadas em áudio para garantir a precisão. Notas escritas também poderão ser feitas. Apenas os dois pesquisadores acima identificados terão acesso às gravações de áudio originais e notas.

Sua participação nesta entrevista é totalmente voluntária e você pode se recusar a participar dela. Você também pode se recusar a responder algumas ou todas as perguntas e pode se retirar do estudo a qualquer momento.

Que tipo de informação pessoal será coletada?

Iremos perguntar o seu nome e o lugar onde reside. No entanto, você pode optar por permanecer anônimo a qualquer momento da entrevista. Existem algumas opções a serem consideradas a fim de decidir participar desta pesquisa. Você pode escolher todos, alguns ou nenhum deles.

Confira cada uma destas opções e escolha Sim ou Não:

Eu autorizo a gravação da entrevista e da conversa: Sim: Não:

Desejo que minha identidade permaneça em completo sigilo Sim: Não:

Desejo que minha identidade permaneça em sigilo; autorizo o uso de pseudônimo Sim: Não:

O pseudônimo que eu escolho para se referir a mim é

Vocês podem citar e usar o meu nome Sim: Não:

Quais os riscos e benefícios da minha participação na pesquisa?

Riscos: Há riscos em relação à sua segurança pessoal, caso não mantenha sigilo.

Benefícios: Você ajudará os pesquisadores a compreender e informar a sociedade sobre contextos da governança da segurança criminal.

O que acontece com as informações que eu forneço?

As informações obtidas e citações da entrevista podem ser utilizadas em publicações acadêmicas e apresentações com base nas medidas de confidencialidade acordadas. Se você optou por permanecer anônimo, nem o seu nome, nem o nome do lugar onde reside aparecerão

nas publicações ou será tornado público.

Apenas os pesquisadores desta pesquisa terão acesso às gravações e anotações. Como padrão acadêmico, todas as gravações de áudio serão mantidas por até 10 anos como arquivos digitais protegidos por senha. As gravações de áudio e notas escritas serão armazenadas em um gabinete seguro no escritório na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Novamente, a participação é totalmente voluntária e confidencial. Você é livre para interromper a participação a qualquer momento durante a entrevista. Se você decidir se retirar deste estudo durante ou após a entrevista, todas as informações coletadas sobre você serão destruídas imediatamente; a retirada é possível até duas semanas após a data da entrevista.

Contato posterior dos participantes e uso dos dados em outros estudos: Os participantes serão contatados novamente pelo pesquisador somente se houver permissão. Os dados podem ser usados para projetos futuros relacionados conduzidos pelos pesquisadores.

Assinaturas

A sua assinatura neste formulário indica que: 1) você compreende as informações fornecidas sobre sua participação neste projeto de pesquisa; 2) você concorda em participar do projeto de pesquisa.

De forma alguma isso renúncia aos seus direitos legais nem libera os pesquisadores ou instituições envolvidas de suas responsabilidades legais e profissionais. Você é livre para se retirar deste projeto de pesquisa a qualquer momento. Você deve se sentir à vontade para pedir esclarecimentos ou novas informações durante sua participação.

Nome do participante: _____

Assinatura do participante: _____ Data: _____

Nome do pesquisador: _____

Assinatura do pesquisador: _____ Data: _____

Dúvidas/Esclarecimentos

Se você tiver qualquer dúvida ou quiser esclarecer qualquer assunto a respeito dessa pesquisa e a sua participação nela, favor entrar em contato com:

Matheus Hoffmann Pfrimer
Universidade Federal de Goiás
matheuspfrimer@ufg.br

Ian Nunes Dias Lopes
Universidade Federal de Goiás
ian.nunes@discente.ufg.br

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO NA ETAPA
QUALITATIVA DO ESTUDO**

**A EXPANSÃO DAS MILÍCIAS NO PARÁ: O PARALELO COM O RIO
DE JANEIRO E O TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS**

Matheus Hoffmann Pfrimer
Universidade Federal de Goiás
(62) 99648-4087
matheuspfrimer@ufg.br

Ian Nunes Dias Lopes
Universidade Federal de Goiás
(62) 99116-8530
ian.nunes@discente.ufg.br

Antes da entrevista:

- . Apresentação da equipe e da pesquisa
- a. Confirmar se podemos gravar a entrevista? [confirmar na gravação + Day&Time]

i) Identificação

- a. Você poderia se apresentar?
- b. Há quanto tempo mora no Pará? Em que cidade?
- c. A sua cidade sempre foi um local tranquilo ou violento?
- d. A sua cidade sempre teve a presença do crime organizado? De que grupos?
- e. O seu bairro sempre foi um local tranquilo ou violento?
- f. O seu bairro sempre teve a presença do crime organizado? De que grupos?

ii) Violência e presença de milícias

ANTES DA CHEGADA DAS MILÍCIAS NO PARÁ

- a. Como era a vida no seu bairro antes da chegada das milícias? Havia algum grupo criminoso de destaque?
- b. Que tipos de práticas de controle sobre a população e o território esse grupo empregava?
- c. Esse grupo se vinculava a alguma instituição de seu conhecimento?
- d. Quando se dá o início de milícias oferecendo serviços de segurança privado?
- e. Quais os lugares de atuação e nomes desses grupos?
- f. Esses grupos vieram de outros Estados ou se formaram no Pará?

APÓS A CHEGADA DAS MILÍCIAS

- a. Os milicianos se comunicaram com os moradores, repassaram instruções ou algo do tipo?
- b. Depois que a comunidade já estava com a presença das milícias quais foram suas principais ações para controlar os moradores e o território?
- c. Há cobrança por serviços ou recursos? Quais?
- d. Houve a instalação de câmeras pela comunidade e utilização de drones?
- e. Houve diversificação das atividades desses grupos?

- f. Qual a justificativa dada por esses grupos para exercer o controle sobre a população?
- g. Esse grupo se vinculava a alguma instituição de seu conhecimento?

iii) Características das Milícias

- a. Qual é a principal característica que mais difere o controle do antigo grupo criminoso do controle das milícias? Há alguma diferença?
- b. O nível de violência na comunidade está pior ou não houve alteração?
- c. Sobre ligação com grupos criminosos, há algum histórico de ligação dessas milícias com outros grupos criminosos?
- d. Você nota alguma semelhança dessas milícias com as milícias do Rio de Janeiro?
- e. Há alguma relação das milícias com crimes transnacionais?
- f. Há alguma ligação dos milicianos com a política?

v) Conclusão

- a. Tem alguém que você poderia nos indicar para uma próxima entrevista?
- b. Há alguma pergunta sobre algum assunto chave que nós não fizemos?
- c. Há algum material que possa nos fornecer ou nos indicar?
- d. Agradecimentos pela entrevista.